

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO	32191797	antoniosobrinho@mpma.mp.br	REQUERENTE PRINCIPAL	1071864
EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR	(098) 9889-38888	edmilsoncutrim@mpma.mp.br	REPRESENTANTE	1075317

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
MAX WALLACE CASTELO BRANCO BEZERRA	32191796	maxwallace@mpma.mp.br	REPRESENTANTE	1073080

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
1	9360824	25/06/2025 09:29:28	MOVIMENTAÇÃO	ARQUIVAR COM CONCLUSÃO	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
ORIGEM: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI --> DESTINO: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI Responsável pela Movimentação: CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA Observação de Movimentação: CONSIDERANDO A ENTREGA DO OBJETO E TRAMITAÇÃO DE PAGAMENTO NOS AUTOS DO PROCESSO 117412025, ARQUIVE-SE.					
2	9293390	03/06/2025 08:31:07	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
3	9293390	03/06/2025 08:31:07	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 4282025	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 4282025					
4	3789248	02/06/2025 16:00:46	ANEXO - PROCESSO	PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025	
Anexo : PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025					
5	3789247	02/06/2025 16:00:16	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO CONTRATOSGOV	
Anexo : EXTRATO CONTRATOSGOV					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
6	3789243	02/06/2025 15:59:08	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PNCP	
Anexo : EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PNCP					
7	3789242	02/06/2025 15:59:08	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO DE ENVIO - SINCONTRATA	
Anexo : EXTRATO DE ENVIO - SINCONTRATA					
8	3786587	30/05/2025 13:46:59	ANEXO - PROCESSO	CT_29_2025_C&M COMERCIO E SERVIÇOS_PA_6126_2025	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : CT_29_2025_C&M COMERCIO E SERVIÇOS_PA_6126_2025					
9	9277498	28/05/2025 14:34:59	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS PARA AS PRVIDÊNCIAS DEVIDAS.					
10	9276383	28/05/2025 12:37:10	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
11	9276383	28/05/2025 12:37:10	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 34392025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 34392025					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
12	9276383	28/05/2025 12:37:10	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : PA 61262025 - C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA - CAEI (drone).pdf (Descrição: NOTA DE EMPENHO)	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : PA 61262025 - C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA - CAEI (drone).pdf (Descrição: NOTA DE EMPENHO)					
13	9276380	28/05/2025 12:37:08	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
14	9273563	28/05/2025 09:03:57	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO EM LOTE.					
15	9272725	27/05/2025 17:22:34	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
16	9272725	27/05/2025 17:22:34	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DECISÃO-DG - 2782025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DECISÃO-DG - 2782025					
17	9264665	26/05/2025 12:15:54	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
18	9263580	26/05/2025 11:04:12	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
19	9263580	26/05/2025 11:04:12	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 4052025	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 4052025					
20	3776446	26/05/2025 10:07:05	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_RESULTADO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_RESULTADO					
21	3776445	26/05/2025 10:07:05	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_PROCEDIMENTO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_PROCEDIMENTO					
22	3776260	26/05/2025 09:23:27	ANEXO - PROCESSO	RELATORIO DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : RELATORIO DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA					
23	3776259	26/05/2025 09:23:27	ANEXO - PROCESSO	RELATÓRIO DE DECLARAÇÃO DOS FORNECEDORES	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : RELATÓRIO DE DECLARAÇÃO DOS FORNECEDORES					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
24	9260326	23/05/2025 14:08:10	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: RELATORIO DE REALIZACAO DA DISPENSA.PDF. DESCRIÇÃO : RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO : ERRO					
25	9260324	23/05/2025 14:07:48	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: RELATORIO DE DECLARACAO DOS FORNCEDORES.PDF. DESCRIÇÃO : RELATÓRIO DE DECLARAÇÃO DOS FORNCEDORES). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO : ERRO					
26	9256362	22/05/2025 14:33:07	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR MARCOS ANTONIO COM A RESPOSTA DA UNIDADE TÉCNICA.					
27	9256046	22/05/2025 14:10:43	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR
ORIGEM: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
28	9256046	22/05/2025 14:10:43	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CAEI - 282025	EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CAEI - 282025					
29	9256046	22/05/2025 14:10:43	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : anexo_3772188_PROPOSTA_ADEQUADA_C_e_M_COMERC.pdf (Descrição: PROPOSTA_ADEQUADA_C_E_M)	EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : anexo_3772188_PROPOSTA_ADEQUADA_C_e_M_COMERC.pdf (Descrição: PROPOSTA_ADEQUADA_C_E_M)					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
30	9256043	22/05/2025 14:10:42	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR
ORIGEM: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
31	9255663	22/05/2025 13:28:37	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI Responsável pela Movimentação: CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: complementação					
32	9255078	22/05/2025 12:05:09	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
ORIGEM: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA Observação de Movimentação: EM ATENÇÃO AO DESPACHO-CPL-4002025, DEVOLVO OS AUTOS ACRESCIDOS DA PROPOSTA ADEQUADA.					
33	9255078	22/05/2025 12:05:09	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	PROPOSTA_ADEQUADA	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
Anexo : PROPOSTA_ADEQUADA					
34	9254146	22/05/2025 10:45:07	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
35	9254146	22/05/2025 10:45:07	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 4002025	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 4002025					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
36	3772188	22/05/2025 10:36:27	ANEXO - PROCESSO	PROPOSTA ADEQUADA_C E M COMERCIO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : PROPOSTA ADEQUADA_C E M COMERCIO					
37	3772187	22/05/2025 10:36:27	ANEXO - PROCESSO	DOCS HABILITAÇÃO_C E M COMERCIO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : DOCS HABILITAÇÃO_C E M COMERCIO					
38	9227983	15/05/2025 10:02:08	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: DISPENSA ELETRÔNICA PUBLICADA - SESSÃO PÚBLICA MARCADA PARA O DIA 21/05/2025 COM FASE DE LANCES COMPREENDENDO DE 8H ÀS 14H.					
39	3760141	15/05/2025 10:00:07	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO DO AVISO - PNCP	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : PUBLICAÇÃO DO AVISO - PNCP					
40	3760140	15/05/2025 10:00:07	ANEXO - PROCESSO	SIASNET-DC - DISPONIBILIZAR DISPENSA PARA DIVULGAÇÃO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : SIASNET-DC - DISPONIBILIZAR DISPENSA PARA DIVULGAÇÃO					
41	9222965	14/05/2025 09:33:38	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação:					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
42	9222958	14/05/2025 09:32:27	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
43	9222958	14/05/2025 09:32:27	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 30002025	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 30002025					
44	9216244	12/05/2025 14:47:24	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
45	9216196	12/05/2025 14:42:17	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
46	9216196	12/05/2025 14:42:17	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 15292025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 15292025					
47	9214934	12/05/2025 12:27:53	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
48	9214934	12/05/2025 12:27:53	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 3672025	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 3672025					
49	3753459	12/05/2025 10:14:26	ANEXO - PROCESSO	MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES					
50	9203926	08/05/2025 09:26:43	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação:					
51	9198141	07/05/2025 08:47:24	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
ORIGEM: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS ACRESCIDOS DO TR RETIFICADO, NOS TERMOS DO PARECER-DGAJA-1702025.					
52	9198141	07/05/2025 08:47:24	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_05_05_25_ASSINADO	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA
Anexo : TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_05_05_25_ASSINADO					
53	9176826	28/04/2025 15:54:54	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
54	9176826	28/04/2025 15:54:54	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 13572025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 13572025					
55	9174122	28/04/2025 11:51:33	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: PARECER.					
56	9174114	28/04/2025 11:50:54	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
57	9174114	28/04/2025 11:50:54	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 1702025	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 1702025					
58	9167762	25/04/2025 09:02:02	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação:					
59	9166588	24/04/2025 14:53:51	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
60	9166588	24/04/2025 14:53:51	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 13192025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 13192025					
61	9164352	24/04/2025 11:03:05	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
62	9164352	24/04/2025 11:03:05	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-ACI - 4002025	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-ACI - 4002025					
63	9158413	23/04/2025 11:03:13	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA Observação de Movimentação: PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO.					
64	9156206	22/04/2025 15:56:26	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
65	9156206	22/04/2025 15:56:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-CPL - 382025	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-CPL - 382025					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
66	3728197	22/04/2025 14:50:27	ANEXO - PROCESSO	TABELA DE CONTROLE - DISPENSAS 2025	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : TABELA DE CONTROLE - DISPENSAS 2025					
67	3728196	22/04/2025 14:50:27	ANEXO - PROCESSO	MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS DRONES CAEI	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES_CAEI					
68	9100071	31/03/2025 11:35:02	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR MARCOS OLIVERIA PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA E VERIFICAÇÃO DOS SALDOS CONFORME					
69	9099191	31/03/2025 10:23:34	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
70	9099191	31/03/2025 10:23:34	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-COF - 9912025	TATIANA ALVES DE PAULA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-COF - 9912025					
71	9091096	27/03/2025 10:52:33	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO EM LOTE.					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
72	9090722	27/03/2025 10:26:27	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
73	9090722	27/03/2025 10:26:27	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 9902025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 9902025					
74	9088175	26/03/2025 15:53:40	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
75	9088175	26/03/2025 15:53:40	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 19092025	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 19092025					
76	9081978	25/03/2025 14:33:56	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
77	9081973	25/03/2025 14:33:21	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação: AUTUE-SE.					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
78	9081972	25/03/2025 14:33:20	MOVIMENTAÇÃO	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação: AUTUE-SE.					
79	3694338	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	DFD925129_000277_2024	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : DFD925129_000277_2024					
80	3694337	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_ASSINADO	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_ASSINADO					
81	3694336	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA RESUMIDA					
82	3694335	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA DETALHADA					
83	3694334	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
84	3694333	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	ETP VANTS CAEI	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : ETP VANTS CAEI					
85	3694332	25/03/2025 13:59:35	ANEXO - PROCESSO	MEMO-CAEI - 542025	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Anexo : MEMO-CAEI - 542025					
86	0	25/03/2025 13:59:35	PROCESSO	ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO					

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
25/06/2025 09:29:28	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	25/06/2025 09:29:28	ARQUIVAR COM CONCLUSÃO	ARQUIVADO
03/06/2025 08:31:07	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	03/06/2025 08:51:14	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4282025

28/05/2025 14:34:59	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	29/05/2025 11:14:37	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
28/05/2025 12:37:10	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	28/05/2025 14:16:17	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 34392025

Anexo de movimentação: NOTA DE EMPENHO

28/05/2025 12:37:08	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
28/05/2025 09:03:57	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	CARLOS AUGUSTO GASPAR DE SOUSA JÚNIOR	28/05/2025 10:42:39	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/05/2025 17:22:34	Diretoria Geral	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	28/05/2025 08:43:26	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DECISÃO-DG - 2782025

26/05/2025 12:15:54	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES RÊGO	27/05/2025 14:35:59	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
26/05/2025 11:04:12	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	26/05/2025 12:15:40	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4052025

23/05/2025 14:08:10	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	23/05/2025 14:08:12	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	DISTRIBUÍDO
23/05/2025 14:07:48	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	23/05/2025 14:07:49	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	DISTRIBUÍDO
22/05/2025 14:33:07	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	23/05/2025 09:33:55	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
22/05/2025 14:10:43	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	22/05/2025 14:32:32	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CAEI - 282025

Anexo de movimentação: PROPOSTA_ADEQUADA_C_E_M

22/05/2025 14:10:42	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
22/05/2025 13:28:37	Comissão Permanente de Licitação	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	22/05/2025 13:28:37	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
22/05/2025 12:05:09	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	Comissão Permanente de Licitação	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	22/05/2025 13:28:37	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

PROPOSTA_ADEQUADA

22/05/2025 10:45:07	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	22/05/2025 11:58:48	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	-------------------------------------	------------------------------------	--	--------------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4002025

15/05/2025 10:02:08	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	15/05/2025 10:02:24	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
14/05/2025 09:33:38	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	14/05/2025 10:23:04	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
14/05/2025 09:32:27	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	14/05/2025 09:33:28	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 30002025

12/05/20	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	MILENA AZEVEDO BARBOSA	14/05/2025	DISTRIBUIR PROCESSO	DISTRIBUÍDO
----------	-----------------	---------------------	-----------------	------------------------	------------	---------------------	-------------

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
25 14:47:24				CORDEIRO	09:16:57	ADMINISTRATIVO	
12/05/2025 14:42:17	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	12/05/2025 14:46:58	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 15292025

12/05/2025 12:27:53	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Secretaria Administrativo-Financeira	DANIEL DA SILVA ARAUJO	12/05/2025 12:51:20	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	----------------------------------	------------------------	--------------------------------------	------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3672025

08/05/2025 09:26:43	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	12/05/2025 08:49:48	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/05/2025 08:47:24	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	08/05/2025 09:26:34	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_05_05_25_ASSINADO

28/04/2025 15:54:54	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	29/04/2025 09:41:58	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	--------------------------------------	----------------------------	--	-----------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 13572025

28/04/2025 11:51:33	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Secretaria Administrativo-Financeira	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	28/04/2025 11:53:55	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
28/04/2025 11:50:54	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	28/04/2025 11:51:18	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1702025

25/04/2025 09:02:02	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR	25/04/2025 09:06:34	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
24/04/2025 14:53:51	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	25/04/2025 09:01:52	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 13192025

24/04/2025 11:03:05	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	24/04/2025 11:11:29	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	-------------------------------------	------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: PTC-ACI - 4002025

23/04/2025 11:03:13	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	24/04/2025 09:48:35	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
22/04/2025 15:56:26	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	23/04/2025 10:06:25	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-CPL - 382025

31/03/2025 11:35:02	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	31/03/2025 12:15:24	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
31/03/2025 10:23:34	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	31/03/2025 10:48:47	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
------	--------	-------------	---------	-----------	------	------	--------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-COF - 9912025

27/03/2025 10:52:33	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO	31/03/2025 09:10:16	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/03/2025 10:26:27	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	27/03/2025 10:48:11	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 9902025

26/03/2025 15:53:40	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	27/03/2025 06:53:15	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
------------------------	-----------------	------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	------------------------	---------------------	------------

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 19092025

25/03/2025 14:33:56	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	25/03/2025 15:18:58	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
25/03/2025 14:33:21	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	25/03/2025 14:33:21	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
25/03/2025 14:33:20	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	25/03/2025 14:33:20	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	TRAMITANDO

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANEXO DE MOVIMENTACAO : PROPOSTA_ADEQUADA	PROPOSTA_ADEQUADA_C_e_M_COMERC.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TR RASTREADORES VANTS CAEI 05 05 25 ASSINADO	TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_05_05_25_assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CT_29_2025_C&M COMERCIO E SERVIÇOS_PA_6126_2025	CT_29_2025_C&M COMERCIO E SERVICOS_PA_6126_2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
DFD925129_000277_2024	DFD925129_000277_2024[1].pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
DOCS HABILITAÇÃO_C E M COMERCIO	DOCS HABILITACAO_C e M COMERCIO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ETP VANTS CAEI	ETP VANTS CAEI.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO CONTRATOSGOV	EXTRATO CONTRATOSGOV.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO DE ENVIO - SINCCONTRATA	EXTRATO DE ENVIO - SINCCONTRATA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PNCP	EXTRATO DE PUBLICACAO - PNCP.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_PROCEDIMENTO	extrato_SincContrata TCEMA_Procedimento.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_RESULTADO	extrato_SincContrata TCEMA_Resultado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	MAPA DE FORMACAO DE PRECOS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MEMO-CAEI - 542025	MEMO-CAEI - 542025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES	DE_90007_2025_Veiculos aereos_DRONES_CAEI_PA_6126_2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES_CAEI	DE_90007_2025_Veiculos aereos_DRONES_CAEI_PA_6126_2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA DETALHADA	PESQUISA DE PRECOS DRONE AVATA PESQUISA DETALHADA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA RESUMIDA	PESQUISA DE PRECOS DRONE AVATA PESQUISA RESUMIDA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025	PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROPOSTA ADEQUADA_C E M COMERCIO	PROPOSTA ADEQUADA_C e M COMERCIO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO DO AVISO - PNCP	PUBLICACAO DO AVISO - PNCP.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
RELATÓRIO DE DECLARAÇÃO DOS FORNECEDORES	RELATORIO DE DECLARACAO DOS FORNECEDORES.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
RELATORIO DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA	RELATORIO DE REALIZACAO DA DISPENSA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
SIASGNET-DC - DISPONIBILIZAR DISPENSA PARA DIVULGAÇÃO	SIASGnet-DC - Disponibilizar Dispensa para Divulgacao.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TABELA DE CONTROLE - DISPENSAS 2025	Tabela de Controle - DISPENSAS 2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_ASSINADO	TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Comissão Permanente de Licitação	02/06/2025 16:04:45	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	28/05/2025 10:43:14	CARLOS AUGUSTO GASPAR DE SOUSA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documentos

Sector Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
		JÚNIOR	POR MOVIMENTAÇÃO		
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	28/05/2025 10:43:14	CARLOS AUGUSTO GASPAR DE SOUSA JÚNIOR	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	27/05/2025 14:37:16	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES	DECISÃO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	26/05/2025 10:54:32	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	22/05/2025 13:30:12	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI	22/05/2025 13:30:12	CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA LIMA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	22/05/2025 10:44:08	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	14/05/2025 09:18:30	MILENA AZEVEDO BARBOSA CORDEIRO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	12/05/2025 13:43:52	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	12/05/2025 11:17:30	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	28/04/2025 11:59:41	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	28/04/2025 11:39:33	CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	24/04/2025 11:18:04	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Técnica da Administração	24/04/2025 09:50:32	JADIEL FERNANDES FRANÇA	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	22/04/2025 14:51:35	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	31/03/2025 09:11:28	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	27/03/2025 08:41:49	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	25/03/2025 15:20:07	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Processos Anexados e Apensados

Data de Vínculo	Status	Tipo de Relação
-----------------	--------	-----------------



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Anexos Físicos

Descrição do Anexo	Anexo de
--------------------	----------



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4282025



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **03 de Junho de 2025 às 08:31 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** DESPACHO-CPL-4282025, **Código de validação:** B4A08F1A8A.



Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 4282025

(relativo ao Processo 61262025)

Código de validação: B4A08F1A8A

Assunto: Dispensa Eletrônica nº 90007/2025.

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e de Inteligência (CAEI).

À Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e de Inteligência,

Encaminha-se o processo administrativo em epígrafe, que trata de Dispensa Eletrônica de Licitação cujo objeto é a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), para que seja realizada a **gestão e fiscalização do Contrato nº 29/2025** nos termos da **PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025**, o qual está acompanhado dos extratos de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Sistema SincContrata/TCEMA, e Sistema ContratosGov.

Informa-se por fim, que o referido contrato está publicado no Portal da Transparência do MPMA no seguinte link: <https://www.mpma.mp.br/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-convenios/contratos/>

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 02/06/2025 às 16:06 h ()*

MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA

MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 03/06/2025 às 08:31 h ()*

JOSÉ LINDSTRON PACHECO

ANALISTA MINISTERIAL

PRESIDENTE DA CPL EM EXERCÍCIO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025



PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 432025

Código de validação: BF8F9C3F07

O DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições previstas na PORTARIA-GAB/PGJ – 62652024, tendo em vista o que determina o art. 117 da Lei 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores, constantes da **tabela 1**, Gestor e Fiscais do **Contrato nº 29/2025**, constante da **tabela 2**, firmado com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, cujo objeto é a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), decorrente d a Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, em face do que consta no **Processo Administrativo nº 6126/2025**, que integram o Contrato.

Tabela 1

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Luiz Muniz Rocha Filho	656280	Gestor
Edmilson Cutrim da Silva Junior	1075317	Fiscal Requisitante
Max Wallace Castelo Branco Bezerra	1073080	Fiscal Técnico
Antonio Lisboa de Castro Viana Sobrinho	1071864	Fiscal Administrativo

Tabela 2

N. CONTRATO	EMPRESA	CNPJ
29/2025	C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA	46.089.683/0001-04

Art. 2º. São atribuições do gestor do contrato, **conforme dispõe os artigos 8º, 9º e 10º do Ato Regulamentar nº 10/2023 – GPGJ:**

Seção V

Do Gestor de Contrato

Art. 8º O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por quem ele delegar, com atribuições administrativas, incluída a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA

CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

1 / 4



Diretoria Geral

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VIII - exercer outras atividades compatíveis com a função.

Seção VI

Do Fiscal de Contrato

Art. 9º O fiscal de contrato é o servidor designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por quem ele delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

§ 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Ato Regulamentar.

§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.

Art. 10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou das próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - realizar, na forma do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos



(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **30 de Maio de 2025 às 17:48 h** conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-432025**, **Código de Validação: BF8F9C3F07**.



Diretoria Geral

ambientais;

XVII - outras atividades compatíveis com a função.

§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais das contratações continuadas em regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e para os seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de



(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em 30 de Maio de 2025 às 17:48 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpna.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-432025, **Código de Validação:** BF8F9C3F07.



Diretoria Geral

responsabilidade do cooperado;
b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias; e
g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (OSCIP's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
§ 8º Além do cumprimento do §7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva de mão de obra, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

Art. 3º. São atribuições do gestor e fiscais do contrato, conforme dispõe o art. 4º da Ordem de Serviço n. 5/2023-GPGJ:

Art. 4º Compete aos gestores e fiscais de contratos administrativos, durante o acompanhamento e a fiscalização dos contratos, registrar as notificações, ocorrências, certidões, cumprimentos das cláusulas previstas em contratos, acordos de nível de serviço, pagamentos e informações financeiras, checklists de fiscalização, não cumprimento de obrigações contratuais, documentos, além das demais informações pertinentes.
[...]

Art. 8º Constitui dever funcional, conforme previsto no artigo 209, inciso III, da Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994, a observância das disposições contidas nesta Ordem de Serviço.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico.

assinado eletronicamente em 30/05/2025 às 17:48 h ()*

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

EXTRATO CONTRATOSGOV

Extrato do Contrato

SOBRE O CONTRATO

Nº/ANO CONTRATO: **29/2025**

Ato Contrato: **Contratos (CT)**

Status: **Em execução**

CONTRATANTE

CNPJ/CPF: 05.483.912/0001-85

Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Jaracati - Calhau - São Luís/MA

Telefone:

CONTRATADA

CNPJ/CPF: 46.089.683/0001-04

Nome: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

Endereço: QUADRA QNA 21 LOTE, 24 - LOJA 2 - TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA) - BRASILIA/DF

Telefone: (61) 9881-0593

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs).

DADOS DO CONTRATO

Número do Processo 6126/2025	Código de Identificação 2025NE000119	Tipo Contrato Aquisição
Regime de Execução Preço Global	Garantia Sem Garantia	Forma de Pagamento À Vista, na Entrega de objeto
Data Assinatura 29/05/2025	Data Publicação 30/05/2025	Multa Multa Contratual
Início Vigência 29/05/2025	Final Vigência 27/08/2025	Procedimento Dispensa Eletrônica - 90007/2025
Unidade COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA-CAEI		Departamento Seção de Serviços - CAEI
Gestor do Contrato LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO		Gestor do Contrato Suplente
Elaboração Esse contrato foi gerado por marcos.lima@mpma.mp.br em Mai 30 2025 11:18AM		

Valor Contrato Acumulado

28.286,25

Saldo Contrato Acumulado

28.286,25

Valor Contrato Atualizado

28.286,25

Saldo Contrato Atualizado

28.286,25

Extrato do Contrato

ENVOLVIDOS

Nome	Responsabilidade	Função	Telefone
JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	Sócio(a)		(61) 99881-0593

HISTÓRICO DE VIGÊNCIAS E SALDOS

Tipo	Justificativa	Início Vigência	Fim Vigência	Valor
Início do Contrato		29/05/2025	27/08/2025	28.286,25
TOTAIS				28.286,25

ITENS

Código	Item	Vlr.Estornado	Vlr. Estimado	Vlr. Pago
1387	AERONAVE TELEGUIADA REMOTAMENTE VANT (VEÍCULO AÉREO NÃO TRIPULADO)	0,00	28.286,25	0,00
TOTAIS		0,00	28.286,25	0,00

FORNECIMENTO

Item	Lote	Sequência	Contratado Acumulado	Recebido Acumulado	Saldo Acumulado
AERONAVE TELEGUIADA REMOTAMENTE VANT (VEÍCULO AÉREO NÃO TRIPULADO)	Único	1	1,00	0,00	1,00
TOTAIS			1,00	0,00	1,00

DESEMBOLSO POR PERÍODO

Periodo	Vlr. Disponível	Vlr. Total	Vlr. Pago
1 29/05/2025 - 27/08/2025	28.286,25	28.286,25	0,00
TOTAIS		28.286,25	0,00

Extrato do Contrato

DESEMBOLSO POR EXERCÍCIO

Exercício	Vlr. Estimado	Vlr. Pago
2025	0,00	0,00
TOTAIS	0,00	0,00

ASSINATURAS

Documento	Data de Inclusão	Limite de Assinatura	Status
Termo de contrato	29/05/2025	03/06/2025	Finalizado

HISTÓRICO DE ANOTAÇÕES

Tipo	Data	Título - Autor	Descrição
Automático	02/06/2025	Alteração do contrato - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Contrato alterado
Automático	02/06/2025	Anexo Atualizado - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	O documento "CONTRATO INICIAL" foi Atualizado
Automático	02/06/2025	Anexo Adicionado - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	O documento "GESTOR E FISCAL" foi anexado ao contrato.
Automático	30/05/2025	Anexo Adicionado - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	O documento "CONTRATO INICIAL" foi anexado ao contrato.
Automático	29/05/2025	Anexo Adicionado - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	O documento "Termo de contrato" foi anexado ao contrato.
Automático	29/05/2025	Inclusão contrato - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Contrato incluído



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PNCP

Contrato nº 29/2025

Última atualização 02/06/2025

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Unidade executora: 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 6126/2025 **Categoria do processo:** Compras

Data de divulgação no PNCP: 02/06/2025 **Data de assinatura:** 29/05/2025 **Vigência:** de 29/05/2025 a 27/08/2025

Id contrato PNCP: 05483912000185-2-000032/2025 **Fonte:** Contratosgov Sistemas

Id contratação PNCP: [05483912000185-1-000055/2025](#)

Id CIPI: 111.11-011

Objeto:

O presente instrumento tem como objeto a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs).

VALOR CONTRATADO

R\$ 28.286,25

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 46.089.683/0001-04 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

Arquivos

Histórico

Nome ↕	Data ↕
--------	--------

CONTRATO_INICIAL	02/06/2025
------------------	------------

< Voltar

PORTAL
DE
NACIONAL
CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

EXTRATO DE ENVIO - SINCCONTRATA

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 02/06/2025 - 02/06/2025

ENTIDADE: FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (FEMPE) - 08772136000121

DATA DE CRIAÇÃO: 02/06/2025 15:58:06

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 23575bb2-548a-4df7-bd5a-702f841b9b9f

CONTRATO

cnpj contratante	id contrato	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
08772136000121	DE292025	60559274386	02/06/2025	-	-	ENVIADO
08772136000121	PE272025	22457143349	02/06/2025	-	-	ENVIADO

Total Contrato: 2



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

CT_29_2025_C&M COMERCIO E SERVIÇOS_PA_6126_2025



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 29/2025, QUE CELEBRAM
A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E
A EMPRESA C&M COMERCIO E
SERVICOS LTDA PARA O
FORNECIMENTO DE VEÍCULOS AÉREOS
NÃO TRIPULADOS, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, por meio do **Fundo Especial do Ministério Público Estadual**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.772.136/0001-21, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. **PAULO GONÇALVES ARRAIS**, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº 1070173 e de outro lado a empresa **C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA** inscrita no CNPJ nº 46.089.683/0001-04, sediada na QNA 21 Lote 24 Loja 2, Taguatinga Norte, Brasília/DF doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA**, sócia-Administradora, conforme atos constitutivos da empresa, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 6126/2025** que instruiu a Dispensa eletrônica de licitação, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Ato Regulamentar nº 47/2021, Instrução Normativa SEGES/MGI nº 67/2021 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTS), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), devendo os mesmos serem novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento., conforme as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04	611462	03	R\$ 9.428,75	R\$ 28.286,25
VALOR TOTAL					R\$ 28.286,25

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.5. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 3.1. Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento dos materiais.
- 3.2. Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues em São Luís - MA, na Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís - MA, no horário das 08:00h às 15:00h, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 3.3. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;
- 3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, conforme local indicado;
- 3.5. **A garantia deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência**, Anexo do Aviso de Contratação Direta, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
- 3.6. Para o atendimento, deve-se considerar que:
- 3.7. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas, contadas a partir da hora da solicitação;
- 3.8. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 3.9. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
- 3.10. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
- 3.11. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
- 3.12. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
- 3.13. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJ/MA;
- 3.14. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- 3.15. Caso ocorram 03 (três) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias; ou
- 3.16. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
- 3.17. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
- 3.18. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
- 3.19. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada, que para fins deste contrato será na própria Unidade Gestora, Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI, na Seção de Segurança Institucional ou no local indicado pela Unidade Gestora, no município de São Luís - MA);
- 3.20. Anormalidade observada;
- 3.21. Nome do responsável pela solicitação;
- 3.22. Número do telefone para contato;
- 3.23. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva;
- 3.24. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;
- 3.25. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

3.26. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

3.27. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA.

3.28. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico.

3.29. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

3.30. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

3.31. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

3.32. A assistência técnica deverá ser prestada pelo FABRICANTE do equipamento ou empresa por ele indicada;

3.33. A assistência técnica deverá possuir central de atendimento, em português, pelo período de garantia, possibilitando abertura de chamados técnicos;

3.34. Deve ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE dos equipamentos com disponibilidade de informações para suporte tais como: guia de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares upgrade de BIOS;

3.35. É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados dentro do prazo de garantia, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/21 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). ”

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

4.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

4.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

4.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 4.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 4.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 4.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 4.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

- 6.1. O valor total da contratação é de R\$ 28.286,25 (vinte e oito mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. O fornecimento do objeto será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade do CONTRATO gerado, e os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados adequadamente, em embalagens originais do FABRICANTE, lacradas e seladas com a identificação do FABRICANTE na embalagem, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
- 7.2. Deverão ser entregues junto com os equipamentos:



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 7.3. Para cada equipamento, o certificado de garantia emitido pelo FABRICANTE do equipamento, válido para toda a rede de assistência técnica do FABRICANTE no Brasil e que possua abrangência no Estado do Maranhão;
- 7.4. Para cada equipamento, um conjunto completo de manuais originais, confeccionados pelo FABRICANTE, em língua portuguesa;
- 7.5. Não serão aceitas cópias de manuais técnicos e discos de configuração/CD-ROM;
- 7.6. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);
- 7.7. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);
- 7.8. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
- 7.9. Conforme o caso, poderá ser feita visita técnica ao fornecedor ou FABRICANTE para análise dos produtos ofertados, mediante solicitação da CAEI, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de deslocamento;
- 7.10. Os produtos apresentados na visita técnica deverão ser das mesmas marcas e modelos que as constantes na proposta da CONTRATADA, não se admitindo configurações “customizadas”, que não sejam de Fábrica;
- 7.11. O não cumprimento de quaisquer especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA sem a prévia AUTORIZAÇÃO da CONTRATANTE, ou observações dentro dos prazos previstos no CONTRATO resultará na aplicação de penalidades cabíveis;
- 7.12. Em hipótese alguma será (ão) aceito (s) equipamento (s) que tenha (m) sido alterado (s) em sua arquitetura ou seus softwares instalados por alegação da CONTRATADA, alicerçada em expressões do tipo: “... por opção interpretativa substituiu-se...”, “... na dúvida fornecemos...” e outras similares, que venham a prejudicar o interesse da CONTRATANTE.
- 7.13. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega do documento comprobatório da obrigação contratual, da seguinte forma:
- 7.13.1. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 7.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.
- 7.15. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos produtos, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste do recebimento dos itens, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.15.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.15.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos / substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. O prazo de validade;

7.18.2. A data da emissão;

7.18.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. O valor a pagar; e

7.18.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do pagamento

7.26. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) Dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;

7.27. O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, por meio de ordem bancária emitida em nome da CONTRATADA, para crédito na conta corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, após o recebimento definitivo no Setor Competente da PGJ/MA, da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes e acompanhadas dos documentos em vigor a seguir:

7.27.1. Prova de regularidade relativa à seguridade social: Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

7.27.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.27.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.27.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7.27.5. Documentação comprobatória de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal;

7.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.31. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa;

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, serão adotadas as medidas cabíveis;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.32.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.32.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438 \text{ TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/03/2025.

8.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contados da data limite para apresentação da proposta, aplicando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da Contrato, através de servidor especialmente designado;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 9.2. Recusar com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes do Termo de Referência.
- 9.3. Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos equipamentos;
- 9.4. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;
- 9.5. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;
- 9.6. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações do Termo de Referência;
- 9.7. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.8. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;
- 9.9. Permitir o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de entrega do produto e da prestação da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato;
- 9.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento e da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato, fixando prazo para sua correção;
- 9.11. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto do Termo de Referência;
- 9.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração;
- 9.13. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço solicitado;
- 9.14. Enviar nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;
- 9.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.16. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar o fornecimento do objeto que lhe for adjudicado dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, conforme condições constantes da proposta apresentada durante o processo licitatório e em especial:
- 10.2. Fornecer garantia total do equipamento pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 10.3. Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento de acordo com os prazos e as condições estabelecidas neste Termo e em contrato;
- 10.4. Atender ao chamado técnico do PGJMA, para fins de prestação do serviço de manutenção nos equipamentos em garantia, nos termos do ITEM 10- DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS do TERMO DE REFERÊNCIA;
- 10.5. Emitir Relatório de Serviço Técnico, depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento;
- 10.6. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;
- 10.7. Ao fornecedor beneficiário do Contrato é vedado transferir total ou parcialmente o objeto deste, ficando obrigado perante a PGJ/MA, pelo exato cumprimento das obrigações assumidas;
- 10.8. Manter, durante toda a execução da Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilidade e qualificação exigidas na licitação/contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- 10.9. Acatar todas as orientações do setor competente da PGJMA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 10.10. Cotar equipamentos que fazem parte da linha atual de fornecimento do FABRICANTE, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação;
- 10.11. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;
- 10.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 10.13. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;
- 10.14. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 10.15. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;
- 10.16. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de manutenção corretiva;
- 10.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho penoso, perigoso ou insalubre;
- 10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;
- 10.20. Cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Contratação Direta, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.21. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 10.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.25. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.26. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 desta CLÁUSULA, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. **Compensatória** para as infrações previstas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 de 5% a 15% do valor do contrato;

12.2.4.3. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3 de 20% a 30% do valor do contrato;

12.2.4.4. Para as infrações descritas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.4, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.5.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos orçamentários reservados para o pagamento da despesa objeto deste contrato, correrão à dotação orçamentária seguinte:

Unidade Gestora: Fundo Especial do Ministério Público Estadual



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Credor: 46.089.683/0001-04 C&M COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Grupo Programação Financeira: 004 Investimentos

Esfera: Fiscal

Unidade Orçamentária: 07901

Programa Trabalho: 03 091 0337 6007 026769

Função: 03 Essencial à Justiça

Subfunção: 091 Defesa da Ordem Jurídica

Programa: 0337 Gestão de Ações Essenciais à Justiça

Ação: 6007 Manutenção Administrativa – FEMPE

Subação: 026769 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Fonte Recurso: 1.7.59.107000 Recursos Vinculados a Fundos - Fonte 1759.107

Natureza da despesa: 44.90.52.33 Equipamentos para Audio, Video e Foto

Nota de Empenho nº 2025NE000119 de 28/05/2025.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da PGJ/MA, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO**

17.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, e vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, e à proposta da CONTRATADA.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. A PGJ/MA divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio www.mpma.mp.br,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

20.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA, data da assinatura eletrônica.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral**

**C&M COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA
Sócia-Administradora**



Documento assinado eletronicamente por: JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA, CPF/CNPJ nº 041.642.261-61, como Contratada.
Assinado em: 29/05/2025, às 14:57, através do e-mail cmcomercio23@gmail.com, pelo ip 177.10.137.48



Documento assinado eletronicamente por: PAULO GONÇALVES ARRAIS, CPF/CNPJ nº 859.809.942-20, como Contratante.
Assinado em: 29/05/2025, às 20:08, através do e-mail pauloarrais@mpma.mp.br, pelo ip 2804:214:8767:d7cb:20c1:10fa:bf0:209



O processo de acolhimento das assinaturas foi finalizado em: 29/05/2025, às 20:08, onde todos os envolvidos assinaram eletronicamente este documento.

A autenticidade do documento pode ser verificada no site: <https://signgov.com.br/verificaautenticidade>, informando o processo: 2025.70337568134 e o código: 3AK535R2



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Anexo de movimentação: NOTA DE EMPENHO



Ano Base: 2025

Unidade Gestora 070901 Fundo Especial do Ministério Público Estadual	Número 2025NE000119	Data Referência 28/05/2025
Gestão 07901 Fundo Especial do Ministério Público Estadual	Processo 61262025	Nota Empenho Original
Evento 400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa	Referência Legal Lei 8666/93 art.24	Pré-Empenho
Credor 46.089.683/0001-04 C&M COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Modalidade Empenho Ordinário	Empenho Centralizado Não
Endereço Credor Q QNA 21 LOTE 000024 LOJA 2 - TAGUATINGA NORTE - BRASILIA - DF - 72110210	Valor 28.286,25 (Vinte e Oito Mil Duzentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos)	
Grupo Programação Financeira 004 Investimentos	Tipo Prestação Contas	Tipo Contrato
Modalidade Licitação 06 Dispensa de Licitação	Transação 0540 Nota Empenho	Obedece Ordem Cronológica Sim
Complemento		

Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito	Nota Descentralização Crédito
Gestão Nota Descentralização Crédito	Contrato SICOP

Histórico
Aquisição de material permanente - Veículo Aéreo Não Tripulado (drone).

Classificação Orçamentária

Esfera Fiscal	Unidade Orçamentária 07901	Programa Trabalho 03 091 0337 6007 026769
Função 03 Essencial à Justiça		Subfunção 091 Defesa da Ordem Jurídica
Programa 0337 Gestão de Ações Essenciais à Justiça		Ação 6007 Manutenção Administrativa - FEMPE
Subação 026769 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL		Fonte Recurso 1.7.59.107000 Recursos Vinculados a Fundos - Fonte 1759.107
Natureza Despesa 44.90.52.33 Equipamentos para Audio, Video e Foto		

Cronograma Desembolso

Janeiro	Fevereiro	Março
Abril	Maió 28.286,25	Junho
Julho	Agosto	Setembro
Outubro	Novembro	Dezembro

Descrição Itens

Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	1	3,00	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04.	UNID	9.428,75000	28.286,25

Danilo José de Castro Ferreira Ordenador Primário	Paulo Gonçalves Arrais Ordenador Secundário
--	--



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 34392025



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2025 às 12:37 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-DG-34392025, Código de validação: E7E3829DFC.**



DESPACHO-DG - 34392025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: E7E3829DFC

Assunto: ASSINATURA DE EMPENHO

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e de Inteligência

À CPL,

Encaminho os autos com assinatura da(s) Nota(s) de Empenho 2025NE000119, referente à despesa com aquisição de material permanente - Veículo Aéreo Não Tripulado.

assinado eletronicamente em 28/05/2025 às 10:48 h ()*

TATIANA ALVES DE PAULA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA

assinado eletronicamente em 28/05/2025 às 12:37 h ()*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DECISÃO-DG - 2782025



(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em 27 de Maio de 2025 às 17:22 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DECISÃO-DG-2782025, Código de Validação: 0E4DA9DCB4.



DECISÃO-DG - 2782025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: 0E4DA9DCB4

Assunto: Dispensa Eletrônica – Aquisição de Veículos Aéreos Não Tripulados

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e de Inteligência (CAEI)

Trata-se de processo administrativo referente à **dispensa eletrônica** para aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2, para uso em operações de inteligência e contrainteligência, garantindo a operacionalidade da Coordenadoria e o cumprimento de suas atribuições constitucionais, nas unidades de São Luís, Imperatriz e Timon.

Os autos vieram da Comissão Permanente de Licitação (CPL) para fins de autorização para emissão de nota de empenho, em favor da empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 46.089.683/0001-04, no valor homologado de R\$ 28.286,25 (vinte e oito mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), consoante RELATORIO DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA e DESPACHO-CPL - 4052025.

Ante o exposto, e considerando as informações e documentos constantes nos presentes autos, **AUTORIZA-SE a contratação da empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA**, declarada vencedora do processo.

Visando o prosseguimento do feito, encaminhe-se os autos, respectivamente, à:

1. **Coordenadoria de Orçamentos e Finanças**, para providências relativas à emissão da correspondente **NOTA DE EMPENHO**;
2. **Comissão Permanente de Licitação**, para demais providências, na forma da lei.

assinado eletronicamente em 27/05/2025 às 17:22 h ()*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4052025



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **26 de Maio de 2025 às 11:04 h** e conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-CPL-4052025, Código de validação: 09E7096261.**



Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 4052025

(relativo ao Processo 61262025)

Código de validação: 09E7096261

Assunto: Dispensa Eletrônica nº 9007/2025

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e de Inteligência (CAEI)

Sr. Diretor-Geral,

Encaminha-se o processo administrativo em epígrafe, que trata da Dispensa Eletrônica de licitação nº 90007/2025, com fulcro no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, cujo objeto é a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), exigências e condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, nos termos do Relatório de realização da Dispensa em favor do fornecedor **C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº **46.089.683/0001-04**, para que seja autorizada a **emissão da Nota de Empenho e contratação**, correspondente ao item homologado no valor total de **R\$ 28.286,25 (vinte e oito mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, em conformidade §9º do Art. 6º do Ato Regulamentar nº 47/2021-GPGJ.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 26/05/2025 às 10:55 h ()*

MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 26/05/2025 às 11:04 h ()*

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_RESULTADO

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 26/05/2025 - 26/05/2025

ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (PGJ) - 05483912000185

DATA DE CRIAÇÃO: 26/05/2025 10:03:54

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: dfea0596-b6c6-4d07-80ff-80d074367704

RESULTADO

cnpj procedimento	id procedimento	tipo resultado	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
05483912000185	DE900072025	1	60559274386	26/05/2025	-	-	ENVIADO

Total Resultado: 1



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

EXTRATO_SINCCONTRATA TCEMA_PROCEDIMENTO

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 26/05/2025 - 26/05/2025

ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (PGJ) - 05483912000185

DATA DE CRIAÇÃO: 26/05/2025 10:03:45

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 50e705b2-dafd-41ee-ae08-00de10f9b486

PROCEDIMENTO CONTRATAÇÃO

cnpj procedimento	id procedimento	numero procedimento	ano procedimento	tipo procedimento	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
05483912000185	DE900072025	90007	2025	DE	60559274386	26/05/2025	-	-	ENVIADO

Total Procedimento Contratação: 1



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

RELATORIO DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

DISPENSA 90007/2025

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	MA
Objeto da compra:	Aquisição por dispensa de licitação de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.		
Entrega de propostas:	De 15/05/2025 às 09:50 até 21/05/2025 às 07:59		
Abertura da sessão pública:	Dia 21/05/2025 às 08:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	21/05/2025 às 08:00:01	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 14:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	21/05/2025 às 08:29:22	Bom dia Srs. Fornecedores, me chamo Marcos Antonio, sou Membro da Comissão Permanente de Licitação, e serei o responsável pela condução desta Dispensa Eletrônica.
Sistema	21/05/2025 às 08:30:07	Como já informado pelo sistema, os itens estarão em disputa até às 14h de hoje. Deem os seus melhores lances.
Sistema	21/05/2025 às 14:47:44	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	22/05/2025 às 08:21:58	Bom dia a todos.
Sistema	22/05/2025 às 10:29:03	Informo a todos que enviaremos a Proposta e Documentos de Habilitação do fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA para análise e manifestação da Unidade Técnica Requisitante.
Sistema	22/05/2025 às 10:29:37	Retornaremos amanhã, dia 23/05/2025, às 10h, para dar continuidade. Até lá.
Sistema	23/05/2025 às 10:12:01	Bom dia a todos.
Sistema	23/05/2025 às 10:18:03	Informo que recebemos o parecer de análise da Unidade Técnica Requisitante, a qual se manifestou pela aprovação da Proposta e documentos de qualificação Técnica do Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, e em análise aos demais documentos de habilitação, o consideramos aprovado, já que apresentou todos os documentos exigidos no item 6 e seguintes do Aviso de Dispensa.
Sistema	23/05/2025 às 10:22:15	Agradecemos a todos que se dispuseram a participar desta Dispensa Eletrônica.
Sistema	23/05/2025 às 10:22:20	Sessão Encerrada!!

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
21/05/2025 às 08:00:01	Abertura da sessão pública

Data/Hora	Descrição
21/05/2025 às 14:47:44	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Aeronaves Teleguiadas

Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 247MM, Peso Máximo: 290G, Características Adicionais: Sensor Cmos De 48mp De 1/1.3"

Quantidade:	3	Valor estimado:	R\$ 16.500,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R\$ 49.500,0000 (total)
		Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito e Habilitado por CPF ***.592.***_6 - MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA para C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04, melhor lance: R\$ 9.428,7500 (unitário) / R\$ 28.286,2500 (total)

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
49.251.855/0001-84 - 49.251.855 MARCIA MALKO UF endereço: PR	Sim	R\$ 16.500,0000	
49.415.261/0001-61 - 49.415.261 ARIEL MULLER MUNIZ DA CUNHA UF endereço: MA	Sim	R\$ 16.500,0000	
50.121.066/0001-08 - 50.121.066 MARIA IZABEL ARAUJO MONTENEGRO UF endereço: RN	Sim	R\$ 16.500,0000	
50.614.681/0001-56 - 50.614.681 JHONATAN RAFAEL DOS SANTOS UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.500,0000	
50.984.118/0001-70 - 50.984.118 DANIEL SOUTO KERR UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.469,6900	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: conforme trModelo/versão: conforme tr			
56.938.704/0001-64 - 56.938.704 OSMAIR DO NASCIMENTO UF endereço: MG	Sim	R\$ 16.500,0000	
58.077.114/0001-10 - 58.077.114 CARLOS SANTOS DA SILVA UF endereço: PI	Sim	R\$ 55.000,0000	
58.434.877/0001-70 - 58.434.877 ERIVELTO CAMARGO UF endereço: SC	Sim	R\$ 16.501,0000	

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
58.459.554/0001-31 - 58.459.554 GIOVANE FERREIRA PEREIRA UF endereço: AM	Sim	R\$ 16.500,0000	
58.791.434/0001-37 - 58.791.434 RAQUEL TEIXEIRA QUEIROZ UF endereço: AL	Sim	R\$ 16.500,0000	
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA UF endereço: MA	Sim	R\$ 16.400,0000	
59.688.683/0001-64 - 59.688.683 GABRIELA PAMELA TAVARES DO NASCIMENTO TEIXEIRA UF endereço: PB	Sim	R\$ 16.500,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: DjiModelo/versão: Dji			
60.480.588/0001-50 - 60.480.588 MARIA EDUARDA CALDAS BARACHO UF endereço: RJ	Sim	R\$ 16.500,0000	
48.303.489/0001-05 - A. J. FERREIRA TEODORO UF endereço: MT	Sim	R\$ 16.500,0000	
50.564.977/0001-00 - AGMS SOLUCOES LTDA UF endereço: MA	Sim	R\$ 16.500,0000	
27.840.547/0001-51 - AJR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.600,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: DRONEModelo/versão: DRONE			
14.822.536/0001-05 - ANGELO DINIZ COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA UF endereço: PB	Sim	R\$ 16.500,0000	
44.201.617/0001-40 - ASP COMERCIO E SERVICOS LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 16.300,0000	
53.441.926/0001-89 - AUGUSMED HOSPITALAR COMERCIO E SERVICOS LTDA UF endereço: MG	Sim	R\$ 17.000,0000	

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
46.089.683/0001-04 - C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 16.600,0000	Proposta adjudicada
30.001.450/0001-60 - CLEVERSON A M SOARES LTDA UF endereço: RS	Sim	R\$ 16.499,0000	
55.738.820/0001-77 - CMA LICITACOES LTDA UF endereço: SC	Sim	R\$ 17.000,0000	
57.225.415/0001-80 - CVR CENTRAL ENGENHARIA LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 20.000,0000	
12.642.363/0001-00 - D. SILVA CUNHA UF endereço: MA	Sim	R\$ 16.500,0000	
38.732.826/0001-18 - DONNOS VENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 16.500,0000	
32.005.178/0001-11 - EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.498,0000	
Descrição detalhada: Aeronaves Teleguiadas - Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 247MM, Peso Máximo: 290G, Características Adicionais: Sensor Cmos De 48mp De 1/1.3" Marca/Fabricante: EMGESA Modelo/versão: EMGESA			
33.171.503/0001-89 - ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA UF endereço: CE	Sim	R\$ 25.000,0000	
48.832.896/0001-00 - G & F SOLUCOES INTEGRADAS LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 16.500,0000	
57.733.663/0001-32 - GM COMERCIO E SERVICOS DE LICITACOES LTDA UF endereço: GO	Sim	R\$ 18.500,0000	
33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA UF endereço: MA	Sim	R\$ 16.500,0000	
48.277.417/0001-22 - LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPessoal LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.000,0000	

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
Descrição detalhada: Aeronaves Teleguiadas - Aeronaves Teleguiadas Tipo: Aeronave Remotamente Pilotada (Drone), Quantidade Motores: 4 Motores, Tamanho Diagonal: 247MM, Peso Máximo: 290G, Características Adicionais: Sensor Cmos De 48mp De 1/1.3" Marca/Fabricante: DJUModelo/versão: DJI049			
48.944.202/0001-18 - M & R SOLUCOES E SERVICOS LTDA UF endereço: MG	Sim	R\$ 16.500,0000	
30.870.355/0001-00 - M2Z SOLUCOES INTEGRADAS LTDA UF endereço: RJ	Sim	R\$ 16.500,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: trModelo/versão: tr			
33.776.558/0001-12 - P H ATAIDE DE JESUS LTDA UF endereço: MA	Sim	R\$ 16.490,0000	
43.230.932/0001-33 - RIBEIRO COMERCIO DE VARIEDADES E APOIO LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.500,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: compatívelModelo/versão: compatível			
58.545.712/0001-76 - RKG COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA UF endereço: ES	Sim	R\$ 16.500,0000	
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 16.924,0500	
53.680.201/0001-43 - SALES FERREIRA SOLUCOES LTDA UF endereço: CE	Sim	R\$ 16.500,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: conforme trModelo/versão: conforme tr			
32.941.421/0001-03 - STUDIO CARTOON LTDA UF endereço: ES	Sim	R\$ 16.700,0000	
57.536.564/0001-60 - SVG LICITACOES LTDA UF endereço: MG	Sim	R\$ 16.500,0000	

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
27.120.037/0001-00 - THADS SERVICOS LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 16.500,0000	
48.051.195/0001-25 - WILLIAMSON E ROSSANA EMPREENDEIMENTOS LTDA UF endereço: PB	Sim	R\$ 16.500,0000	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
21/05/2025 às 08:06:58	50.564.977/0001-00	R\$ 16.200,0000
21/05/2025 às 08:17:15	59.688.683/0001-64	R\$ 15.880,0000
21/05/2025 às 08:17:47	48.277.417/0001-22	R\$ 15.760,9000
21/05/2025 às 08:35:00	59.688.683/0001-64	R\$ 15.640,0000
21/05/2025 às 08:35:01	48.277.417/0001-22	R\$ 15.522,7000
21/05/2025 às 09:32:00	48.303.489/0001-05	R\$ 15.406,2700
21/05/2025 às 09:32:00	48.277.417/0001-22	R\$ 15.290,7200
21/05/2025 às 09:49:42	58.459.554/0001-31	R\$ 14.900,0000
21/05/2025 às 09:49:42	48.277.417/0001-22	R\$ 14.788,2500
21/05/2025 às 09:58:23	58.459.554/0001-31	R\$ 14.500,0000
21/05/2025 às 09:58:24	48.277.417/0001-22	R\$ 14.391,2500
21/05/2025 às 10:00:13	58.459.554/0001-31	R\$ 14.000,0000
21/05/2025 às 10:00:14	48.277.417/0001-22	R\$ 13.895,0000
21/05/2025 às 10:31:31	59.688.683/0001-64	R\$ 13.790,0000
21/05/2025 às 10:31:32	48.277.417/0001-22	R\$ 13.686,5700
21/05/2025 às 10:37:25	58.459.554/0001-31	R\$ 13.000,0000
21/05/2025 às 10:37:26	48.277.417/0001-22	R\$ 12.902,5000
21/05/2025 às 10:38:45	58.459.554/0001-31	R\$ 12.500,0000
21/05/2025 às 10:38:46	48.277.417/0001-22	R\$ 12.406,2500
21/05/2025 às 10:39:00	58.459.554/0001-31	R\$ 12.000,0000
21/05/2025 às 10:39:00	48.277.417/0001-22	R\$ 11.910,0000
21/05/2025 às 10:44:30	59.688.683/0001-64	R\$ 11.820,0000
21/05/2025 às 10:44:31	48.277.417/0001-22	R\$ 11.731,3500
21/05/2025 às 11:00:22	44.201.617/0001-40	R\$ 15.300,0000
21/05/2025 às 11:01:21	59.688.683/0001-64	R\$ 11.640,0000

Data/hora	Participante	Lance
21/05/2025 às 11:01:22	48.277.417/0001-22	R\$ 11.552,7000
21/05/2025 às 11:15:35	59.688.683/0001-64	R\$ 11.460,0000
21/05/2025 às 11:15:35	48.277.417/0001-22	R\$ 11.374,0500
21/05/2025 às 11:18:23	58.459.554/0001-31	R\$ 11.100,0000
21/05/2025 às 11:18:23	48.277.417/0001-22	R\$ 11.016,7500
21/05/2025 às 11:38:38	48.303.489/0001-05	R\$ 14.800,0000
21/05/2025 às 12:11:53	59.688.683/0001-64	R\$ 10.900,0000
21/05/2025 às 12:11:53	48.277.417/0001-22	R\$ 10.818,2500
21/05/2025 às 12:12:57	59.688.683/0001-64	R\$ 10.700,0000
21/05/2025 às 12:19:41	49.415.261/0001-61	R\$ 14.799,9900
21/05/2025 às 12:45:57	48.303.489/0001-05	R\$ 14.500,0000
21/05/2025 às 13:18:07	38.732.826/0001-18	R\$ 12.223,0000
21/05/2025 às 13:23:44	27.120.037/0001-00	R\$ 10.600,0000
21/05/2025 às 13:32:32	57.733.663/0001-32	R\$ 16.500,0000
21/05/2025 às 13:39:16	14.822.536/0001-05	R\$ 14.497,0000
21/05/2025 às 13:51:29	56.938.704/0001-64	R\$ 15.999,0000
21/05/2025 às 13:53:53	33.171.503/0001-89	R\$ 15.299,9900
21/05/2025 às 13:54:43	48.303.489/0001-05	R\$ 14.300,0000
21/05/2025 às 13:55:17	58.459.554/0001-31	R\$ 10.500,0000
21/05/2025 às 13:57:15	58.791.434/0001-37	R\$ 10.999,0000
21/05/2025 às 13:57:54	27.120.037/0001-00	R\$ 10.400,0000
21/05/2025 às 13:58:02	49.251.855/0001-84	R\$ 12.131,3275
21/05/2025 às 13:58:03	14.822.536/0001-05	R\$ 14.299,0000
21/05/2025 às 13:58:13	58.459.554/0001-31	R\$ 10.200,0000
21/05/2025 às 13:58:30	30.001.450/0001-60	R\$ 15.998,0000
21/05/2025 às 13:58:33	59.232.522/0001-61	R\$ 10.300,0000
21/05/2025 às 13:58:55	48.303.489/0001-05	R\$ 13.800,0000
21/05/2025 às 13:59:02	32.941.421/0001-03	R\$ 14.452,1900
21/05/2025 às 13:59:13	33.171.503/0001-89	R\$ 14.298,9999
21/05/2025 às 13:59:30	57.536.564/0001-60	R\$ 12.222,9900
21/05/2025 às 13:59:30	55.738.820/0001-77	R\$ 12.131,3100
21/05/2025 às 13:59:30	50.614.681/0001-56	R\$ 13.799,9900
21/05/2025 às 13:59:30	58.434.877/0001-70	R\$ 10.699,9900

Data/hora	Participante	Lance
21/05/2025 às 13:59:31	58.545.712/0001-76	R\$ 10.998,9900
21/05/2025 às 13:59:31	48.832.896/0001-00	R\$ 15.299,9900
21/05/2025 às 13:59:31	48.944.202/0001-18	R\$ 13.799,9800
21/05/2025 às 13:59:31	49.415.261/0001-61	R\$ 13.799,9800
21/05/2025 às 13:59:31	50.121.066/0001-08	R\$ 15.299,9900
21/05/2025 às 13:59:31	48.051.195/0001-25	R\$ 14.799,9800
21/05/2025 às 13:59:32	48.303.489/0001-05	R\$ 12.000,0000
21/05/2025 às 13:59:37	49.251.855/0001-84	R\$ 12.040,3252
21/05/2025 às 13:59:41	50.614.681/0001-56	R\$ 13.696,4900
21/05/2025 às 13:59:41	55.738.820/0001-77	R\$ 11.999,9900
21/05/2025 às 13:59:41	48.944.202/0001-18	R\$ 13.696,4800
21/05/2025 às 13:59:41	49.415.261/0001-61	R\$ 13.696,4700
21/05/2025 às 13:59:42	50.121.066/0001-08	R\$ 14.958,1300
21/05/2025 às 13:59:45	30.870.355/0001-00	R\$ 12.000,0000
21/05/2025 às 13:59:45	27.840.547/0001-51	R\$ 10.123,4900
21/05/2025 às 13:59:46	58.459.554/0001-31	R\$ 10.000,0000
21/05/2025 às 13:59:46	30.001.450/0001-60	R\$ 14.452,1800
21/05/2025 às 13:59:46	27.840.547/0001-51	R\$ 9.924,9900
21/05/2025 às 13:59:46	49.251.855/0001-84	R\$ 11.909,9901
21/05/2025 às 13:59:48	44.201.617/0001-40	R\$ 11.890,0000
21/05/2025 às 13:59:50	50.614.681/0001-56	R\$ 13.593,7600
21/05/2025 às 13:59:50	48.944.202/0001-18	R\$ 13.593,7500
21/05/2025 às 13:59:50	55.738.820/0001-77	R\$ 11.889,9900
21/05/2025 às 13:59:51	49.415.261/0001-61	R\$ 13.593,7400
21/05/2025 às 13:59:54	48.944.202/0001-18	R\$ 13.491,7900
21/05/2025 às 13:59:54	49.415.261/0001-61	R\$ 13.491,7800
21/05/2025 às 13:59:56	58.459.554/0001-31	R\$ 9.500,0000
21/05/2025 às 13:59:58	48.944.202/0001-18	R\$ 13.390,6000
21/05/2025 às 13:59:58	27.120.037/0001-00	R\$ 9.820,0000
21/05/2025 às 13:59:58	46.089.683/0001-04	R\$ 9.428,7500

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	21/05/2025 às 14:00:08	O item 1 teve empate real para o valor 16.500,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	21/05/2025 às 14:00:08	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	21/05/2025 às 14:48:16	Boa tarde, Sr. Fornecedor!
Pelo participante 46.089.683/0001-04	21/05/2025 às 14:49:20	Boa tarde!
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	21/05/2025 às 14:50:42	Com base nos itens 5.3 e 6.1 do Aviso de Dispensa Eletrônica, convoco-lhe para encaminhar a Proposta Adequada ao último lance, bem como, Documentos de Habilitação conforme item 6, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos.
Pelo participante 46.089.683/0001-04	21/05/2025 às 14:51:01	ok.
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	21/05/2025 às 14:51:17	Sr. Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:55:00 do dia 21/05/2025. Justificativa: Prazo para envio da Proposta adequada ao último lance e documentos de habilitação. .
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	21/05/2025 às 15:55:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:55:00 de 21/05/2025. 20 anexos foram enviados pelo fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04.
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	22/05/2025 às 08:30:10	Bom dia Sr. Fornecedor, em análise preliminar aos seus documentos de habilitação, verificamos a ausência da Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme item 6.38 do Aviso, nos moldes do ANEXO III;
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	22/05/2025 às 08:33:32	Além disso, a validade da Proposta não pode ser inferior a 90 (noventa) dias, conforme item 3.8 do Aviso.
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	22/05/2025 às 08:58:31	Convoco-lhe para enviar, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, a Proposta ajustada, com validade de no mínimo 90 (noventa) dias, e a Declaração de Inexistência de Parentesco, nos moldes do Anexo III do Aviso.
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	22/05/2025 às 08:58:58	Sr. Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:00:00 do dia 22/05/2025. Justificativa: Prazo para envio de documentos. .
Pelo participante 46.089.683/0001-04	22/05/2025 às 09:57:26	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:57:26 de 22/05/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04.
Sistema para o participante 46.089.683/0001-04	23/05/2025 às 10:21:51	Sr. fornecedor, após adjudicação e homologação pelo Diretor-Geral n o sistema, este processo seguirá internamente para autorização e emissão da Nota de empenho. Favor aguardar contato desta Comissão para assinatura do Termo Contratual.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
21/05/2025 às 14:00:08	Item com etapa aberta encerrada.
21/05/2025 às 14:00:08	Item teve empate real para o valor 16.500,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
21/05/2025 às 14:00:08	Item encerrado para lances.
21/05/2025 às 14:51:17	Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:55:00 do dia 21/05/2025. Justificativa: Prazo para envio da Proposta adequada ao último lance e documentos de habilitação. .
22/05/2025 às 08:58:58	Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 10:00:00 do dia 22/05/2025. Justificativa: Prazo para envio de documentos. .

Data/Hora	Descrição
22/05/2025 às 09:57:26	Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04 finalizou o envio de anexo.
23/05/2025 às 10:18:36	Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 9.428,7500. Motivo: Conforme parecer da Unidade Técnica Requisitante. .
23/05/2025 às 10:22:49	Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04 foi habilitado.
23/05/2025 às 15:12:14	Fornecedor C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46.089.683/0001-04 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 9.428,7500.
23/05/2025 às 15:24:15	Item homologado.

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

RELATÓRIO DE DECLARAÇÃO DOS FORNECEDORES

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
49.251.855/0001-84 - 49.251.855 MARCIA MALKO Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 23:28	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
49.415.261/0001-61 - 49.415.261 ARIEL MULLER MUNIZ DA CUNHA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 15:37	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
50.121.066/0001-08 - 50.121.066 MARIA IZABEL ARAUJO MONTENEGRO Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 07:37	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
50.614.681/0001-56 - 50.614.681 JHONATAN RAFAEL DOS SANTOS Porte Empresa: ME ou EPP	19/05/2025 17:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
50.984.118/0001-70 - 50.984.118 DANIEL SOUTO KERR Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 02:04	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
56.938.704/0001-64 - 56.938.704 OSMAIR DO NASCIMENTO Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 01:05	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
58.077.114/0001-10 - 58.077.114 CARLOS SANTOS DA SILVA Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 07:17	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
58.434.877/0001-70 - 58.434.877 ERIVELTO CAMARGO Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 17:04	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
58.459.554/0001-31 - 58.459.554 GIOVANE FERREIRA PEREIRA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 18:13	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
58.791.434/0001-37 - 58.791.434 RAQUEL TEIXEIRA QUEIROZ Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 12:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Porte Empresa: ME ou EPP	15/05/2025 16:20	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
59.688.683/0001-64 - 59.688.683 GABRIELA PAMELA TAVARES DO NASCIMENTO TEIXEIRA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 14:26	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
60.480.588/0001-50 - 60.480.588 MARIA EDUARDA CALDAS BARACHO Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 11:23	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.303.489/0001-05 - A. J. FERREIRA TEODORO Porte Empresa: ME ou EPP	18/05/2025 20:27	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
50.564.977/0001-00 - AGMS SOLUCOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	16/05/2025 15:55	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
27.840.547/0001-51 - AJR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 04:41	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
14.822.536/0001-05 - ANGELO DINIZ COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	16/05/2025 16:30	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
44.201.617/0001-40 - ASP COMERCIO E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 21:39	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
53.441.926/0001-89 - AUGUSMED HOSPITALAR COMERCIO E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 16:26	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
46.089.683/0001-04 - C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 00:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
30.001.450/0001-60 - CLEVERSON A M SOARES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 23:44	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
55.738.820/0001-77 - CMA LICITACOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 17:44	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
57.225.415/0001-80 - CVR CENTRAL ENGENHARIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	17/05/2025 09:05	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
12.642.363/0001-00 - D. SILVA CUNHA Porte Empresa: ME ou EPP	17/05/2025 22:12	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
38.732.826/0001-18 - DONNOS VENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 12:27	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
32.005.178/0001-11 - EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 12:04	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
33.171.503/0001-89 - ENGLOBAK COMERCIO E SERVICO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 18:38	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.832.896/0001-00 - G & F SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 20:58	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
57.733.663/0001-32 - GM COMERCIO E SERVICOS DE LICITACOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 19:25	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	16/05/2025 17:57	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.277.417/0001-22 - LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 14:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.944.202/0001-18 - M & R SOLUCOES E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 18:19	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
30.870.355/0001-00 - M2Z SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 03:59	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
33.776.558/0001-12 - P H ATAIDE DE JESUS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	16/05/2025 19:37	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
43.230.932/0001-33 - RIBEIRO COMERCIO DE VARIEDADES E APOIO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 18:13	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
58.545.712/0001-76 - RKG COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 10:37	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
15.655.026/0001-45 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	15/05/2025 19:22	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
53.680.201/0001-43 - SALES FERREIRA SOLUCOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	17/05/2025 22:46	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
32.941.421/0001-03 - STUDIO CARTOON LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 23:46	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
57.536.564/0001-60 - SVG LICITACOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	21/05/2025 07:25	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
27.120.037/0001-00 - THADS SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 16:24	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.051.195/0001-25 - WILLIAMSON E ROSSANA EMPREENDIMIENTOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	20/05/2025 17:51	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Anexo de movimentação: PROPOSTA_ADEQUADA_C_E_M



COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/ SERVIÇO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04.	DJI AVATA 2	3	R\$ 9.428,7500	R\$ 28.286,25
VALOR TOTAL					R\$ 28.286,25 (Vinte e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos.)
Informamos que todos os tributos incidentes sobre a proposta comercial estão devidamente incluídos no valor ofertado, abrangendo impostos federais, trabalhistas, ISS, ICMS e demais encargos aplicáveis. Portanto, não haverá acréscimo ou cobrança adicional relacionada a esses tributos além do valor já apresentado.					

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

FRETE: CIF

ENDEREÇO DE ENTREGA: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís – MA.

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO DO BRASIL - 001

AGÊNCIA: 4733-3

C/C: 50128-0 ou 50128-X

CNPJ: 46.089.683/0001-04

CHAVE PIX: cmcomercio23@gmail.com

C&M Comércio e Serviços LTDA

BRASÍLIA - DF



(61) 99881-0593/ (61) 984516881



46.089.683/0001-04



QNA 21 LOTE 24 LOJA 2, TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.110-210



CMCOMERCIO23@GMAIL.COM



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-CAEI - 282025



(*) Documento assinado eletronicamente por **EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR** em 22 de Maio de 2025 às 14:10 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-CAEI-282025, Código de validação: F7A523D3C1.**



Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

DESPACHO-CAEI - 282025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: F7A523D3C1

Ao membro da CPL
Marcos Antonio Lima de Oliveira,

Em atenção ao DESPACHO-CPL-4002025 referente à Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, que tem por objeto a aquisição de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), informamos que, após análise da proposta comercial e dos documentos de habilitação apresentados pela empresa C&M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 46.089.683/0001-04, constatou-se que o item 01 da proposta apresentada atende às necessidades deste setor.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 22/05/2025 às 14:10 h ()*

EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR
POLICIAL MILITAR
MAJOR QOPMA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

ANEXO DE MOVIMENTACAO : PROPOSTA_ADEQUADA



COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/ SERVIÇO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04.	DJI AVATA 2	3	R\$ 9.428,7500	R\$ 28.286,25
VALOR TOTAL					R\$ 28.286,25 (Vinte e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos.)
Informamos que todos os tributos incidentes sobre a proposta comercial estão devidamente incluídos no valor ofertado, abrangendo impostos federais, trabalhistas, ISS, ICMS e demais encargos aplicáveis. Portanto, não haverá acréscimo ou cobrança adicional relacionada a esses tributos além do valor já apresentado.					

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

FRETE: CIF

ENDEREÇO DE ENTREGA: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís – MA.

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO DO BRASIL - 001

AGÊNCIA: 4733-3

C/C: 50128-0 ou 50128-X

CNPJ: 46.089.683/0001-04

CHAVE PIX: cmcomercio23@gmail.com

C&M Comércio e Serviços LTDA

BRASÍLIA - DF



(61) 99881-0593/ (61) 984516881



46.089.683/0001-04



QNA 21 LOTE 24 LOJA 2, TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.110-210



CMCOMERCIO23@GMAIL.COM



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4002025



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA** em 22 de Maio de 2025 às 10:45 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-CPL-4002025, Código de validação: C2696C4BC1.**



Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 4002025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: C2696C4BC1

Assunto: Dispensa Eletrônica nº 90007/2025

Interessado: Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI)

À CAEI,

Encaminha-se o processo em epígrafe, para **análise e manifestação desta Unidade**, na brevidade que o caso requer, da proposta adequada ao último lance e documentos, especificamente os referentes à **qualificação técnica**, do fornecedor **C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 46.089.683/0001-04**, provisoriamente classificado em primeiro lugar nos itens da Dispensa Eletrônica nº 90007/2025 – aquisição de V eículos Aéreos não tripulados (VANTs).

Informamos que caso a Unidade considere necessário que a empresa envie documento de habilitação complementar (referente à qualificação técnica), ou informação adicional acerca do material, poderá solicitar e faremos a convocação do fornecedor para apresentá-lo, em conformidade com item 6.6 do Aviso de Dispensa Eletrônica.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 22/05/2025 às 10:45 h ()*

MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

PROPOSTA ADEQUADA_C E M COMERCIO



COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/ SERVIÇO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04.	DJI AVATA 2	3	R\$ 9.428,7500	R\$ 28.286,25
VALOR TOTAL					R\$ 28.286,25 (Vinte e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos.)
Informamos que todos os tributos incidentes sobre a proposta comercial estão devidamente incluídos no valor ofertado, abrangendo impostos federais, trabalhistas, ISS, ICMS e demais encargos aplicáveis. Portanto, não haverá acréscimo ou cobrança adicional relacionada a esses tributos além do valor já apresentado.					

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

FRETE: CIF

ENDEREÇO DE ENTREGA: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís – MA.

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO DO BRASIL - 001

AGÊNCIA: 4733-3

C/C: 50128-0 ou 50128-X

CNPJ: 46.089.683/0001-04

CHAVE PIX: cmcomercio23@gmail.com

C&M Comércio e Serviços LTDA

BRASÍLIA - DF



(61) 99881-0593/ (61) 984516881



46.089.683/0001-04



QNA 21 LOTE 24 LOJA 2, TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.110-210



CMCOMERCIO23@GMAIL.COM



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

DOCS HABILITAÇÃO_C E M COMERCIO



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 46.089.683/0001-04
Razão Social: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: C&M LTDA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 05/11/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/09/2025	Automática
FGTS	Validade:	03/06/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/08/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	22/06/2025
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – **CREF4/SP**, Autarquia Federal, constituída pela Lei nº 9.696/98, inscrita no CNPJ sob nº **03.676.803/0001-59**, com sede à Rua Líbero Badaró, 377 – 3º andar, Centro, São Paulo/SP, **ATESTA** para os devidos fins, que a empresa **C&M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, sediada em QNA 21 Lote 24 Loja 2, Taguatinga Norte – Brasília/DF, CEP: 72.110-210, inscrita no CNPJ nº **46.089.683/0001-04**, foi contratada através do **processo administrativo nº. 2105/24** na forma e condições estabelecidas na dispensa eletrônica nº. 04/2024, os tendo como objeto:

O Fornecimento de 01 (um) veículo aéreo não tripulado (DRONE) da marca DJI Mavic 3 Pro Fly More.

Atestamos, ainda, que a referida empresa cumpriu com todas as obrigações assumidas, nada havendo em nossos arquivos, até a presente data, que possa desaboná-la.

São Paulo, 03 de Julho de 2024.

Elder Sicoli Lopes
Adjunto Administrativo – CREF4/SP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – FORNECIMENTO

Atestamos que a empresa C&M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.089.683/0001-04, estabelecida no endereço QNA 21 LOTE 24 LOJA 2, CEP 72.110-210, TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, forneceu para a Defesa Civil de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública – Prefeitura de Florianópolis, inscrita no CNPJ nº 82.892.282/0023-59, os materiais objetos da Nota de Empenho nº 03/2023, descritos abaixo:

- Duas unidades de DRONE – Aeronave Remotamente Pilotada, conforme características descritas no Processo de Dispensa Eletrônica nº 424/SMLCP/2023 – Município de Florianópolis/SC.

Atestamos, ainda, que os referidos materiais foram fornecidos de forma satisfatória e que, até o momento, **NADA CONSTA** em nossos registros que desabone a conduta da empresa.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2024.

MARCOS ROBERTO LEAL
Chefe do Setor de Atividades Técnicas – SAT
Defesa Civil de Florianópolis



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC/SR/PF/PE

Processo nº 08402.000078/2023-16

Interessado: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 32827746/2023-SETEC/SR/PF/PE					
Observação: Este documento é assinado pelo Gestor de Execução ou Representante da Unidade Requisitante do Contrato e pela Autoridade Signatária do Contrato					
DADOS DA CONTRATADA					
1. NOME/RAZÃO SOCIAL		C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA			
2. CNPJ		46.089.683/0001-04			
3. ENDEREÇO		QUADRA QNA 21 LOTE LOJA 2, . - TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA) - BRASILIA - DF - CEP: 72110-210			
DADOS DA CONTRATANTE					
4. ÓRGÃO		Ministério da Justiça e Segurança Pública			
5. UNIDADE LICITANTE (UASG)		200398			
6. UASG		200398			
7. CNPJ		00.394.494/0033-13			
8. UNIDADE REQUISITANTE					
DADOS DO CONTRATO					
9. NÚMERO/ANO	2023NE381	10. Nº do Edital, da Dispensa, ou da Inexigibilidade	Dispensa Eletrônica 32361201/2023- CPL/SELOG/SR/PF/PE	nº	
11. OBJETO	Aquisição de baterias para Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA's)				
12. VIGÊNCIA	21/11/2023 a 21/12/2023	13. PRORROGAÇÕES	Sem prorrogações		
14. DESCRIÇÃO DO OBJETO (<i>Quantitativo Atualizado</i>)					
ITEM	DETALHAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR (\$)	
1	Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic III)	10	Unidade	18.280,00	
DADOS DA EXECUÇÃO					
15. PERÍODO DE EXECUÇÃO	21/11/2023 a 21/12/2023	16. SITUAÇÃO DO CONTRATO	(X) ATIVO () EXTINTO		
17. TOTAL EXECUTADO NO PERÍODO					
ITEM	DETALHAMENTO	QUANTIDADE			
1	Baterias para aeronaves remotamente pilotadas (Mavic III)	10			
18. QUALIDADE DA EXECUÇÃO					
A contratada entregou os materiais dentro do prazo previsto, na quantidade e especificações corretas.					
19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS					
PROCESSO	ÓRGÃO SANCIONADOR	SANÇÃO APLICADA	EMBASAMENTO LEGAL	RESUMO DA INFRAÇÃO	VIGÊNCIA (SUSPENSÃO OU IMPEDIMENTO)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
20. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA SOBRE AS SANÇÕES APLICADAS					
Não foram aplicadas sanções à empresa.					
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS					

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA (SEM RESSALVA OU COM RESSALVA)					
Atesta-se que a CONTRATADA referenciada executou os quantitativos informados, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, não havendo, até o momento, registro de inadimplemento que desabone sua capacidade de execução.					
ASSINATURAS					
Gestor de Contrato					



Documento assinado eletronicamente por **RHASSANNO CARACCIOLLO PATRIOTA, Perito(a) Criminal Federal**, em 07/12/2023, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32827746&crc=11F3EFA1.

Código verificador: **32827746** e Código CRC: **11F3EFA1**.

Referência: Processo nº 08400.008507/2023-13

SEI nº 32827746

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - Prodabel, CNPJ: 18-239.038-0001/87, sediada na Avenida Presidente Carlos Luz, 1275 – Bairro Caícaras – CEP – 31.230.000, Belo Horizonte/ MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts, 25/23, do Decreto Municipal nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, a pedido da interessada, para efeito de comprovação de capacidade técnica junto aos órgãos públicos.

ATESTA

Que a empresa C&M Comércios e Serviços Ltda, CNPJ 46.089.683/0001-04, estabelecida na Q QNA 1 Lote 24 - Loja 2, Taguatinga Norte, Brasília/DF, CEP 72.110-210, firmou contrato com este órgão conforme detalhado a seguir:

- Modalidade da compra: Pregão Eletrônico 047/2023
- Número do processo: 04-000.740/23-67
- Nº do instrumento: PDB.054.2024.3.2
- Vigência: 16/07/2024 a 15/07/2025
- Objeto: Aquisição de drone com RTK (Real time Kinematic) integrado, módulo scanner, software de pós processamento de imagem, software para tratamento na nuvem de pontos e itens relacionados e estação de carregamentos de baterias.
- Itens Fornecidos: Aeronave remotamente pilotada (drone), acessórios e software DJI Terra.
- Números dos empenhos: 107, 108, 109 e 1010.

Acrescentamos que a empresa **C&M Comércios e Serviços Ltda** cumpre com o estabelecido em contrato de forma satisfatória, não havendo nada que a desabone até a presente data.

Belo Horizonte, de de 2024.

Marcilio Marcelino Santos
Superintendente Administrativo



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 01.664.910/0001-31, **ATESTA** para os devidos fins que a empresa **C&M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF Nº: 46.089.683/0001-04, com sede na Quadra QNA 21, Lote 2, Taguatinga Norte, Brasília-DF, aqui representada por sua representante legal, a Sra. **JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA**, portadora do CPF/MF nº. 041.***.***-61, conforme poderes que lhe são outorgados, prestou satisfatoriamente, cumprindo as condições contratuais e prazos, os serviços abaixo relacionados:

Contrato	Objeto	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade Total	PE/UASG/ARP
CNT/08/2024/PC-NCP	Aquisição de AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (ARP) , com sensor thermal , objetivando atender as necessidades da Polícia Civil de Rondônia - PC/RO .	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA RPA (DRONE) - JII MAVIC 3 ENTERPRISE THERMA - Componente guimbal com dois sensores RGB 56x zoom + um termal integ. Controle remoto homologado pela ANATEL, com display integrado de 5 polegadas; uma bateria inteligente de voo compatível com a aeronave; um cartão micro SD 64gb; um protetor do guimbal; três pares de hélices para o drone; um cabo CA do adaptador de energia de 100 W; um cabo USB-C; um cabo USB-C para USB-C; uma maleta case rígida original;	DJI/MAVIC 3 ENTERPRISE THERMAL	UND	1	Dispensa 90012/2024 UASG 927323

Porto Velho, 14 de março de 2025.

ANDERSON FERNANES MELO
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Fernandes Melo, Diretor(a)**, em 14/03/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058223616** e o código CRC **0AB426FF**.

Referência: Caso responda este(a) Atestado de Capacidade Técnica, indicar expressamente o Processo nº 0019.035357/2024-95

SEI nº 0058223616



COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90007/2025 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa **C&M COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº **46.089.683/0001-04**, que sejam cônjuge companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

BRASÍLIA - DF



(61) 99881-0593/ (61) 984516881



QNA 21 LOTE 24 LOJA 2, TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.110-210



CMCOMERCIO23@GMAIL.COM



46.089.683/0001-04



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.089.683/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/04/2022
NOME EMPRESARIAL C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) C&M LTDA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira 33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.29-1-01 - Instalação de painéis publicitários 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO Q QNA 21 LOTE	NÚMERO 24	COMPLEMENTO LOJA 2
CEP 72.110-210	BAIRRO/DISTRITO TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA)	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CMCOMERCIO23@GMAIL.COM	TELEFONE (61) 9881-0593/ (61) 8451-6881	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/04/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/06/2024** às **21:19:22** (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.089.683/0001-04 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 20/04/2022</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO Q QNA 21 LOTE</div>	<div>NÚMERO 24</div>	<div>COMPLEMENTO LOJA 2</div>
---	--------------------------	-----------------------------------

<div>CEP 72.110-210</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA)</div>	<div>MUNICÍPIO BRASILIA</div>	<div>UF DF</div>
-------------------------------	--	-----------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CMCOMERCIO23@GMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (61) 9881-0593/ (61) 8451-6881</div>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/04/2022</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 26/06/2024 às 21:19:22 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.089.683/0001-04 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 20/04/2022</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
95.29-1-05 - Reparação de artigos do mobiliário

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
Q QNA 21 LOTE

NÚMERO
24

COMPLEMENTO
LOJA 2

CEP
72.110-210

BAIRRO/DISTRITO
TAGUATINGA NORTE
(TAGUATINGA)

MUNICÍPIO
BRASILIA

UF
DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO
CMCOMERCIO23@GMAIL.COM

TELEFONE
(61) 9881-0593/ (61) 8451-6881

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
20/04/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 26/06/2024 às 21:19:22 (data e hora de Brasília).




Página: 3/3

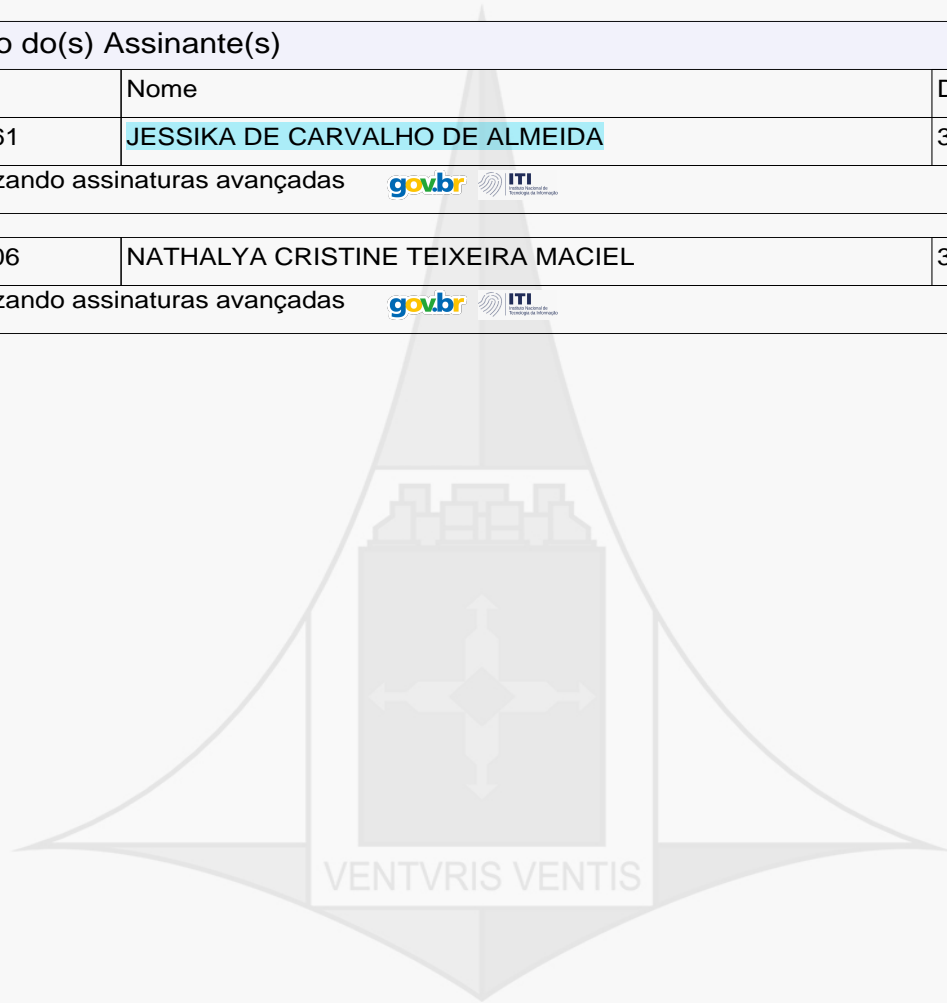
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo


Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/139.414-4	DFP2300222055	26/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
042.671.881-06	NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203021596 em 31/10/2023 da Empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46089683000104 e protocolo DFP2300222055 - 26/10/2023. Autenticação: 428C2C9091ADC6C81DA2E66D863D6B83F562C71A. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/139.414-4 e o código de segurança nrJx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/11/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

C&M COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 46.089.683/0001-04

NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL, brasileira, casada, comunhão parcial, empresária, nascida em 16/11/1992, portadora da carteira de identidade nº 3012034 expedida pelo SESP-DF e CPF nº 042.671.881-06, residente e domiciliada na QN 406 Conjunto E Lote 01 – Samambaia - DF, CEP: 72.318-565.

Única sócia da sociedade empresária individual **NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL - FISIOTERAPIA**, com sede na QN 406 Conjunto E Lote 1 - Samambaia - DF, CEP: 72.318-565, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 53101488398 por despacho de 20/04/2022, inscrita no CNPJ sob o nº 46.089.683/0001-04, consoante à faculdade prevista no parágrafo único do artigo 1.033, da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil), resolve na melhor forma de direito fazer a seguinte alteração contratual mediante cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Alteração do nome empresarial: A sociedade passa a girar sob o nome empresarial **C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA**.

Parágrafo Único: A sociedade passa a ter como nome fantasia **C&M LTDA**.

Cláusula Segunda: Alteração do Objeto social: A sociedade passa a ter as seguintes atividades econômicas (CNAES) vinculadas ao seu objeto social:

- 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
- 31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira
- 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
- 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
- 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar-condicionado, de ventilação e refrigeração
- 43.29-1-01 - Instalação de painéis publicitários
- 43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
- 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
- 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
- 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
- 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
- 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
- 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
- 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
- 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
- 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral



47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
 49.24-8-00 - Transporte escolar
 49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
 49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
 52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
 53.20-2-01 - Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional
 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
 73.19-0-02 - Promoção de vendas
 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
 74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
 85.99-6-03 - Treinamento em informática
 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
 95.29-1-05 - Reparação de artigos do mobiliário
 33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores

Cláusula Terceira: Admissão de Sócio (s): é admitida na sociedade nesta data, a **Srª JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 21/02/1994, portadora da carteira nacional de habilitação nº. 05645396060 expedida pelo DETRAN-DF e CPF nº 041.642.261-61, residente e domiciliada na Quadra QNA 21 Lote 24 Loja 02 – Taguatinga Norte (Taguatinga) – Brasília - DF, CEP: 72.110-210.

Cláusula Quarta: Retirada de Sócio e Transferências de Quotas de Capital Social: a sócia **NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL**, acima qualificada e detentora do capital social, no valor de R\$



10.000,00 (dez mil reais), se retira da sociedade, cedendo e transferindo, a totalidade do capital social para a sócia ora admitida Sr^a **JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA**, acima qualificada, dando a mais plena, geral e irrevogável quitação do capital cedido, declarando nada haver a receber em virtude das transferências aqui avençadas.

Cláusula Quinta – Alteração de endereço: A sociedade altera o endereço para: Quadra QNA 21 Lote 24 Loja 2 – Taguatinga Norte (Taguatinga) – Brasília - DF, CEP: 72.110-210.

Cláusula Sexta: Alteração do Capital Social: O capital social que é de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais já totalmente integralizado em moeda corrente do país, correspondentes a 10 (dez) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil) reais cada, altera-se para R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), dividido em 100 (cem) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalmente integralizadas, neste ato, em moeda corrente, distribuído da seguinte forma:

Nome	Nº de Quotas	%	Valor R\$
JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	100	100%	100.000,00
TOTAL	100	100%	100.000,00

Cláusula Sétima: A administração da sociedade passa a ser exercida pela sócia administradora **JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA**. Com os poderes e atribuições de representar ativa e passivamente a sociedade em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

Parágrafo Primeiro: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está sendo impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Oitava – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros, sem expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Nona – O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao término de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima – Em caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida e continuará sendo gerida pelo sócio remanescente ou pelos herdeiros. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa. O mesmo procedimento será adotado em qualquer dos casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

Cláusula Décima Primeira – Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa segundo artigo 1.085 do CC/2002.



Cláusula Décima Segunda – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possam impedi-lo de exercer atividade empresarial conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Cláusula Décima Terceira – O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (Art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

Cláusula Décima Quarta: Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento.

Brasília-DF, 24 de outubro de 2023.

JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA

NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL




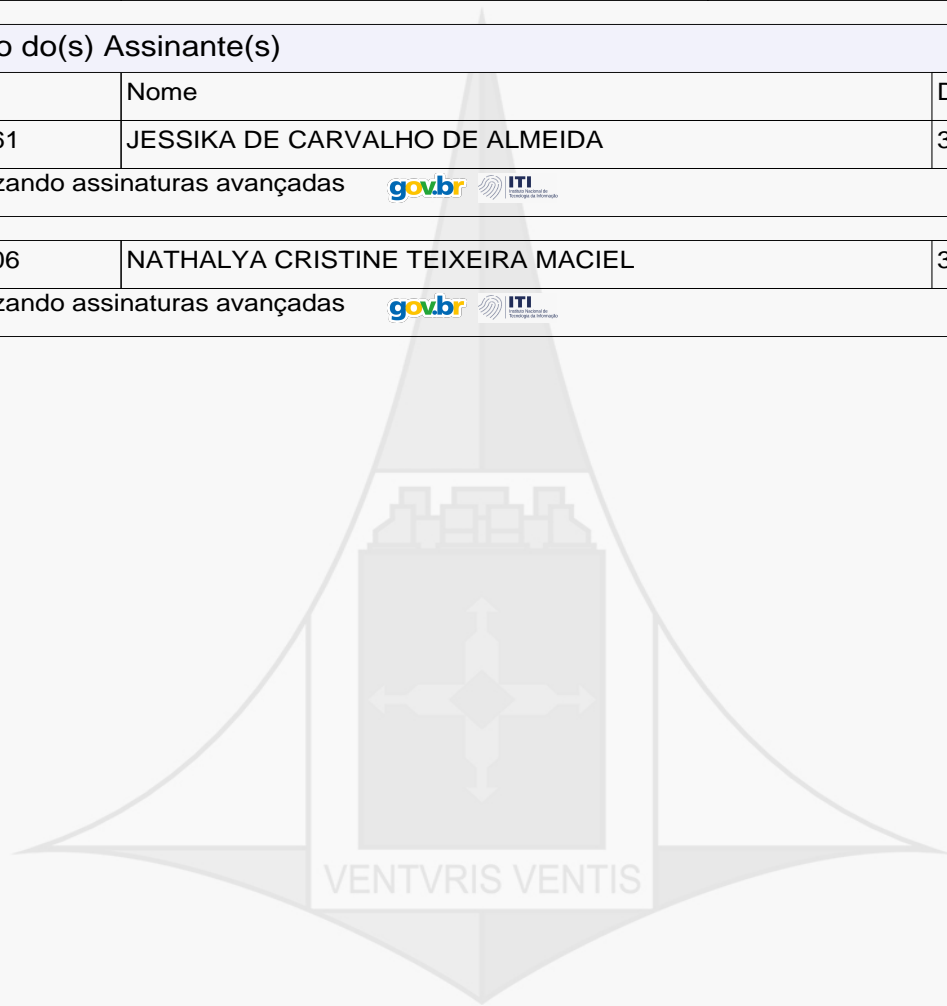
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal


Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/139.414-4	DFP2300222055	26/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
042.671.881-06	NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203021596 em 31/10/2023 da Empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46089683000104 e protocolo DFP2300222055 - 26/10/2023. Autenticação: 428C2C9091ADC6C81DA2E66D863D6B83F562C71A. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/139.414-4 e o código de segurança nrJx. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/11/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, de CNPJ 46.089.683/0001-04 e protocolado sob o número 23/139.414-4 em 26/10/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 53203021596, em 31/10/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador JHULLY RODRIGUES DE MOURA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
042.671.881-06	NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
042.671.881-06	NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL	31/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 24/10/2023



Documento assinado eletronicamente por JHULLY RODRIGUES DE MOURA, Servidor(a) Público(a), em 31/10/2023, às 21:04.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](https://portalservicos.jucis.df.gov.br) informando o número do protocolo 23/139.414-4.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203021596 em 31/10/2023 da Empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46089683000104 e protocolo DFP2300222055 - 26/10/2023. Autenticação: 428C2C9091ADC6C81DA2E66D863D6B83F562C71A. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/139.414-4 e o código de segurança nrJx. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/11/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.

Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia
Secretária-Geral

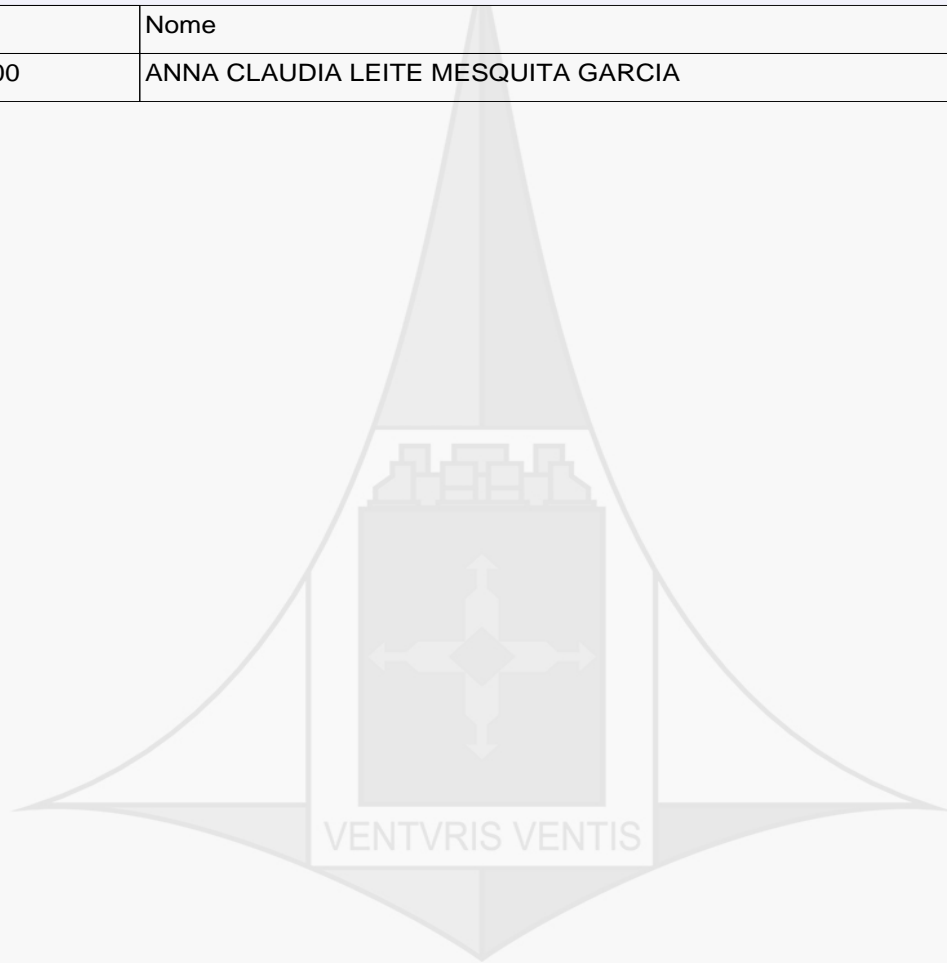


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
816.021.031-00	ANNA CLAUDIA LEITE MESQUITA GARCIA



Brasília. terça-feira, 31 de outubro de 2023



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203021596 em 31/10/2023 da Empresa C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46089683000104 e protocolo DFP2300222055 - 26/10/2023. Autenticação: 428C2C9091ADC6C81DA2E66D863D6B83F562C71A. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/139.414-4 e o código de segurança nrJx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/11/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.

ANNA CLAUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, por mim conferido e autenticado sob o nº 218767 em 17/04/2024. Assinado digitalmente por NATALIA RODRIGUES GALBA CAMPOS. Para validação da Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e a chave de segurança abaixo:

Número de Protocolo	Chave de Segurança
24/052.818-2	hSjx

Identificação da Empresa	
Nome Empresarial:	C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA
Nire:	
CNPJ:	46.089.683/0001-04
Município:	BRASILIA

Identificação do Livro Digital	
Espécie:	Diario
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/10/2023 - 31/12/2023
Número da Procuração:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	CRC	Data Assinatura
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA		17/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  			

484.259.231-15	ANDREA ADREANI JUK	013653/O-0 DF	17/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  			



Documento assinado eletronicamente por NATALIA RODRIGUES GALBA CAMPOS, Servidor(a) Público(a), em 17/04/2024, às 16:16.

Brasília, quarta-feira, 17 de abril de 2024



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 24/052.818-2.

Termo de Abertura

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA					
NIRE:	5320302159-6	CNPJ:	46.089.683/0001-04	NIRE Anterior:	5310148839-8
Nome Anterior:					
NATHALYA CRISTINE TEIXEIRA MACIEL - FISIOTERAPIA					
Município:	BRASILIA			UF:	DISTRITO FEDERAL
Inscrição	0813075200107		Inscrição Municipal:		
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:			20/04/2022		

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Quantidade de páginas:	9
Data	17/04/2024		

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	Administrador	
484.259.231-15	ANDREA ADREANI JUK	Contador	013653/O-0 DF



DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
26/10/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.	100.000,00	
26/10/2023	2.3.1.01.00001	CAPITAL SOCIAL	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.		100.000,00
			TOTAL DO MÊS	100.000,00	100.000,00

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2023

Sistema licenciado para JT ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA



Junta Comercial do Estado do Distrito Federal
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/052.818-2 no dia 17/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
01/12/2023	3.2.3.04.00003	TELEFONE	PAGAMENTO REFERENTE A TELEFONE EM 01/12/2023	263,76	
01/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A TELEFONE EM 01/12/2023		263,76
08/12/2023	3.2.3.02.00001	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	PAGAMENTO REFERENTE A ALUGUÉIS DE IMÓVEIS EM 08/12/2023	11.869,80	
08/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A ALUGUÉIS DE IMÓVEIS EM 08/12/2023		11.869,80
11/12/2023	3.2.3.04.00002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REFERENTE A ÁGUA E ESGOTO EM 11/12/2023	158,08	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A ÁGUA E ESGOTO EM 11/12/2023		158,08
11/12/2023	3.2.3.04.00009	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS EM 11/12/2023	680,00	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS EM 11/12/2023		680,00
11/12/2023	3.2.3.04.00009	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS EM 11/12/2023	3.780,00	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS EM 11/12/2023		3.780,00
11/12/2023	3.2.3.04.00019	MANUTENÇÃO E REPAROS	PAGAMENTO REFERENTE A MANUTENÇÃO E REPAROS EM 11/12/2023	3.600,00	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A MANUTENÇÃO E REPAROS EM 11/12/2023		3.600,00
11/12/2023	3.2.3.04.00009	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS EM 11/12/2023	7.400,00	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS EM 11/12/2023		7.400,00
11/12/2023	3.2.3.04.00006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	PAGAMENTO REFERENTE A MATERIAL DE ESCRITÓRIO EM 11/12/2023	1.174,74	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A MATERIAL DE ESCRITÓRIO EM 11/12/2023		1.174,74
11/12/2023	1.1.5.01.00001	MERCADORIAS PARA REVENDA	MERCADORIAS PARA REVENDA.	3.755,33	
11/12/2023	2.1.1.01.00001	FORNECEDORES DIVERSOS	MERCADORIAS PARA REVENDA.		3.755,33
11/12/2023	3.2.3.04.00020	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	PAGAMENTO REFERENTE A PROPAGANDA E PUBLICIDADE EM 11/12/2023	2.301,49	
11/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A PROPAGANDA E PUBLICIDADE EM 11/12/2023		2.301,49
14/12/2023	3.2.3.04.00008	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	PAGAMENTO REFERENTE A HONORÁRIOS CONTÁBEIS EM 11/2023.	300,00	
14/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A HONORÁRIOS CONTÁBEIS EM 11/2023.		300,00
14/12/2023	3.2.3.04.00019	MANUTENÇÃO E REPAROS	PAGAMENTO REFERENTE A MANUTENÇÃO E REPAROS.	495,00	
14/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A MANUTENÇÃO E REPAROS.		495,00
18/12/2023	3.2.3.03.00003	IPTU	PAGAMENTO REFERENTE A IPTU EM 18/12/2023	742,90	
18/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A IPTU EM 18/12/2023		742,90
20/12/2023	3.2.3.03.00009	SIMPLES NACIONAL	PAGAMENTO REFERENTE A SIMPLES NACIONAL COMP. 11/2023 EM 20/12/2023	3.059,57	
20/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A SIMPLES NACIONAL COMP. 11/2023 EM 20/12/2023		3.059,57
20/12/2023	3.2.3.04.00018	DESPESAS COM INTERNET	PAGAMENTO REFERENTE A DESPESAS COM INTERNET EM 20/12/2023	840,00	
20/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A DESPESAS COM INTERNET EM 20/12/2023		840,00
22/12/2023	3.2.3.04.00003	TELEFONE	PAGAMENTO REFERENTE A TELEFONE EM 22/12/2023	159,80	
22/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PAGAMENTO REFERENTE A TELEFONE EM 22/12/2023		159,80
29/12/2023	1.1.1.01.00001	CAIXA GERAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA	69.168,41	
29/12/2023	3.1.1.02.00001	SERVIÇOS PRESTADOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA		69.168,41
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	23.739,60	
31/12/2023	3.2.3.02.00001	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		23.739,60
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	1.485,80	
31/12/2023	3.2.3.03.00003	IPTU	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		1.485,80
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	266,58	
TRANSPORTE				135.240,86	134.974,28

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2023

Sistema licenciado para JT ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA



Junta Comercial do Estado do Distrito Federal
Este Livro foi protocolado sob o nº 24/052.818-2 no dia 17/04/2024. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
			TRANSPORTE	135.240,86	134.974,28
31/12/2023	3.2.3.04.00002	ÁGUA E ESGOTO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		266,58
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	847,12	
31/12/2023	3.2.3.04.00003	TELEFONE	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		847,12
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	2.349,48	
31/12/2023	3.2.3.04.00006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		2.349,48
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	600,00	
31/12/2023	3.2.3.04.00008	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		600,00
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	23.720,00	
31/12/2023	3.2.3.04.00009	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		23.720,00
31/12/2023	3.1.1.02.00001	SERVIÇOS PRESTADOS	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	120.161,23	
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		120.161,23
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	1.680,00	
31/12/2023	3.2.3.04.00018	DESPESAS COM INTERNET	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		1.680,00
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	6.390,00	
31/12/2023	3.2.3.04.00019	MANUTENÇÃO E REPAROS	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		6.390,00
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	2.301,49	
31/12/2023	3.2.3.04.00020	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		2.301,49
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	3.059,57	
31/12/2023	3.2.3.03.00009	SIMPLES NACIONAL	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		3.059,57
31/12/2023	5.1.1.01.00001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	53.721,59	
31/12/2023	2.3.3.01.00004	LUCRO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		53.721,59
31/12/2023	2.3.3.01.00004	LUCRO DO EXERCÍCIO	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.	53.721,59	
31/12/2023	2.3.3.01.00001	LUCROS ACUMULADOS	ENCERRAMENTO DO EXERCICIO.		53.721,59
TOTAL DO MÊS				403.792,93	403.792,93

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2023

JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA

CPF: 041.642.261-61

ANDREA ADREANI JUK

Reg. no CRC - DF sob o No. 013986/O-0

CPF: 484.259.231-15

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	161.232,25D
ATIVO CIRCULANTE	161.232,25D
DISPONÍVEL	153.721,59D
CAIXA	153.721,59D
CAIXA GERAL	153.721,59D
ESTOQUE	7.510,66D
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	7.510,66D
MERCADORIAS PARA REVENDA	7.510,66D
PASSIVO	161.232,25C
PASSIVO CIRCULANTE	7.510,66C
FORNECEDORES	7.510,66C
FORNECEDORES	7.510,66C
FORNECEDORES DIVERSOS	7.510,66C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.721,59C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	53.721,59C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	53.721,59C
LUCROS ACUMULADOS	53.721,59C

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2023

JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA
 CPF: 041.642.261-61

ANDREA ADREANI JUK
 Reg. no CRC - DF sob o No. 013986/O-0
 CPF: 484.259.231-15



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	120.161,23
= RECEITA LÍQUIDA	120.161,23
= LUCRO BRUTO	120.161,23
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(66.439,64)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(66.439,64)
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL	53.721,59
= RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL	53.721,59
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	53.721,59
= LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.721,59
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.721,59

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 2023

JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA
CPF: 041.642.261-61

ANDREA ADREANI JUK
Reg. no CRC - DF sob o No. 013986/O-0
CPF: 484.259.231-15



COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	161.232,25 + 0,00	21,47
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	7.510,66 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	161.232,25	21,47
	Passivo Circulante	7.510,66	
Índice de Solvência Geral	Ativo	161.232,25	21,47
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	7.510,66 + 0,00	
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	7.510,66 + 0,00	0,05
	Passivo Total	161.232,25	
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	7.510,66 + 0,00	0,05
	Ativo	161.232,25	

JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA

CPF: 041.642.261-61

ANDREA ADREANI JUK

Reg. no CRC - DF sob o No. 013986/O-0

CPF: 484.259.231-15

Termo de Encerramento

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA					
NIRE:	5320302159-6	CNPJ:	46.089.683/0001-04	NIRE Anterior:	5310148839-8
Nome Anterior:					
Município:	BRASILIA			UF:	DISTRITO FEDERAL
Inscrição	0813075200107		Inscrição Municipal:		
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:			20/04/2022		

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Data assinatura:	17/04/2024
Quantidade de páginas:	9		
Período de escrituração			
Início:	01/10/2023	Fim:	31/12/2023
Período de retificação:			
Início:		Fim:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
041.642.261-61	JESSIKA DE CARVALHO DE ALMEIDA	Administrador	
484.259.231-15	ANDREA ADREANI JUK	Contador	013653/O-0 DF



CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 08.130.752/001-07

CPF/CNPJ 46.089.683/0001-04

DataConcessão 20/04/2022

Denominação social C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia C&M LTDA

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Qualificação do Contribuinte ISS E ICMS

Regime de Tributação do ISS SIMPLES NACIONAL

Faixa do ISS XX

Regime de Tributação do ICMS SIMPLES NACIONAL

Faixa do ICMS XX

FAC - Número do Protocolo

969-16017/80

Data de enquadramento no ISS

19/12/2023

Data de enquadramento no ICMS

19/12/2023

Descrição Atividade Econômica do ISS SERVICIO DE PREPARACAO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA

Código da Atividade - ISS A0161-0/03-00

Data de Início de Atividade - ISS 19/12/2023

Descrição da Atividade Econômica do ICMS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA

Código da Atividade - ICMS G4751-2/01-00

Data de Início de Atividade - ICMS 19/12/2023

Endereço QNA 21 LOTE 24 LOJA 2

Cidade BRASILIA

CEP 72.110-210

Bairro TAGUATINGA NORTE (TAG

Situação Cadastral

Data 01/01/0001

UF DF

Atividade secundária - ICMS

CNAE-Fiscal:

C310120000

Descrição da atividade:

FABRICACAO DE MOVEIS COM PREDOMINANCIA DE MADEIRA

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G453070300

Descrição da atividade:

COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G474230000

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G474310000

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G474400100

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G474400300

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G474400400

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G474409900

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G475210000

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G475390000

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G475470100

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G475470300

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G476100300

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G476360400

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G477330000

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G478140000

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G478900700

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G478900800

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G478909900

Descrição da atividade:

COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H492990200

Descrição da atividade:

TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H493020200

Descrição da atividade:

TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

J619069900

Descrição da atividade:

OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Data de início:

19/12/2023

Atividade secundária - ISS**CNAE-Fiscal:**

C331390100

Descrição da atividade:

MANUTENCAO E REPARACAO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELETRICOS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

E370290000

Descrição da atividade:

ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

F432150000

Descrição da atividade:

INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

F432230200

Descrição da atividade:

INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

F432910100

Descrição da atividade:

INSTALACAO DE PAINEIS PUBLICITARIOS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

F433040200

Descrição da atividade:

INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

F433040300

Descrição da atividade:

OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

F433049900

Descrição da atividade:

OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G452000100

Descrição da atividade:

SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

G452000200

Descrição da atividade:

SERVICOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEICULOS AUTOMOTORES

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H492300200

Descrição da atividade:

SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H492480000

Descrição da atividade:

TRANSPORTE ESCOLAR

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H492990100

Descrição da atividade:

TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H522900200

Descrição da atividade:

SERVICOS DE REBOQUE DE VEICULOS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

H532020100

Descrição da atividade:

SERVICOS DE MALOTE NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

J631940000

Descrição da atividade:

PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

M711979900

Descrição da atividade:

ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

M731900200

Descrição da atividade:

PROMOCAO DE VENDAS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

M731900400

Descrição da atividade:

CONSULTORIA EM PUBLICIDADE

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

M742000100

Descrição da atividade:

ATIVIDADES DE PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AEREA E SUBMARINA

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

N773900300

Descrição da atividade:

ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

N773909900

Descrição da atividade:

ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

N823000100

Descrição da atividade:

SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

P859960300

Descrição da atividade:

TREINAMENTO EM INFORMATICA

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

R900190600

Descrição da atividade:

ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO

Data de início:

19/12/2023

CNAE-Fiscal:

S952910500

Descrição da atividade:

REPARACAO DE ARTIGOS DO MOBILIARIO

Data de início:

19/12/2023

Este documento foi emitido no dia 01/01/0001 na Internet pelo portal Agenci@Net



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.089.683/0001-04

Certidão nº: 15505696/2025

Expedição: 17/03/2025, às 13:41:22

Validade: 13/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.089.683/0001-04**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 102037892442025
NOME: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA
ENDEREÇO: QNA 21 LOTE LOJA 2 24
CIDADE: TAGUATINGA NORTE TAG
CNPJ: 46.089.683/0001-04
CF/DF: 0813075200107
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2025

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 03 de julho de 2025. *



COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

C&M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n. 46.089.683/0001-04, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

BRASÍLIA - DF

(61) 99881-0593/ (61) 984516881

46.089.683/0001-04

QNA 21 LOTE 24 LOJA 2, TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.110-210

CMCOMERCIO23@GMAIL.COM



Emissão do Documento

06/12/2023 13:39:23

DADOS DA EMPRESA**Nome da Empresa:**

C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA

Endereço do Empreendimento:QUADRA QNA 21 LOTE, 24, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), RA
TAGUATINGA, 72110-210, BRASILIA, LOJA 2**Número de Registro:**

53203021596

CNPJ:

46.089.683/0001-04

Inscrição Estadual:

0813075200107

Natureza Jurídica:

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Porte da Empresa:

MICROEMPRESA

Consulta por QR Code**MEI:** NÃO**PARECER DA VIABILIDADE****Complemento da Análise do Endereço:**

Uos RO 2

Área Utilizada (m²):

50,0

Área Total Edificação (m²):

100,0

Utiliza área Pública:

(X) Sim () Não

Declaro estar ciente que, antes do início da atividade em local público, a empresa deverá obter a permissão de uso de espaço público na Administração Regional do respectivo endereço.

Executa música ao vivo, mecanizada e/ou eletrônica:

() Sim (X) Não

Dias de**Horário**

Segunda-Feira

08:00h às 18:00h

Terça-Feira

08:00h às 18:00h

Quarta-Feira

08:00h às 18:00h

Quinta-feira

08:00h às 18:00h

Sexta-Feira

08:00h às 18:00h

Sábado

08:00h às 18:00h

Atividade Principal

- 0161-0/03 Serviço de preparacao de terreno, cultivo e colheita

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

Atividades Secundárias

- 3702-9/00 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 3313-9/01 Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4923-0/02 Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 5229-0/02 Serviços de reboque de veículos

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4924-8/00 Transporte escolar

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4929-9/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

Emissão do Documento

06/12/2023 13:39:23

- 4929-9/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4789-0/99 Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente

Complemento

COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 7739-0/99 Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador

Complemento

ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 7739-0/03 Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 7420-0/01 Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 9001-9/06 Atividades de sonorizacao e de iluminacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 7119-7/99 Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente

Complemento

ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4530-7/03 Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4763-6/04 Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4754-7/03 Comercio varejista de artigos de iluminacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4761-0/03 Comercio varejista de artigos de papelaria

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4781-4/00 Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4789-0/08 Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4773-3/00 Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4744-0/04 Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4789-0/07 Comercio varejista de equipamentos para escritorio

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4744-0/01 Comercio varejista de ferragens e ferramentas

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4744-0/99 Comercio varejista de materiais de construcao em geral

Complemento

COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4744-0/03 Comercio varejista de materiais hidraulicos

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4742-3/00 Comercio varejista de material eletrico

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4754-7/01 Comercio varejista de moveis

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4743-1/00 Comercio varejista de vidros

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4753-9/00 Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4752-1/00 Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4751-2/01 Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite analise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 7319-0/04 Consultoria em publicidade

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4329-1/01 Instalacao de paineis publicitarios

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4330-4/02 Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4322-3/02 Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4321-5/00 Instalacao e manutencao eletrica

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4330-4/03 Obras de acabamento em gesso e estuque

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 6190-6/99 Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente

Complemento

OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4330-4/99 Outras obras de acabamento da construçao

Complemento

OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 6319-4/00 Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 7319-0/02 Promocao de vendas

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 9529-1/05 Reparacao de artigos do mobiliario

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4520-0/02 Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 5320-2/01 Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 4520-0/01 Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA,porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Emissão do Documento

06/12/2023 13:39:23

4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 8230-0/01 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

- 8599-6/03 Treinamento em informática

Restrições

Consulta de Viabilidade de Localização DEFERIDA, porém existem restrições a serem observadas de acordo com a norma urbanística do setor. Verifique Campo Complemento.

Complemento da análise

Uos RO 2- Observação : Esta administração não emite análise de atividades que estão fora do endereço indicado.

**LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES
INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM**
Atividades Licenciadas

CNAE	Descrição	Validade
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	31/10/2028
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	06/12/2028
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	31/10/2028
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	06/12/2028
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	06/12/2028
4924-8/00	Transporte escolar	06/12/2028
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	06/12/2028
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	06/12/2028
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	06/12/2028

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
7319-0/04	Consultoria em publicidade
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores

Emissão do Documento

06/12/2023 13:39:23

8230-0/01 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

8599-6/03 Treinamento em informática

Atividades Não Licenciadas

CNAE	Descrição	Situação
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	Aguardando solicitação

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - VISADF
Atividades Licenciadas

CNAE	Descrição	Validade
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	31/10/2026
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	06/12/2026
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	31/10/2026

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico
4754-7/01	Comércio varejista de móveis
4743-1/00	Comércio varejista de vidros
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

7319-0/04	Consultoria em publicidade
3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
8599-6/03	Treinamento em informatica
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente

SUBSECRETARIA DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL - SUSDEC
Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Servico de preparacao de terreno, cultivo e colheita
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestao de redes
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente
4530-7/03	Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores
4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
7319-0/04	Consultoria em publicidade
3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira

4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02	Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional
8599-6/03	Treinamento em informatica

Atividades Não Licenciadas

CNAE	Descrição	Situação
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes	Aguardando solicitação

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF
Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Servico de preparacao de terreno, cultivo e colheita
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestao de redes
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente
4530-7/03	Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores
4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
7319-0/04	Consultoria em publicidade

3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02	Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional
8599-6/03	Treinamento em informatica

**SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO
DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL**

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Servico de preparacao de terreno, cultivo e colheita
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestao de redes
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente
4530-7/03	Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores
4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica

7319-0/04	Consultoria em publicidade
3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02	Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional
8599-6/03	Treinamento em informatica

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Servico de preparacao de terreno, cultivo e colheita
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
7319-0/04	Consultoria em publicidade
3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02	Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional
8599-6/03	Treinamento em informatica
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador

Emissão do Documento

06/12/2023 13:39:23

7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestao de redes
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente
4530-7/03	Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores
4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**

Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Servico de preparacao de terreno, cultivo e colheita
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestao de redes
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente
4530-7/03	Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores
4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica

7319-0/04	Consultoria em publicidade
3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02	Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional
8599-6/03	Treinamento em informatica

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF
Atividades Dispensadas de Licenciamento

CNAE	Descrição
0161-0/03	Servico de preparacao de terreno, cultivo e colheita
7739-0/99	Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais nao especificados anteriormente, sem operador
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7420-0/01	Atividades de producao de fotografias, exceto aerea e submarina
9001-9/06	Atividades de sonorizacao e de iluminacao
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestao de redes
7119-7/99	Atividades tecnicas relacionadas a engenharia e arquitetura nao especificadas anteriormente
4530-7/03	Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores
4763-6/04	Comercio varejista de artigos de caca, pesca e camping
4754-7/03	Comercio varejista de artigos de iluminacao
4761-0/03	Comercio varejista de artigos de papelaria
4781-4/00	Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios
4789-0/08	Comercio varejista de artigos fotograficos e para filmagem
4773-3/00	Comercio varejista de artigos medicos e ortopedicos
4744-0/04	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4789-0/07	Comercio varejista de equipamentos para escritorio
4744-0/01	Comercio varejista de ferragens e ferramentas
4744-0/99	Comercio varejista de materiais de construcao em geral
4744-0/03	Comercio varejista de materiais hidraulicos
4742-3/00	Comercio varejista de material eletrico
4754-7/01	Comercio varejista de moveis
4789-0/99	Comercio varejista de outros produtos nao especificados anteriormente
4743-1/00	Comercio varejista de vidros
4753-9/00	Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de audio e video
4752-1/00	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicacao
4751-2/01	Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica

Emissão do Documento

06/12/2023 13:39:23

7319-0/04	Consultoria em publicidade
3101-2/00	Fabricacao de moveis com predominancia de madeira
4329-1/01	Instalacao de paineis publicitarios
4330-4/02	Instalacao de portas, janelas, tetos, divisorias e armarios embutidos de qualquer material
4322-3/02	Instalacao e manutencao de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilacao e refrigeracao
4321-5/00	Instalacao e manutencao eletrica
3313-9/01	Manutencao e reparacao de geradores, transformadores e motores eletricos
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicacoes nao especificadas anteriormente
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construcao
6319-4/00	Portais, provedores de conteudo e outros servicos de informacao na internet
7319-0/02	Promocao de vendas
9529-1/05	Reparacao de artigos do mobiliario
4923-0/02	Servico de transporte de passageiros - locacao de automoveis com motorista
4520-0/02	Servicos de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
5320-2/01	Servicos de malote nao realizados pelo correio nacional
4520-0/01	Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores
8230-0/01	Servicos de organizacao de feiras, congressos, exposicoes e festas
5229-0/02	Servicos de reboque de veiculos
4924-8/00	Transporte escolar
4929-9/02	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01	Transporte rodoviario coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02	Transporte rodoviario de carga, exceto produtos perigosos e mudancas, intermunicipal, interestadual e internacional
8599-6/03	Treinamento em informatica

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 05/05/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA
46.089.683/0001-04

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 05/05/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.F7KH.HL53.1ZG0.OE5K.LD7X**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **46.089.683/0001-04**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:42:11 do dia 24/04/2025 , com validade até o dia 24/05/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ZVaSwMRuq6WOJPaAXuZt

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.089.683/0001-04
Razão Social: C E M COMERCIO E SERVICOS LTDA
Endereço: Q QNA 21 LOTE 24 LOJA 2 / TAGUATINGA NORTE (T / BRASILIA / DF / 72110-210

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/05/2025 a 03/06/2025

Certificação Número: 2025050503415803360415

Informação obtida em 15/05/2025 12:33:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: C&M COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 46.089.683/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:05:46 do dia 14/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/08/2025.

Código de controle da certidão: **E3ED.06E8.F2AA.E1A4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

O novo Virtual Flight já está disponível – baixe o aplicativo DJI Store para testar as acrobacias fáceis do Avata 2 online. [Baixar >](#)

ESPECIFICAÇÕES

AERONAVE

Peso de decolagem	Aprox. 377 g
Dimensões	185×212×64 mm (C×L×A)
Velocidade máx. de ascensão	6 m/s (modo Normal) 9 m/s (modo Esportivo)
Velocidade máx. de descensão	6 m/s (modo Normal) 9 m/s (modo Esportivo)
Velocidade máx. horizontal (ao nível do mar, sem vento)	8 m/s (modo Normal) 16 m/s (modo Esportivo) 27 m/s (modo Manual)* * O Modo Manual tem limite de 19 m/s nas regiões da UE.
Altitude máx. de decolagem	5000 m Medidas obtidas em um ambiente sem vento, ao decolar de uma altitude de 5000 m e subindo verticalmente em 500 m, usando o Modo Esportivo e a bateria de 100% a 20%. Valores apenas para referência. Durante o voo, favor atentar-se às notificações na tela dos Goggles.
Tempo máx. de voo	Aprox. 23 min. Medidas obtidas ao voar para a frente com uma velocidade de 21,6 km/h em um ambiente sem vento, ao nível do mar, com os parâmetros da câmera definidos como 1080p/30 fps, o modo de vídeo desabilitado e drenando a bateria de 100% a 0%. Valores apenas para referência. Durante o voo, favor atentar-se às notificações na tela dos Goggles.
Duração máx. de voo estacionário	Aprox. 21 min. Medidas obtidas ao fazer voo estacionário em um ambiente sem vento, ao nível do mar, com os parâmetros da câmera definidos como 1080p/30 fps, o modo de vídeo desabilitado e drenando a bateria de 100% a 0%. Valores apenas para referência. Durante o voo, favor atentar-se às notificações na tela dos Goggles.
Distância máx. de voo	13 km Medidas obtidas ao voar para a frente com uma velocidade de 43,2 km/h em um ambiente sem vento, ao nível do mar, com os parâmetros da câmera definidos como 1080p/30 fps, o modo de vídeo desabilitado e drenando a bateria de 100% a 0%. Valores apenas para referência. Durante o voo, favor atentar-se às notificações na tela dos Goggles.
Resistência máx. ao vento	10,7 m/s (nível 5)
Temperatura de funcionamento	-10° a 40 °C
Sistema global de navegação por satélite (GNSS)	GPS + Galileo + BeiDou
Alcance de precisão em voo estacionário	Vertical: ±0,1 m (com posicionamento visual) ±0,5 m (com posicionamento por GNSS)

	Horizontal: ±0,3 m (com posicionamento visual) ±1,5 m (com posicionamento por GNSS)
Armazenamento interno	46 GB
Classe	C1 (UE)

CÂMERA

Sensor de imagens	Sensor de imagens de 1/1,3" Píxeis efetivos: 12 MP
Lente	Campo de visão (FOV): 155° Formato equivalente: 12 mm Abertura: f/2.8 Foco: 0,6 m a ∞
Alcance ISO	100-25600 (Auto) 100-25600 (Manual)
Velocidade do obturador	Vídeo: 1/8000 - 1/30 s Foto: 1/8000 - 1/50 s
Dimensões máx. da imagem	4000×2256 (16:9) 4000×3000 (4:3)
Modo de fotografia	Disparo único
Formatos de foto	JPEG
Resoluções de vídeo	4K (4:3): 3840×2880 a 30/50/60 fps 4K (16:9): 3840×2160 a 30/50/60/100 fps 2.7K (4:3): 2688×2016 a 30/50/60 fps 2.7K (16:9): 2688×1512 a 30/50/120 fps 1080p (4:3): 1440×1080 a 30/50/120 fps 1080p (16:9): 1920×1080 a 30/50/120 fps
Formatos de vídeo	MP4 (H.264/H.265)
Taxa de bits máx. do vídeo	130 Mbps
Sistemas de arquivos suportados	exFAT
Perfil de cores	Padrão D-Log M
Campo de visão da câmera	Suporta Modo Normal, Modo grande-angular e Modo super grande-angular.
EIS	Compatível com RockSteady 3.0+ & HorizonSteady Pode ser desabilitada*

* Quando a estabilização estiver desabilitada, as gravações capturadas com a exibição grande-angular suportam a estabilização offline Gyro

ESTABILIZADOR

Estabilização	Estabilizador mecânico com eixo único (inclinação)
Alcance mecânico	Inclinação: -95° a 90°

Alcance controlável	Inclinação: -85° a 80°
Velocidade máx. controlável (inclinação)	100 °/s
Alcance da vibração angular	±0,01°
Eixo de rotação eletrônico	A correção da tela em tempo real está indisponível ao gravar, mas pode ser aplicada à gravação salva no cartão de memória.

DETECÇÃO

Tipo de detecção	Posicionamento visual inferior e traseiro
Inferior	Altura de medição efetiva ToF: 10 m Alcance de voo estacionário preciso: 0,3 a 10 m Alcance de medição: 0,3 a 20 m Campo de visão (FOV): 78° (horizontal); 78° (vertical)
Traseira	Alcance de medição: 0,5 a 20 m Campo de visão (FOV): 78° (horizontal); 78° (vertical)
Ambiente operacional	Superfícies reflexivas difusas com padrões discerníveis, refletividade difusa >20% (como pavimentos de concreto) Condições de iluminação adequadas (lux >15 em condições de iluminação interna normais)

TRANSMISSÃO DE VÍDEO

Sistema de transmissão de vídeos	O4
Qualidade da transmissão ao vivo	1080p a 30/50/60/100 fps
Frequência de funcionamento	2,400 a 2,4835 GHz 5,170 a 5,250 GHz* 5,725 a 5,850 GHz* * As faixas de frequência de 5,170-5,250 GHz e 5,725-5,850 GHz podem ser usadas somente em países e regiões onde são permitidas pelas leis e regulamentações locais.
Potência do transmissor (EIRP)	2,4 GHz: < 33 dBm (FCC) < 20 dBm (CE/SRRC/MIC) 5,1 GHz: <23 dBm (CE) 5,8 GHz: < 33 dBm (FCC) < 30 dBm (SRRC) <14 dBm (CE)
Banda larga de comunicação	Máx. de 60 MHz
Distância máx. de transmissão (sem obstruções, livre de interferências)	FCC: 13 km (sujeito à distância máxima de voo da aeronave) CE: 10 km SRRC: 10 km MIC: 10 km Medidas obtidas em um ambiente ao ar livre sem obstruções e livre de interferências. Os dados acima exibem o maior alcance de comunicação em linha de visão, sem voos de retorno em cada instância. Durante o voo, favor atentar-se às notificações de RTH na tela dos Goggles.
Distância máx. de transmissão (sem obstruções, livre de interferências)	Forte interferência: Paisagem urbana, aprox. 1,5 a 4 km Interferência média: Paisagem suburbana, aprox. 4 a 10 km

interferências)	Baixa interferência: Subúrbio/litoral, aprox. 10 a 13 km Dados testados em conformidade com o padrão FCC em ambientes sem obstruções e com interferências típicas. Usados meramente para referência, não oferecendo garantias sobre a distância de transmissão real.
Distância máx. de transmissão (com obstruções e interferências)	Baixa interferência e obstrução por edifícios: aprox. 0 a 0,5 km Baixa interferência e obstrução por árvores: aprox. 0,5 a 3 km Dados testados de acordo com o padrão FCC em ambientes com baixa interferência típica. Usados meramente para referência, não oferecendo garantias sobre a distância de transmissão real.
Velocidade máx. de download	Wi-Fi: 30 MB/s* * Testado em ambiente laboratorial com baixa interferência em países/regiões que suportam ambas as faixas de frequência de 2,4 GHz e 5,8 GHz. As velocidades de download podem variar de acordo com as condições reais.
Menor latência	Com os DJI Goggles 3: Qualidade da transmissão de vídeo em 1080p/100 fps: 24 ms Qualidade da transmissão de vídeo em 1080p/60 fps: 40 ms
Taxa de bits máx. do vídeo	60 Mbps
Antenas	4 antenas, 2T4R

WI-FI

Protocolo	802.11a/b/g/n/ac
Frequência de funcionamento	2,400 a 2,4835 GHz 5,725 a 5,850 GHz
Potência do transmissor (EIRP)	2,4 GHz: <20 dBm (FCC / CE / SRRC / MIC) 5,8 GHz: <20 dBm (FCC / SRRC) <14 dBm (CE)

BLUETOOTH

Protocolo	Bluetooth 5.0
Frequência de funcionamento	2,400 a 2,4835 GHz
Potência do transmissor (EIRP)	<10 dBm

BATERIA DE VOO INTELIGENTE

Capacidade	2150 mAh
Peso	Aprox. 145 g
Tensão padrão	14,76 V
Voltagem máx. de carregamento	17 V
Tipo de bateria	Li-ion

Energia	31,7 Wh a 0,5 C
Temperatura de carregamento	5° a 40 °C
Tempo de carregamento	Com o Carregador com múltiplas entradas (potência máx. de carregamento de 60 W): De 0 a 100%: aprox. 45 min. De 10 a 90%: aprox. 30 min. Carregando o drone diretamente (potência máx. de carregamento de 30 W): De 0 a 100%: aprox. 88 min. De 10 a 90%: aprox. 60 min.

CARREGADOR

Carregador recomendado	Carregador portátil 65 W DJI Carregador para automóveis 65 W DJI Carregador USB com fornecimento de energia
------------------------	---

CARREGADOR COM MÚLTIPLAS ENTRADAS DA BATERIA

Entrada	5 a 20 V; máx. de 3 A
Saída (acúmulo de carga)	Máx. de 65 W
Saída (carregando)	Máx. de 17 V
Saída (USB)	5 V/2 A
Tipo de carregamento	3 baterias carregadas em sequência.
Compatibilidade	Bateria de Voo Inteligente (DJI Avata 2)

ARMAZENAMENTO

Cartões microSD recomendados	Kingston CANVAS Go! Plus 64 GB U3 A2 V30 microSDXC Kingston CANVAS Go! Plus 128 GB U3 A2 V30 microSDXC Kingston CANVAS Go! Plus 256 GB U3 A2 V30 microSDXC Kingston CANVAS Go! Plus 512 GB U3 A2 V30 microSDXC Lexar Professional 1066x 64 GB U3 A2 V30 microSDXC Lexar Professional 1066x 128 GB U3 A2 V30 microSDXC Lexar Professional 1066x 256 GB U3 A2 V30 microSDXC Lexar Professional 1066x 512 GB U3 A2 V30 microSDXC
------------------------------	--

CONTROLE REMOTO 3 (DJI FPV)

Tempo máx. de funcionamento	Aprox. 10 horas
Temperatura de funcionamento	-10° a 40 °C
Temperatura de carregamento	0° a 50 °C
Tempo de carregamento	2 horas
Tipo de carregamento	5 V/2 A
Capacidade da bateria	2600 mAh

Peso	Aprox. 240 g
Dimensões	165×119×62 mm (C×L×A)
Frequência de funcionamento	2,400 a 2,4835 GHz
Potência do transmissor (EIRP)	2,400 GHz: < 26 dBm (FCC) < 20 dBm (CE/SRRC/MIC)

Categorias de produtos

Consumo

Professional

Enterprise

Componentes

Onde comprar

Loja online

Lojas conceito

Lojas (varejo)

Distribuidores Enterprise

Revendedores de drones agrícolas

Distribuidores profissionais

Cooperação

Torne-se um revendedor

Fly Safe

Fly Safe

Dicas de voo DJI

Suporte

Suporte aos produtos

Solicitação de serviço e consulta

Ajuda de compra

Políticas de Pós-vendas

Central de Downloads

Comunidade

SkyPixel

Fórum DJI

Desenvolvedores

Explore

Central de mídia

Inscrever-se

Obtenha as mais r
DJI

Seu endereço



Quem somos

Contato

Carreiras

RoboMaster



Política de Privacidade

Política de cookies

Termos de uso

 B

Copyright © 2025 DJI Todos os direitos reservados.

Dar seu feedback em sua experiência online



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

PUBLICAÇÃO DO AVISO - PNCP



[Home](#) > [Editais](#)

Aviso de Contratação Direta nº 90007/2025

Última atualização 15/05/2025

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Unidade compradora: 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 15/05/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 15/05/2025 09:50 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 21/05/2025 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 05483912000185-1-000055/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição por dispensa de licitação de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Informação complementar:

Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 49.500,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Aeronaves Teleguiadas	3	R\$ 16.500,00

Exibir:

5

1-1 de 1 itens

Página:

1



[← Voltar](#)



PORTAL
DE
**NACIONAL
CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS**

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.



<https://portaldeservicos.gestao.gov.br>



[0800 978 9001](tel:08009789001)

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.




AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

SIASGNET-DC - DISPONIBILIZAR DISPENSA PARA DIVULGAÇÃO

	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais		Divulgação de Compras	
---	---	---	-----------------------	---


Licitação

Dispensa/
Inexigibilidade

Processo de Licitação Eletrônica

Disponibilizar Dispensa para Divulgação

15/05/2025 09:50:52


 Esta Dispensa Eletrônica estará disponível no Compras.gov.br em Dispensa de Licitação e também no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão	UASG de Atuação			
94141 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	90007/2025	Lei nº 14.133/2021	Art. 75º	II
Compra Com Disputa	Id contratação PNCP		Participação Preferencial de ME/EPP	
Sim	05483912000185-1-000055/2025		Sim	
Percentual de enquadramento da instituição				
10 %				
Objeto				
Aquisição por dispensa de licitação de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.				
Quantidade de Itens		Valor Total da Compra (R\$)		
1		49.500,00		

Divulgar Dispensa Eletrônica

Dispensa

Solução  SERPRO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 30002025



(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **14 de Maio de 2025 às 09:32 h** conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-DG-30002025, Código de validação: 72CFE7ECD2.**



DESPACHO-DG - 30002025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: 72CFE7ECD2

Assunto: Dispensa Eletrônica – Aquisição de materiais

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência- CAEI

Trata-se de processo administrativo autuado a partir do **MEMO- CAEI 542025**, no qual a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência/CAEI **solicita** a aquisição, por dispensa de licitação, de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2, para uso em operações de inteligência e contra-inteligência, garantindo a operacionalidade da Coordenadoria e o cumprimento de suas atribuições constitucionais, nas unidades de São Luís, Imperatriz e Timon, **no valor total estimado de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**

Na fase da instrução processual, a Comissão Permanente de Licitação/CPL elaborou o enquadramento legal da despesa, conforme **PARECER-CPL 382025**. A Assessoria Técnica da Administração (ASSTEC-ADM), expediu parecer técnico de acordo com o **PTC-ACI 4002025**. Por fim, a Assessoria Jurídica da Administração (ASSJUR), após análise do pleito, se manifestou pela possibilidade jurídica da realização da dispensa eletrônica para **aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2**, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, conforme **PARECER-DGAJA 1702025**.

Os autos vieram da Secretaria Administrativo-Financeira para fins de autorização da realização da dispensa eletrônica, conforme **DESPACHO-SEAF 15292025**.

Ante o exposto:

1. Acolho e adoto o parecer da Assessoria Jurídica da Administração, PARECER-DGAJA - 1702025;



(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **14 de Maio de 2025 às 09:32 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** DESPACHO-DG-30002025, **Código de Validação:** 72CFE7ECD2.



2. **AUTORIZO** a realização da dispensa eletrônica, visando a aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2, com fulcro no art. art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
3. Remeto os autos à **Comissão Permanente de Licitação/CPL** para providências, na forma da Lei.

assinado eletronicamente em 14/05/2025 às 09:32 h ()*

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 15292025



(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em 12 de Maio de 2025 às 14:42 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** DESPACHO-SEAF-15292025, **Código de validação:** F01623E80A.



Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 15292025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: F01623E80A

Assunto: Dispensa de Licitação

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI

Ao Diretor-Geral,

Após providências adotadas pela Unidade requisitante, conforme ID nº [9198141](#), e pela Comissão Permanente de Contratação, conforme [DESPACHO-CPL - 3672025](#), solicitadas pela Assessoria Jurídica, encaminhem-se os autos à consideração de Vossa Senhoria, solicitando autorização para aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2 para uso em operações de inteligência e contrainteligência, garantindo a operacionalidade da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI e o cumprimento de suas atribuições constitucionais, nas unidades de São Luís, Imperatriz e Timon, no valor total estimado de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**, mediante dispensa eletrônica de licitação, conforme [MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS DRONES](#), com fulcro no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do parecer jurídico, anexo [PARECER-DGAJA - 1702025](#).

assinado eletronicamente em 12/05/2025 às 14:42 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3672025



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **12 de Maio de 2025 às 12:27 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** DESPACHO-CPL-3672025, **Código de validação:** 5DC6ADB412.



Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 3672025

(relativo ao Processo 61262025)

Código de validação: 5DC6ADB412

Assunto: Dispensa Eletrônica nº 90007/2025

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atendimento ao [DESPACHO-SEAF - 13572025](#), encaminha-se o processo em epígrafe, acompanhado da Minuta do Aviso da Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, cujo objeto é aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), no valor total estimado de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**, revisada de acordo com a **última versão** do Termo de Referência e indicações do [PARECER-DGAJA - 1702025](#).

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 12/05/2025 às 11:18 h ()*

MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 12/05/2025 às 12:27 h ()*

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE DA CPL EM EXERCÍCIO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 90007/2025

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO (925129)

OBJETO

Aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

DATA DA SESSÃO

__/__/__

HORÁRIO DA FASE DOS LANCES

De 8h às 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2.	PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	4
3.	INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	6
4.	FASE DE LANCES	7
5.	JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
6.	HABILITAÇÃO	10
7.	CONTRATAÇÃO	13
8.	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	14
9.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025
(Processo Administrativo nº 6126/2025)**

Torna-se público que a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, por meio da Comissão Permanente de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Ato Regulamentar nº 47/2021 – GPGJ, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: ____/____/_____
Horário da Fase de Lances: 8h às 14h
Local: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente certame é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04 Modelo sugerido: DJI AVATA 2	611462	03	R\$ 16.500,00	R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL					R\$ 49.500,00
Quarenta e nove mil e quinhentos reais.					

1.1.1. Havendo mais de item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

1.1.3. Em caso de divergência entre especificações do objeto constantes neste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos e as constantes no sistema Compras.gov.br, prevalecerão as deste Aviso.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa eletrônica os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da Dispensa de Licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

2.3.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.3.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.4.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.3.4.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.4.8. Aplica-se o disposto no item 2.2.4.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.5. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.6. Sociedades cooperativas.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto superior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0.75% (setenta e cinco centésimos por cento).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o servidor poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, **no prazo máximo de 60(sessenta) minutos.**

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o servidor verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2>).



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. Contiver vícios insanáveis;

5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, **no prazo máximo de 60(sessenta) minutos**.

6.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

6.3. Habilitação jurídica:

6.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

6.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.3.8. Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO III;

6.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.4.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.5. Qualificação Técnica:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

6.5.1. A empresa proponente também deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a proponente fornecido, a contento, objeto compatível com o desta dispensa de licitação, em prazos e quantitativos, contendo também, nome, CPF, e telefone do declarante para maiores informações.

6.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.6. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

6.12. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.12.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.14.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02(dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.3.1. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei 14.133/21);

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. As peculiaridades do caso concreto;

8.12. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. Os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 9.13.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 9.13.3. ANEXO III – Declaração de Inexistência de Parentesco; e
- 9.13.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

São Luís (MA), data e hora da assinatura eletrônica.

**CARGO
CPL/PGJ-MA**



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
(Arquivo em formato digital)**



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

**ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Arquivo em formato digital)**



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90007/2025 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº _____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís (MA), _____ de _____ de 20__

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20__, QUE
CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL
DE JUSTIÇA E A EMPRESA
____ PARA O
FORNECIMENTO DE _____,
NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. **PAULO GONÇALVES ARRAIS**, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº 1070173 e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 6126/2025** que instruiu a Dispensa eletrônica de licitação, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Ato Regulamentar nº 47/2021, Instrução Normativa SEGES/MGI nº 67/2021 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTS), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), devendo os mesmos serem novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento., conforme as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04	611462	03	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.5. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 3.1. Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento dos materiais.
- 3.2. Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues em São Luís - MA, na Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís - MA, no horário das 08:00h às 15:00h, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 3.3. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;
- 3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, conforme local indicado;
- 3.5. **A garantia deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência**, Anexo do Aviso de Contratação Direta, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
- 3.6. Para o atendimento, deve-se considerar que:
- 3.7. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas, contadas a partir da hora da solicitação;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 3.8. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
- 3.9. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
- 3.10. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
- 3.11. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
- 3.12. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
- 3.13. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJ/MA;
- 3.14. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- 3.15. Caso ocorram 03 (três) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias; ou
- 3.16. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
- 3.17. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
- 3.18. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
- 3.19. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada, que para fins deste contrato será na própria Unidade Gestora, Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI, na Seção de Segurança Institucional ou no local indicado pela Unidade Gestora, no município de São Luís - MA);
- 3.20. Anormalidade observada;
- 3.21. Nome do responsável pela solicitação;
- 3.22. Número do telefone para contato;
- 3.23. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva;
- 3.24. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

3.25. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

3.26. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

3.27. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA.

3.28. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico.

3.29. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

3.30. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

3.31. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

3.32. A assistência técnica deverá ser prestada pelo FABRICANTE do equipamento ou empresa por ele indicada;

3.33. A assistência técnica deverá possuir central de atendimento, em português, pelo período de garantia, possibilitando abertura de chamados técnicos;

3.34. Deve ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE dos equipamentos com disponibilidade de informações para suporte tais como: guia de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares upgrade de BIOS;

3.35. É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados dentro do prazo de garantia, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/21 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). ”

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

4.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

4.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

4.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. O fornecimento do objeto será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade do CONTRATO gerado, e os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados adequadamente, em embalagens originais do FABRICANTE, lacradas e seladas com a identificação do FABRICANTE na embalagem, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 7.2. Deverão ser entregues junto com os equipamentos:
- 7.3. Para cada equipamento, o certificado de garantia emitido pelo FABRICANTE do equipamento, válido para toda a rede de assistência técnica do FABRICANTE no Brasil e que possua abrangência no Estado do Maranhão;
- 7.4. Para cada equipamento, um conjunto completo de manuais originais, confeccionados pelo FABRICANTE, em língua portuguesa;
- 7.5. Não serão aceitas cópias de manuais técnicos e discos de configuração/CD-ROM;
- 7.6. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);
- 7.7. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);
- 7.8. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
- 7.9. Conforme o caso, poderá ser feita visita técnica ao fornecedor ou FABRICANTE para análise dos produtos ofertados, mediante solicitação da CAEI, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de deslocamento;
- 7.10. Os produtos apresentados na visita técnica deverão ser das mesmas marcas e modelos que as constantes na proposta da CONTRATADA, não se admitindo configurações “customizadas”, que não sejam de Fábrica;
- 7.11. O não cumprimento de quaisquer especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA sem a prévia AUTORIZAÇÃO da CONTRATANTE, ou observações dentro dos prazos previstos no CONTRATO resultará na aplicação de penalidades cabíveis;
- 7.12. Em hipótese alguma será (ão) aceito (s) equipamento (s) que tenha (m) sido alterado (s) em sua arquitetura ou seus softwares instalados por alegação da CONTRATADA, alicerçada em expressões do tipo: “... por opção interpretativa substituiu-se....”, “... na dúvida fornecemos...” e outras similares, que venham a prejudicar o interesse da CONTRATANTE.
- 7.13. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega do documento comprobatório da obrigação contratual, da seguinte forma:
- 7.13.1. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 7.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.
- 7.15. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos produtos, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste do recebimento dos itens, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.15.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

7.15.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos / substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. O prazo de validade;

7.18.2. A data da emissão;

7.18.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. O valor a pagar; e

7.18.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do pagamento

7.26. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) Dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;

7.27. O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, por meio de ordem bancária emitida em nome da CONTRATADA, para crédito na conta corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, após o recebimento definitivo no Setor Competente da PGJ/MA, da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes e acompanhadas dos documentos em vigor a seguir:

7.27.1. Prova de regularidade relativa à seguridade social: Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

7.27.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.27.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.27.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7.27.5. Documentação comprobatória de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal;

7.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.31. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa;

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, serão adotadas as medidas cabíveis:



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

7.32.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.32.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438 \text{ TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/03/2025.

8.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contados da data limite para apresentação da proposta, aplicando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da Contrato, através de servidor especialmente designado;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 9.2. Recusar com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes do Termo de Referência.
- 9.3. Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos equipamentos;
- 9.4. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;
- 9.5. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;
- 9.6. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações do Termo de Referência;
- 9.7. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.8. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;
- 9.9. Permitir o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de entrega do produto e da prestação da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato;
- 9.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento e da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato, fixando prazo para sua correção;
- 9.11. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto do Termo de Referência;
- 9.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração;
- 9.13. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço solicitado;
- 9.14. Enviar nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;
- 9.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.16. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar o fornecimento do objeto que lhe for adjudicado dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, conforme condições constantes da proposta apresentada durante o processo licitatório e em especial:
- 10.2. Fornecer garantia total do equipamento pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

10.3. Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento de acordo com os prazos e as condições estabelecidas neste Termo e em contrato;

10.4. Atender ao chamado técnico do PGJMA, para fins de prestação do serviço de manutenção nos equipamentos em garantia, nos termos do ITEM 10- DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS do TERMO DE REFERÊNCIA;

10.5. Emitir Relatório de Serviço Técnico, depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento;

10.6. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

10.7. Ao fornecedor beneficiário do Contrato é vedado transferir total ou parcialmente o objeto deste, ficando obrigado perante a PGJ/MA, pelo exato cumprimento das obrigações assumidas;

10.8. Manter, durante toda a execução da Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilidade e qualificação exigidas na licitação/contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

10.9. Acatar todas as orientações do setor competente da PGJMA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

10.10. Cotar equipamentos que fazem parte da linha atual de fornecimento do FABRICANTE, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação;

10.11. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

10.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

10.13. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

10.14. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

10.15. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

10.16. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de manutenção corretiva;

10.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho penoso, perigoso ou insalubre;

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;

10.20. Cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Contratação Direta, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.21. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

10.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.25. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.26. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 desta CLÁUSULA, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. **Compensatória** para as infrações previstas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 de 5% a 15% do valor do contrato;

12.2.4.3. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3 de 20% a 30% do valor do contrato;

12.2.4.4. Para as infrações descritas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.4, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.5.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos orçamentários reservados para o pagamento da despesa objeto deste contrato, correrão à dotação orçamentária seguinte:

Plano Interno:



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

Natureza da despesa:

Nota de Empenho nº _____ de ____/____/____.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da PGJ/MA, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, e vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, e à proposta da CONTRATADA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A PGJ/MA divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio www.mpma.mp.br, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

20.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA, data da assinatura eletrônica.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

Contratada

Representante legal

Cargo

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

**ANEXO DE MOVIMENTACAO :
TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_05_05_25_ASSINADO**



ESTADO DO MARANHÃO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a dispensa de licitação para a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), devendo os mesmos serem novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento.

2 OBJETIVO

2.1. Dispor de equipamentos que permitam a execução de missões atinentes a segurança orgânica e operações de inteligência de modo a possibilitar um detalhamento efetivo do terreno e que também contribuam para reduzir o risco de ações deletérias em desfavor dos agentes de campo. Ressalta-se que os referidos equipamentos devem ser novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 A aquisição se justifica em razão da necessidade de utilização em atividade de inteligência. A utilização do referido equipamento corroborará com diligências que englobam o conhecimento da rotina criminosa de um alvo específico, bem como reconhecimento de locais de residência e de cometimento de crime, auxiliando, por consequência, o cumprimento de mandados judiciais.

3.2. Outrossim, conforme preconizado na Doutrina Nacional de Atividade de Inteligência, é previsto o emprego de técnicas operacionais tendo como fito a obtenção do dado negado, que por sua vez é de suma importância para que o usuário possa incrementar a chance de êxito nas tomadas de decisões;

4 AMPARO LEGAL

4.1. Solicita-se a Dispensa de Licitação tendo como fito a aquisição, mediante dispensa eletrônica de licitação, com fulcro no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), aeronave teleguiada remotamente para obtenção de imagens aéreas, a ser utilizado pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, possuindo quatro motores, tamanho diagonal: 120 mm, peso máximo: 377 g, características adicionais: sensor CMOS de 1/1,3”, com todos os acessórios necessários para plena operação, com manual em português e garantia mínima de 36 meses, para atender às necessidades de utilização de diligências em campo por parte dos integrantes da Operações de Inteligência conforme previsto no §4º do art. 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020 que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, lembrando que o setor em questão faz parte da CAEI (Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência).

Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – CDC	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.	Dispõe sobre a proteção de dados pessoais (LGPD)
Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, de forma subsidiárias	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
Instrução Normativa Nº 67 SEGES/ME, de 8 de julho de 2021, no que couber.	Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de setembro de 2022, no que couber.	Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Ato nº 10/2023 - Procuradoria- Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão.	Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Ato Regulamentar nº 47 2021, 23 de novembro de 2021	Disciplina a utilização da Dispensa Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

5 DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CAT MAT/CA TSER	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, camera com resolução 4K e sistema de transmissao de vídeo 04 Modelo sugerido: DJI AVATA 2 (equivalente, similar ou de melhor qualidade)	611462	Unid.	03	R\$ 16.500,00	R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL						R\$ 49.500,00

6 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

6.1 AERONAVE

- Peso de decolagem: Aprox. 377 g
- Dimensões: 185×212×64 mm (C×L×A)
- Velocidade máxima de ascensão: 6 m/s (modo normal), 9 m/s (modo esportivo)
- Velocidade máxima de descensão: 6 m/s (modo normal), 9 m/s (modo esportivo)
- Velocidade máxima horizontal (ao nível do mar, sem vento): 8 m/s (modo normal), 16 m/s (modo esportivo) e 27 m/s (modo manual)* (*modo manual tem limite de 19 m/s nas regiões da UE).
- Altitude máxima de decolagem: 5.000 m
- Tempo máximo de voo: aproximadamente 23 min
- Duração máxima de voo estacionário: aproximadamente 21 min
- Distância máxima de voo: 13 km
- Resistência máxima ao vento: 10,7 m/s (nível 5)
- Temperamento de funcionamento: - 10° a 40° C
- Sistema global de navegação por satélite (GNSS): GPS + Galileu + BeiDou
- Alcance de precisão em voo estacionário: vertical: ±0,1 m (com posicionamento visual), ±0,5 m (com posicionamento por GNSS), horizontal: ±0,3 m (com posicionamento visual), ±1,5 m (com posicionamento por GNSS)
- Armazenamento interno: 46 GB
- Aula: C1 (EU)

6.2. CÂMERA

- Sensor de imagens: sensor de imagens de 1/1,3", píxeis efetivos: 12 MP

- Primavera: campo de visão (FOV): 155°, formato equivalente: 12 mm, abertura: f/2.8, foco: 0,6 m a ∞
- Alcance ISSO: 100-25600 (Automático), 100-25600 (Manual)
- Velocidade do obturador: Vídeo: 1/8000 - 1/30 s, Foto: 1/8000 - 1/50 s
- Dimensões máximas da imagem: 4000×2256 (16:9), 4000×3000 (4:3)
- Modo de fotografia: Tiro único
- Formatos de foto: JPEG
- Resoluções de vídeo: 4K (4:3): 3840×2880 a 30/50/60 fps, 4K (16:9): 3840×2160 a 30/50/60/100 fps, 2,7K (4:3): 2688×2016 a 30/50/60 fps, 2,7K (16:9): 2688×1512 a 30/50/120 fps, 1080p (4:3): 1440×1080 a 30/50/120 fps, 1080p (16:9): 1920×1080 a 30/50/120 fps
- Formatos de vídeo: MP4 (H.264/H.265)
- Taxa de bits máxima do vídeo: 130 Mbps
- Sistemas de arquivos suportados: exFAT
- Perfil de cores: Padrão, D-Log M
- Campo de visão da câmara: suporta modo normal, modo grande angular e modo super grande angular
- GELO: Compatível com RockSteady 3.0 + & HorizonSteady. Pode ser desabilitada

6.3. ESTABILIZADOR

- Estabilização: estabilizador mecânico com eixo único (inclinação)
- Alcance mecânico: inclinação -95° a 90°
- Alcance controlável: inclinação -85° a 80°
- Velocidade máxima controlável (inclinação): 100°/s
- Alcance da vibração angular: $\pm 0,01^\circ$
- Eixo de rotação eletrônico: a correção da tela em tempo real está indisponível ao gravar, mas pode ser aplicada à gravação salva no drone.

6.4. DETECÇÃO

- Tipo de detecção: posicionamento visual inferior e traseiro
- Inferior: altura de medição efetiva ToF 10m, alcance de voo estacionário preciso: 0,3 a 10 m, alcance de medição 0,3 a 20 m, campo de visão (FOV): 78° (horizontal); 78° (vertical).
- Ambiente operacional: superfícies reflexivas difusas com padrões discerníveis, refletividade difusa >20% (como pavimentos de concreto), condições de iluminação adequadas (lux > 15 em condições de iluminação interna normais)

6.5. TRANSMISSÃO DE VÍDEO

- Sistema de transmissão de vídeos: 04
- Qualidade da transmissão ao vivo: 1080p a 30/50/60/100 fps
- Frequência de funcionamento: 2,400 a 2,4835 GHz, 5,170 a 5,250 GHz* e 5,725 a 5,850 GHz* * As faixas de frequência de 5,170-5,250 GHz e 5,725-5,850 GHz podem ser usadas somente em países e regiões onde são permitidas pelas leis e regulamentações locais.

- Potência do transmissor (EIRP) 2,4 GHZ: < 33 dBm (FCC), < 20 dBm (CE/SRRC/MIC), 5,1 GHZ < 23 dBm (CE), 5,8 GHZ < 33 dBm (FCC), < 30 dBm (SRRC), < 14 dBm (CE)
- Banda larga de comunicação: máximo de 60 MHz
- Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências) - forte interferência: paisagem urbana, aprox.. 1,5 a 4 km, interferência média: paisagem suburbana, aprox.. 4 a 10 km e baixa interferência: subúrbio / litoral, aprox.. 10 a 13 km
- Distância máxima de transmissão (com obstruções e interferências) – baixa interferência e obstrução por edifícios: aprox. 0 a 0,5 km e baixa interferência e obstrução por árvores: aprox.. 0,5 a 3 km.
- Velocidade máxima de download - Wi-fi: 30 Mb/s
- Menor latência - qualidade da transmissão de vídeo em 1080p/100 fps: 24 ms e qualidade da transmissão de vídeo em 1080p/60fps: 40 ms
- Taxa de bits máx. do vídeo: 60 Mbps
- Antenas: 4 antenas, 2T4R

6.6. WI-FI

- Protocolo: 802.11 a/b/g/n/ac
- Frequência de funcionamento: 2.400 a 2.4835 GHZ, 5.725 a 5.8850 GHZ
- Potência do transmissor (EIRP): 2,4 GHZ: <20 dBm (FCC/CE/SRRC/MIC), 5,8 GHZ: < 20 dBm (FCC/SRRC), < 14 dBm (CE)

6.7. BLUETOOTH

- Protocolo: Bluetooth 5.0
- Frequência de funcionamento: 2,400 a 2,4835 GHz
- Potência do transmissor (EIRP): <10 dBm

6.8. BATERIA DE VOO INTELIGENTE

- Capacidade: 2150 mAh
- Peso: aprox. 145 g
- Tensão padrão: 14,76 V
- Voltagem máx. de carregamento: 17 V
- Tipo de bateria: Li-ion
- Energia: 31,7 Wh a 0,5 C
- Temperatura de carregamento: 5° a 40° C
- Tempo de carregamento: com o carregador com múltiplas entradas (pot. máx. de carregamento de 60 W) - de 0 a 100%: aprox. 45 min.; de 10 a 90%: aprox. 30 min.; carregando o drone diretamente (potência máx. de carregamento de 30 W) – de 0 a 100%: aprox. 88 min. e de 10 a 90%: aprox. 60 min.

6.9. CARREGADOR

Carregador recomendado: Carregador portátil 65 W

Carregador para automóveis 65 W

Carregador USB com fornecimento de energia

6.10. CARREGADOR COM MÚLTIPLAS ENTRADAS DE BATERIA

- Entrada: 5 a 20 V; máx. de 3 A
- Saída (acúmulo de carga): máx. de 65 W
- Saída (carregando): máx. de 17 W
- Saída (USB): 5 V / 2 A
- Tipo de carregamento: 3 baterias carregadas em sequência
- Compatibilidade: bateria de voo inteligente

6.11. ARMAZENAMENTO

- Kingston CANVAS Go! Plus 64 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Kingston CANVAS Go! Plus 128 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Kingston CANVAS Go! Plus 256 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Kingston CANVAS Go! Plus 512 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 64 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 128 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 256 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 512 GB U3 A2 V30 microSDXC

6.12. CONTROLE REMOTO

- Tempo máx. de funcionamento: aprox. 10 horas
- Temperatura de funcionamento: -10° a 40° C
- Temperatura de carregamento: 0° a 50° C
- Tempo de carregamento: 2 horas
- Tipo de carregamento: 5 V / 2 A
- Capacidade da bateria: 2600 mAh
- Peso: aprox. 240 g
- Dimensões: 165×119×62 mm (C×L×A)
- Frequência de funcionamento: 2,400 a 2,4835 GHz
- Potência do transmissor (EIRP) 2,400 GHz: <26 dBm (FCC) <20 dBm (CE/SRRC/MIC)

Modelo sugerido: DJI AVATA 2 (ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade)

7 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento dos materiais;

7.2 Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues em São Luís - MA, na Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís - MA, no horário das 08:00h às 15:00h, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

8 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS, LICENÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS

8.1. O fornecimento do objeto será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade do CONTRATO gerado, e os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados adequadamente, em embalagens originais do FABRICANTE, lacradas e seladas com a identificação do FABRICANTE na embalagem, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

8.2. Deverão ser entregues junto com os equipamentos:

8.3. Para cada equipamento, o certificado de garantia emitido pelo FABRICANTE do equipamento, válido para toda a rede de assistência técnica do FABRICANTE no Brasil e que possua abrangência no Estado do Maranhão;

8.4. Para cada equipamento, um conjunto completo de manuais originais, confeccionados pelo FABRICANTE, em língua portuguesa;

8.5. Não serão aceitas cópias de manuais técnicos e discos de configuração/CD-ROM;

8.6. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);

8.7. O transporte dos equipamentos, licenças, materiais e acessórios, até o local determinado pela CONTRATANTE, conforme item 7 – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para CONTRATANTE;

8.8. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;

8.9. Conforme o caso, poderá ser feita visita técnica ao fornecedor ou FABRICANTE para análise dos produtos ofertados, mediante solicitação da CAEI, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de deslocamento;

8.10. Os produtos apresentados na visita técnica deverão ser das mesmas marcas e modelos que as constantes na proposta da CONTRATADA, não se admitindo configurações “customizadas”, que não sejam de Fábrica;

8.11. O não cumprimento de quaisquer especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA sem a prévia AUTORIZAÇÃO da CONTRATANTE, ou observações dentro dos prazos previstos no CONTRATO resultará na aplicação de penalidades cabíveis;

8.12. Em hipótese alguma será (ão) aceito (s) equipamento (s) que tenha (m) sido alterado (s) em sua arquitetura ou seus softwares instalados por alegação da CONTRATADA, alicerçada em expressões do tipo: “... por opção interpretativa substituiu-se...”, “... na dúvida fornecemos...” e outras similares, que venham a prejudicar o interesse da CONTRATANTE.

8.13. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega do documento comprobatório da obrigação contratual, da seguinte forma:

8.13.1. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

8.15. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos produtos, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste do recebimento dos itens, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.15.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.15.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos / substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9 DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços unitários pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/03/2025.

9.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

9.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

10 DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

10.1 A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

10.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, conforme local indicado;

10.3 A garantia deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;

10.4 Para o atendimento, deve-se considerar que:

10.5 O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas, contadas a partir da hora da solicitação;

10.6 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;

10.7 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;

10.8 O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;

10.9 Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;

10.10 No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;

10.11 Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJ/MA;

10.12 A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

10.13 Caso ocorram 03 (três) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias; ou

10.14 Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;

10.15 Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:

10.16 Código de fabricação ou número de série do equipamento;

10.17 Local onde a assistência técnica deverá ser prestada, que para fins deste contrato será na própria Unidade Gestora, Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI, na Seção de Segurança Institucional ou no local indicado pela Unidade Gestora, no município de São Luís - MA);

10.18 Anormalidade observada;

10.19 Nome do responsável pela solicitação;

10.20 Número do telefone para contato;

10.21 Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva;

10.22 Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da PGJMA;

10.23 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

10.24 Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

10.25 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA.

10.26 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico.

10.27 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

10.28 As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

10.29 As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

10.30 A assistência técnica deverá ser prestada pelo FABRICANTE do equipamento ou empresa por ele indicada;

10.31 A assistência técnica deverá possuir central de atendimento, em português, pelo período de garantia, possibilitando abertura de chamados técnicos;

10.32 Deve ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE dos equipamentos com disponibilidade de informações para suporte tais como: guia de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares upgrade de BIOS;

10.33 É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados dentro do prazo de garantia, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/21 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). ”

11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A empresa proponente também deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a proponente fornecido, a contento, objeto compatível com o desta dispensa de licitação, em prazos e quantitativos, contendo também, nome, CPF, e telefone do declarante para maiores informações.

12 DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do Contrato, Dr. Luiz Muniz Rocha Filho, matrícula: 656280; fiscal requisitante do contrato: Edmilson Cutrim da Silva Junior, matrícula: 1075317; fiscal técnico: Max Wallace Castelo Branco Bezerra , matrícula: 1073080 e fiscal administrativo: Antonio Lisboa de Castro Viana Sobrinho, matrícula: 1071864, a fiscalização e a gestão do contrato, respectivamente, em acordo com a resolução nº 283/2024 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

12.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts 117 e 140 da Lei nº 14.133/21.

12.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.5 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços prestados deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo como estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

12.6 O representante da Contratante deverá promover o registro de ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos § 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

12.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 104, IV da Lei nº 14.133/21.

13 DA VIGÊNCIA E CONTRATAÇÃO

13.1 O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado;

14.2 Recusar com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA.

14.3 Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos equipamentos;

14.4 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

14.5 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

14.6 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA;

14.7 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

14.8 Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

14.9 Permitir o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de entrega do produto e da prestação da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato;

14.10 Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento e da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato, fixando prazo para sua correção;

14.11 Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA;

14.12 Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração;

14.13 Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço solicitado;

14.14 Enviar nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;

14.15 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.16 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Executar o fornecimento do objeto que lhe for adjudicado dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, conforme condições constantes da proposta apresentada durante o processo licitatório e em especial:

15.2 Fornecer garantia total do equipamento pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE;

15.3 Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento de acordo com os prazos e as condições estabelecidas neste Termo e em contrato;

15.4 Atender ao chamado técnico do PGJMA, para fins de prestação do serviço de manutenção nos equipamentos em garantia, nos termos do ITEM 10- DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS deste TERMO DE REFERÊNCIA;

15.5 Emitir Relatório de Serviço Técnico, depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento;

15.6 Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

15.7 Ao fornecedor beneficiário do Contrato é vedado transferir total ou parcialmente o objeto deste, ficando obrigado perante a PGJ/MA, pelo exato cumprimento das obrigações assumidas;

15.8 Manter, durante toda a execução da Dispensa de Licitação/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilidade e qualificação exigidas na licitação/contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

15.9 Acatar todas as orientações do setor competente da PGJMA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

15.10 Cotar equipamentos que fazem parte da linha atual de fornecimento do FABRICANTE, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação;

15.11 Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

15.12 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

15.13 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

15.14 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

15.15 Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

15.16 Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de manutenção corretiva;

15.17 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho penoso, perigoso ou insalubre;

15.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;

15.20 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

15.21 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

15.22 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.23 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

15.24 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

15.25 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.26 Manter, durante a vigência do contrato, a condição prevista nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 A CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei nº 12.846, de 2013, conforme o caso, nos termos e condições estabelecidos nesta cláusula.

16.2 As sanções aplicáveis compreendem:

a) Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade ou inexecução parcial do contrato, quando não couber penalidade mais severa (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Multa, conforme abaixo especificado:

- Moratória 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto contratual, incidente sobre o valor total do contrato, limitada ao máximo de 15 (quinze) dias;

- Compensatória 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial;

30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total.

Parágrafo único A inexecução parcial será considerada, dentre outras hipóteses, quando o atraso na entrega do objeto for de até 15 (quinze) dias corridos. A inexecução total será configurada quando o atraso ultrapassar 15 (quinze) dias corridos.

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo responsável pela sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos de:

- Retardamento injustificado da execução ou entrega do objeto;
- Prestação de declaração falsa na execução contratual;
- Prática de ato fraudulento.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- Comportamento inidôneo;
- Fraude;
- Ato lesivo à Administração, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.3 Na aplicação das penalidades, serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração;
- As circunstâncias do caso concreto;
- Eventuais atenuantes ou agravantes;
- O dano causado à Administração Pública;
- A existência de programas de integridade.

16.4 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade do caso.

16.5 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública.

16.6 Se o valor da multa e das indenizações for superior ao montante devido à contratada, a diferença será descontada da garantia contratual ou cobrada judicialmente.

16.7 A imposição de penalidades observará o devido processo legal, com garantia de contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

16.8 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.9 A constatação de indícios de infração à Lei nº 12.846/2013 será encaminhada à unidade competente para adoção das medidas cabíveis, independentemente do processo sancionador em curso.

17 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato poderá ser extinto:

17.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

17.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço de eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas

18 VEDAÇÕES

18.1 É vedado à CONTRATADA:

18.1.1 Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

18.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

19 DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato.

20 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

20.1 Os objetos contidos no ITEM 05 deste TERMO DE REFERÊNCIA serão considerados aceitos somente após recebimento e análise dos equipamentos, após desembalados, conferidos

pela CONTRATANTE, atendidas as especificações e condições exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

21 DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

21.1 O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, por meio de ordem bancária emitida em nome da CONTRATADA, para crédito na conta corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, após o recebimento definitivo no Setor Competente da PGJ/MA, da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes e acompanhadas dos documentos em vigor a seguir:

21.1.1 Prova de regularidade relativa à seguridade social: Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

21.1.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

21.1.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

21.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

21.1.5 Documentação comprobatória de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal;

21.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

21.3 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

21.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

21.5 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa;

21.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, serão adotadas as medidas cabíveis:

21.6.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.6.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.6.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = (6 / 100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A Empresa Contratada deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJMA).

Equipe de Planejamento da Contratação:

Gestor do contrato	Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrantes Administrativos
<div>Luiz Muniz Rocha Filho</div> <div>Matrícula: 656280</div>	<div>Edmilson Cutrim da Silva Junior</div> <div>Matrícula: 1075317</div>	<div>Max Wallace Castelo Branco Bezerra</div> <div>Matrícula: 1073080</div>	<div>Antônio Lisboa de Castro Viana Sobrinho</div> <div>Matrícula: 1071864</div>



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 13572025



(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em 28 de Abril de 2025 às 15:54 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DESPACHO-SEAF-13572025, Código de validação: 739DB91D07.



Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 13572025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: 739DB91D07

Assunto: Dispensa Eletrônica - Aquisição de Veículos Aéreos Não Tripulados
Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência

À Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência,

Encaminho os autos para as providências cabíveis, nos termos do [PARECER-DGAJA - 1702025](#), conforme item 1;

Após, à **Comissão Permanente de Contratação**, conforme item 2.

Por fim, retornem-se.

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 15:54 h ()*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1702025



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Abril de 2025 às 11:50 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PARECER-DGAJA-1702025, **Código de Validação:** 18991FA67B.



Assessoria Jurídica da Administração

PARECER-DGAJA - 1702025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: 18991FA67B

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6126/2025

ASSUNTO: Dispensa de Licitação (SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS (AVAT/DRONE)).

INTERESSADO: CAEI

PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira - SEAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado partir do MEMO-CAEI-542025, por meio do qual a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, solicita a adoção das providências cabíveis, com vista à aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme as justificativas, especificações e quantitativos fixados no Termo de Referência, mediante Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, II, da Lei nº.14.133/2021.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

1. Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Formação de Preços, e Documento de Formalização de Demanda nº 277/2024, pesquisa de preços detalhada e resumida obtidas no Painel de Preços do Governo Federal;
2. DESPACHO-DG-19092025 - Diretor-Geral encaminhando os autos à SEAF para a devida instrução processual junto as unidades administrativas competentes;
3. DESPACHO-SEAF-9902025 - Secretaria Administrativo-Financeira encaminhando os autos à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, à Comissão Permanente de Licitação, à Assessoria Técnica da Administração, para manifestação dos setores nos termos indicados, após o retorno a SEAF para posterior apreciação desta Assessoria Jurídica;
4. DESPACHO-COF-9912025 - Coordenadoria de Orçamento e Finanças prestou as seguintes



Assessoria Jurídica da Administração

informações orçamentárias:

Tratam os autos de despesa com material permanente, classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme o quadro a seguir: Unidade Orçamentária: 07901 - Fundo Especial do Ministério Público Função: 3 - Essencial à Justiça Subfunção: 091 – Defesa da Ordem à Justiça Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Ação: 6007 – Manutenção Administrativa Subação: 026769 – Segurança Institucional Natureza de Despesa: 4490 - Despesas de Capital - Investimento Fonte: 1.7.59.000000 A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27/12/2024, que fixou, durante o exercício de 2025, o montante de até R\$ 4.984.000,00 para a subação acima mencionada, e que, após dedução desta e de outras demandas, apresenta, nesta data, saldo de R\$ 3.590.644,82.

5. PARECER-CPL-382025 - Comissão Permanente de Licitação se manifestou no sentido de “ser possível a operacionalização do procedimento administrativo de contratação, fundamentado no Art. 75, inciso II e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo valor foi atualizado pelo Decreto Federal nº 12.343/2024, e disciplinado internamente pelo Ato Regulamentar nº 47/2021-GPGJ, desde que previamente autorizada pela Autoridade competente”. Na oportunidade juntou tabela de controle de dispensa, exercício de 2025 e Termo de Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025;

6. PTC-ACI-4002025 - Assessoria Técnica da Administração manifestou-se, quanto a instrução dos autos, pela “INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS”;

7. DESPACHO-SEAF-13192025 - SEAF encaminhando os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação.

É o relatório. Passa-se a análise.

Inicialmente, cumpre salientar que a seguinte manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020¹, incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

A presente demanda diz respeito a possibilidade de ser realizada, mediante dispensa de licitação por meio eletrônico, a aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

A contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo Poder Público deve ocorrer, em regra, por meio de Processo de Licitação, conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal².

É cediço que a regra para a aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, é mediante a instauração de procedimento Licitatório, em que sejam respeitados os princípios da isonomia, moralidade, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório, legalidade, publicidade e julgamento objetivo.



Assessoria Jurídica da Administração

Todavia, a legislação responsável pela regulamentação de normas gerais para esta matéria, a saber, a Lei Federal nº. 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, permite que em alguns casos excepcionais a Licitação possa ser afastada, admitindo contratação direta nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

In casu, verifica-se ser dispensável a licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21. Registra-se, que os valores previstos no citado art. 75 da Lei de Licitações sofreram atualização por meio do Decreto Federal nº. 12.343/2024.

A seguir transcreve-se as disposições legais mencionadas:

Lei nº. 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; ([Vide Decreto nº 10.922, de 2021](#)) ([Vigência](#))

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Decreto Federal nº. 12.343/2024

Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), na forma do [Anexo](#).

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme o disposto no [art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

Art. 3º Fica revogado o [Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023](#).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Brasília, 30 de dezembro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)

[...]

art. 75, caput, inciso II - R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

A contratação direta deverá ser precedida, de forma preferencial, da divulgação de aviso de dispensa eletrônica pelo prazo de 03 (três) dias úteis, com a devida especificação do objeto a ser



Assessoria Jurídica da Administração

fornecido, manifestação de interesse na obtenção de propostas de eventuais interessados e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do § 3º do art. 75 da Lei 14.133/21, já transcrito.

Pela leitura do art. 75, inciso II é possível entender que a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor é permitida para os casos em que a contratação pretendida apresentar valor inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) dentro do mesmo exercício financeiro. Neste sentido importa ressaltar, que de acordo com as informações presentes nos autos, a dispensa pretendida não excederia esse limite, consoante tabela de controle de dispensa para o exercício de 2025, elaborada pela CPL.

Com o objetivo de atender ao comando constitucional do art. 37, inciso XXI, a nova Lei de Licitações estabeleceu uma série de requisitos a serem observados para viabilizar a contratação direta, são eles:

LEI nº 14.133/2021

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Verifica-se, ademais, que a dispensa de licitação na forma eletrônica foi regulamentada no âmbito federal pela Instrução Normativa nº 67/2021 - SEGES - Ministério da Economia, que prevê o seguinte:

IN nº 67/2021

Sistema de Dispensa Eletrônica

Art. 3º O Sistema de Dispensa Eletrônica constitui ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet 4.0, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para a realização dos procedimentos de contratação direta de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia.

[...]

§ 1º Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública não integrantes do Sistema de Serviços Gerais - Sisg, no



Assessoria Jurídica da Administração

âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, interessados em utilizar o Sistema Dispensa Eletrônica de que trata esta Instrução Normativa, poderão celebrar Termo de Acesso ao Comprasnet 4.0, conforme disposto na Portaria nº 355, de 9 de agosto de 2019.

Hipóteses de uso

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

No âmbito deste Ministério Público a dispensa eletrônica foi regulamentada por meio do Ato Regulamentar nº 47/2021 - GPGJ, que disciplina a utilização da Dispensa Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços, a saber:

Ato Regulamentar nº 47/2021 - GPGJ

Art. 3º Os procedimentos para aquisição de bens e contratação de serviços, que se enquadrem nas hipóteses de dispensa de licitação, conforme o art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser realizados, preferencialmente, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica na forma estabelecida no art. 2º deste Ato Regulamentar, desde que não se refiram a parcelas do mesmo objeto de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez

Art. 4º A solicitação para aquisição de bens e contratação de serviços pela unidade requisitante, quando dispensável a licitação, nos termos do art. 75 Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - estudo técnico preliminar;

II - termo de referência ou projeto básico, acompanhado do respectivo checklist, constante do Anexo I; e

III - pesquisa de preços, conforme o Ato Regulamentar nº 13/2020-GPGJ.

§ 1º O termo de referência deve ser elaborado de acordo com o objeto da contratação e deve preencher, no mínimo, as exigências estabelecidas no art. 6º, inc. XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

No presente caso, após análise, constatou-se o atendimento dos requisitos estabelecidos acima.

Em outro enfoque, verifica-se que foi realizado o enquadramento legal pela Comissão Permanente de Licitação, PARECER-CPL-382025, com base no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

No que concerne à pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado, foi obtida através do Painel de Preços conforme mapa de formação de preços (ID nº 3694334), observando o Ato Regulamentar nº 13/2020 - Dispõe sobre os procedimentos e rotinas para pesquisa de preços,



Assessoria Jurídica da Administração

conforme o disposto no art. 4º do AR nº 47/2021-GPGJ.

Em relação ao Termo de Referência e à Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025, este necessita de ajustes ao final mencionados, os quais pela sua natureza textual dispensam o reenvio a esta Assessoria Jurídica.

Ante o exposto, esta Assessoria se manifesta pela possibilidade jurídica da realização da dispensa eletrônica para a aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e pela aprovação da Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025 nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os aspectos discricionários, técnicos, econômicos e financeiros, que escapam do exame jurídico ora efetivado, **desde que** sejam adotadas as seguintes providências:

1. Os autos sejam encaminhados à **CAEI** para as seguintes alterações no Termo de Referência:

1.1. Substituir no subitem 12.1 a “Resolução nº 102/2013 do CNMP” pela “**Resolução nº 283/2024 do CNMP**” que revogou a primeira;

1.2. Retificar o Item 16 - Das Sanções Administrativas que apresenta incongruências, pode-se optar pelas previsões da Cláusula Décima Segunda da Minuta do Contrato – Anexo IV do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025;

1.3. Quanto a indicação da marca de referência para o material no Item 5 e 6, recomenda-se adotar a expressão “equivalente, similar ou de melhor qualidade”.

Sobre o tema o Tribunal de Contas da União - TCU destaca que “[...] a indicação de Marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida da expressão ‘ou equivalente’, ‘ou similar’, ou de ‘melhor qualidade’” - ACÓRDÃO nº 2401/2006.

Excepcionalmente, será permitida a indicação de marca, desde que devidamente justificada pela CAEI, nas hipóteses previstas no inciso I, do artigo 41 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

Sobre o tema, transcreve-se as lições de Joel de Menezes Niebuhr:



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Abril de 2025 às 11:50 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PARECER-DGAJA-1702025, **Código de Validação:** 18991FA67B.



Assessoria Jurídica da Administração

Bem se vê que a indicação de marca é exceção, que, nessa qualidade, deve ser interpretada restritivamente. A regra é não indicar marca específica, porque ela, na maioria dos casos, não é o fundamental para determinar o atendimento ou não ao interesse público. O que importa, noutras palavras, não é a marca, mas sim as especificidades de cada produto, suas características substanciais. Demais disso, ao exigir marca específica, a restringe substancialmente a competitividade, uma vez que somente as pessoas que dispõem de produtos com a marca exigida podem participar do certame, afastando várias outras, que trabalham com outras marcas e que poderiam atender perfeitamente às necessidades da Administração.

Não obstante a NLLC não conter expressa vedação quanto a indicação de marca às situações de contratação por dispensa de licitação, é prudente considerar a extensão do dispositivo supracitado aos processos de contratação direta, a fim de garantir o cumprimento dos princípios da moralidade, segurança jurídica, competitividade e igualdade.

2 – Em seguida, à **Comissão Permanente de Contratação** para realizar as seguintes adequações na Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica:

Minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

2.1. Subitem 4.2.1, recomenda-se: “O lance deverá ser ofertado *pelo valor unitário*”;

Na Minuta do Contrato

2.2. Excluir da Tabela do subitem 1.2. da Cláusula Primeira a indicação da marca do equipamento, a qual pode variar conforme o resultado da dispensa de licitação;

2.3. Incluir no subitem 8.1 da Cláusula Oitava a data do orçamento estimado conforme o subitem 9.1 do Termo de Referência;

2.4. Alterar na Cláusula Décima Sétima o número de identificação deste Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90007/2025;

2.5. Realizar os ajustes necessários em razão de eventuais alterações do Termo de Referência.

III - Por fim, à **Diretoria-Geral** para que seja decidido quanto a autorização para realização do procedimento nos termos do inciso VIII³, do art. 72 da Lei nº. 14.133/21.

São Luís/MA, 28 de abril de 2025.

Carlos Bruno Corrêa Aguiar
Assessor Jurídico



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Abril de 2025 às 11:50 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PARECER-DGAJA-1702025, Código de Validação: 18991FA67B.**



Assessoria Jurídica da Administração

De Acordo. À consideração superior.

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessora-Chefe da ASSJUR

¹Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

²Art. 37 - Omissis[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

³Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:(...)

VIII - autorização da autoridade competente.

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 11:48 h ()*

CARLOS BRUNO CORRÊA AGUIAR

TÉCNICO MINISTERIAL

ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 11:50 h ()*

MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU

TÉCNICO MINISTERIAL

ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 13192025



(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em 24 de Abril de 2025 às 14:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DESPACHO-SEAF-13192025, Código de validação: DB4DE92B59.



Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 13192025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: DB4DE92B59

Assunto: Dispensa Eletrônica - Aquisição de Veículos Aéreos Não Tripulados
Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência

À Assessoria Jurídica,

Após parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo [PTC-ACI – 4002025](#), encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da solicitação, mediante dispensa eletrônica, para aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, no valor total estimado de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), conforme [MEMO-CAEI - 542025](#).

assinado eletronicamente em 24/04/2025 às 14:53 h ()*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: PTC-ACI - 4002025



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **24 de Abril de 2025 às 11:03 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PTC-ACI-4002025, **Código de Validação:** BE927EBE95.



Assessoria Técnica da Administração

PTC-ACI - 4002025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: BE927EBE95



Assessoria Técnica da Administração

Processo Administração	Nº 6126/2025
Unidade Solicitante	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência
Assunto	Dispensa Eletrônica de Licitação
Objeto	Aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2 para uso em operações de inteligência e contrainteligência.
Valor estimado	R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata-se de análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação para aquisição de veículos aéreos não tripulados para a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme as condições e especificações apresentadas no Termo de Referência, conforme [DESPACHO-SEAF - 9902025](#),

Da análise da documentação acostada aos autos, conforme legislação pertinente, informamos:

ITEM	DA ANÁLISE	SIM	NÃO	ANEXO
1	Documento de formalização da demanda elaborado no Portal Nacional de Compras Públicas	x		DFD925129_000277_2024
2	Estudo Preliminar	x		ETP VANTS CAEI
3	Termo de Referência	x		TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_ASSINADO
4	Pesquisa de Mercado (art. 23, §1º da Lei nº14.133/21)			
4.1	Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP)	x		PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA RESUMIDA PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA DETALHADA
4.2	Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente	-	-	Não utilizado
4.3	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; vedado estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas (art. 174, § 9º do AR nº 10/2023-GPGJ)	-	-	Não utilizado
	Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação			

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **24 de Abril de 2025 às 11:03 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PTC-ACI-4002025, **Código de Validação:** BE927EBE95.



Assessoria Técnica da Administração

4.4	formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;	-	-	Não utilizado
4.5	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.	-	-	Não utilizado
4.6	Solicitação formal a fornecedores para apresentação de cotação, preferencialmente por meio eletrônico. (art. 174, § 8º do AR 10/2023-GPGJ)	-	-	Não utilizado
4.7	Justificativa da autoridade competente para pesquisa com menos de três preços.(art. 174, § 3º do AR 10/2023-GPGJ)	-	-	Não utilizado
4.8	Mapa de formação de preços, elaborado e assinado pelo responsável pela pesquisa, refletindo a pesquisa, a metodologia adotada e o resultado obtido.(art. 174, § 5º e § 10 do AR 10/2023-GPGJ)	x		MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
5	Disponibilidade orçamentária	x		DESPACHO-COF - 9912025
6	Enquadramento legal da despesa na lei de licitações e demonstrativo do controle de contratação por dispensa de licitação	x		PARECER-CPL - 382025 TABELA DE CONTROLE - DISPENSAS 2025
7	Minuta Aviso de Dispensa Eletrônica	x		MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES_CAEI
OBSERVAÇÕES/PENDÊNCIAS				
8.1: Do Termo de Referência, anexo TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_ASSINADO , extraímos a seguinte justificativa para a contratação:				
“ 3 JUSTIFICATIVA				
3.1 A aquisição se justifica em razão da necessidade de utilização em atividade de inteligência. A utilização do referido equipamento corroborará com diligências que englobam o conhecimento da rotina criminosa de um alvo específico, bem como reconhecimento de locais de residência e de cometimento de crime, auxiliando, por consequência, o cumprimento de mandados judiciais.				
3.2. Outrossim, conforme preconizado na Doutrina Nacional de Atividade de Inteligência, é previsto o emprego de técnicas operacionais tendo como fito a obtenção do dado negado, que por sua vez é de suma importância para				



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **24 de Abril de 2025 às 11:03 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PTC-ACI-4002025, **Código de Validação:** BE927EBE95.



Assessoria Técnica da Administração

que o usuário possa incrementar a chance de êxito nas tomadas de decisões;"

8.2: A Coordenadoria de Orçamento e Finanças no [DESPACHO-COF – 9912025](#) informa que:

“ Tratam os autos de despesa com material permanente, classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme o quadro a seguir:

Unidade Orçamentária: 07901 - Fundo Especial do Ministério Público
Função: 3 - Essencial à Justiça
Subfunção: 091 – Defesa da Ordem à Justiça
Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça
Ação: 6007 – Manutenção Administrativa
Subação: 026769 – Segurança Institucional
Natureza de Despesa: 4490 - Despesas de Capital – Investimento
Fonte: 1.7.59.000000

A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27/12/2024, que fixou, durante o exercício de 2025, o montante de até R\$ 4.984.000,00 para a subação acima mencionada, e que, após dedução desta e de outras demandas, apresenta, nesta data, saldo de R\$ 3.590.644,82.”

8

8.3: A Comissão Permanente de Licitação no [PARECER-CPL - 382025](#), assim se manifesta:

*“ Considerando as justificativas apresentadas para a referida aquisição, entende esta CPL ser possível a operacionalização do procedimento administrativo de contratação, fundamentado no **art. 75, inciso II e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021**, cujo valor foi atualizado pelo Decreto Federal 12.343/2024, e disciplinado internamente*



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **24 de Abril de 2025 às 11:03 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PTC-ACI-4002025, **Código de Validação:** BE927EBE95.



Assessoria Técnica da Administração

	<p><i>pelo Ato Regulamentar nº 47/2021- GPGJ, desde que previamente autorizada pela Autoridade competente, ressalvados os aspectos outros, que escapam à análise desta Comissão Permanente de Licitação.</i></p> <p>(...)</p> <p><i>Quanto ao controle do limite dos valores estabelecidos no inciso II do §1º do art. 75 da Lei 14.133/21, o §2º do art. 4º da Instrução Normativa n. 67/2021 – SEGES/MGI1, assim dispõe:</i></p> <p>(...)</p> <p><i>Verifica-se, portanto, que o valor global estimado para esta contratação estabelecido no Termo de Referência, que é de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), está abaixo do limite fixado na Lei 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal 12.343/2025.</i></p> <p><i>Por fim, segue acostada aos autos a Tabela de Controle de Dispensa – 2025, a qual é controlada pela linha de fornecimento – Material/Serviço do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme Art. 4º, § 2º da IN. 67/2021-SEGES/MGI, onde foi feito o registro desta expectativa de realização de despesa, ao tempo em que se informa não haver sido realizada nenhuma outra despesa, neste exercício, para a classe dos materiais ora demandados."</i></p>
9	<p style="text-align: center;">DAS CONCLUSÕES</p> <p>Após análise, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos pela INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.</p>

Sendo o que nos cumpre informar, retornamos os autos para a deliberação das providências julgadas cabíveis.



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **24 de Abril de 2025 às 11:03 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** PTC-ACI-4002025, **Código de Validação:** BE927EBE95.



Assessoria Técnica da Administração

assinado eletronicamente em 24/04/2025 às 09:53 h ()*

JADIEL FERNANDES FRANÇA

ANALISTA MINISTERIAL

CONTABIL - CONTÁBIL

assinado eletronicamente em 24/04/2025 às 11:03 h ()*

LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA

ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: PARECER-CPL - 382025



Comissão Permanente de Licitação

PARECER-CPL - 382025

(relativo ao Processo 61262025)

Código de validação: BBF2B33D9D

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

Objeto: Dispensa Eletrônica nº 90007/2025 – Aquisição de Materiais permanentes (veículos aéreos não tripulados (VANTs)).

Assunto: Enquadramento Legal e Planilha de Controle de Dispensas – 2025.

Trata o presente de enquadramento legal para contratação de empresa, através de Dispensa Eletrônica, visando a **aquisição de Materiais Permanentes (Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs))**, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 6126/2025.

No tocante à aquisição do objeto por dispensa eletrônica de licitação, não obstante a regra seja licitar, a Unidade Solicitante (Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência), informa nos documentos apresentados, as razões pelas quais foi compelida a buscar adquirir o referido objeto, por meio do procedimento de Dispensa Eletrônica.

Considerando as justificativas apresentadas para a referida aquisição, entende esta CPL ser possível a operacionalização do procedimento administrativo de contratação, fundamentado no **art. 75, inciso II e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021**, cujo valor foi atualizado pelo Decreto Federal 12.343/2024, e disciplinado internamente pelo Ato Regulamentar nº 47/2021-GPGJ, desde que previamente autorizada pela Autoridade competente, ressalvados os aspectos outros, que escapam à análise desta Comissão Permanente de Licitação.

“ Art. 75. É dispensável a Licitação:

(...)

II – para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, no caso de outros serviços e compras; (*vide Decreto nº 12.343/2024*)

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I – o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II – o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, **entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.**

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia



Comissão Permanente de Licitação

ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§3º – As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de **aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”
(grifo nosso)

Quanto ao controle do limite dos valores estabelecidos no inciso II do §1º do art. 75 da Lei 14.133/21, o §2º do art. 4º da Instrução Normativa n. 67/2021 – SEGES/MGI¹, assim dispõe:

Hipóteses de uso

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I – contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II – contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III – contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV – registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput, deverão ser observados:

I – o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II – o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), vinculada: (Redação dada pela IN Seges/MGI n.º 8 de 2023).

I – à classe de materiais, utilizando o Padrão Descritivo de Materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Material do Governo federal; ou

II – à descrição dos serviços ou das obras, constante do Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo federal.’ (NR)

(grifo nosso)



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **22 de Abril de 2025 às 15:56 h** e conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PARECER-CPL-382025, Código de Validação: BBF2B33D9D.**



Comissão Permanente de Licitação

Verifica-se, portanto, que o **valor global estimado** para esta contratação estabelecido no Termo de Referência, que é de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**, está abaixo do limite fixado na Lei 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal 12.343/2025.

Por fim, segue acostada aos autos a Tabela de Controle de Dispensa – 2025, a qual é controlada pela **linha de fornecimento – Material/Serviço do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme Art. 4º, § 2º da IN. 67/2021-SEGES/MGI**, onde foi feito o registro desta expectativa de realização de despesa, ao tempo em que se informa **não haver sido realizada** nenhuma outra despesa, neste exercício, para a classe dos materiais ora demandados.

Destarte, encaminham-se os autos para as respectivas análises, conforme o **art. 6, § 4º do Ato Regulamentar 47/2021**.

Art. 6 (...)

§ 4º. Após a manifestação prevista no §3º deste artigo, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará os autos à Assessoria Técnica da Administração, para manifestação acerca de sua regularidade, a qual, após, os encaminhará à (...)."

Por fim, pede-se que, após a autorização pela autoridade competente, do referido procedimento de Dispensa Eletrônica, **retornem os autos a esta Comissão Permanente de Licitação para a publicação do respectivo Aviso de Dispensa e realização do pleito**, em cumprimento à determinação exarada no § 6º do artigo 6, do Ato Regulamentar nº 47/2021 – GPGJ.

São Luís (MA), data da assinatura eletrônica.

¹Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

assinado eletronicamente em 22/04/2025 às 14:53 h ()*

MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 22/04/2025 às 15:56 h ()*

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

TABELA DE CONTROLE - DISPENSAS 2025

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

TABELA DE CONTROLE - DISPENSAS DE 2025 PELA LINHA DE FORNECIMENTO REGISTRADA NO SICAF VINCULADA À CLASSE DOS MATERIAIS, UTILIZANDO O PADRÃO DESCRITIVO DE MATERIAIS (PDM), E À DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS OU OBRAS. (ART. 4º, § 2º DA IN. 67/2021-SEGES/MGI)										
Nº DO PROCESSO	Nº DA DISPENSA ELETRÔNICA	CÓD. CATMAT / CATSERV	CLASSE DO MATERIAL (PDM) / DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	ITENS	VALOR ESTIMADO DO ITEM	VALOR TOTAL ESTIMADO POR DISPENSA	VALOR HOMOLOGADO DO ITEM	VALOR TOTAL HOMOLOGADO POR DISPENSA	ECONOMIA	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
9708/2024	90001/2025	Anulada	Anulada		Anulada	Anulada	Anulada	Anulada		Anulada
21956/2024	90002/2025	601774	PDM: 14249 - Caixa Som	1	R\$ 6.254,00	R\$ 56.928,64	R\$ -	R\$ -		Lei 14.133/2021, Art. 75, II
		455632	PDM: 5409 - Mouse Computador	2	R\$ 10.800,00		R\$ -			
		466470	PDM: 240 - Mouse Pad	3	R\$ 3.790,00		R\$ -			
		460248	PDM: 13510 - Teclado Microcomputador	4	R\$ 29.700,00		R\$ -			
		444947	PDM: 14009 - Gaveta Disco Rígido	5	R\$ 530,00		R\$ -			
		444947	PDM: 14009 - Gaveta Disco Rígido	6	R\$ 1.108,80		R\$ -			
		283969	PDM: 10424 - Parafusadeira	7	R\$ 360,00		R\$ -			
		609008	PDM: 7709 - Fonte Alimentação	8	R\$ 878,68		R\$ -			
		219478	PDM: 1177 - Estação Solda	9	R\$ 748,90		R\$ -			
		616913	PDM: 10012 - Multímetro	10	R\$ 820,26		R\$ -			
		309083	PDM: 10012 - Multímetro	11	R\$ 257,00		R\$ -			
		484406	PDM: 10230 - Osciloscópio	12	R\$ 1.532,00		R\$ -			
		622951	PDM: 7059 - Microscópio	13	R\$ 149,00		R\$ -			
		439044	PDM: 10521 - Peça / Acessório - Impressora / Copiadora	1	R\$ 3.521,50	R\$ 6.112,00	R\$ -	R\$ -		Lei 14.133/2021, Art. 75, II
		439391	PDM: 10521 - Peça / Acessório - Impressora / Copiadora	2	R\$ 2.590,50		R\$ -	R\$ -		
9708/2024	90004/2025	233260	PDM: 14537 - Rastreador + chip M2M	1	R\$ 9.148,00	R\$ 17.597,90	R\$ 7.225,00	R\$ 13.950,00	20,73%	Lei 14.133/2021, Art. 75, II
		233260	PDM: 14537 - Rastreador + chip M2M	2	R\$ 8.449,90		R\$ 6.725,00			
5528/2025	90005/2025	14311	Orientação / Educação - Atividade Física	1	R\$ 17.280,00	R\$ 17.280,00	R\$ -	R\$ -		Lei 14.133/2021, Art. 75, II
5239/2025	90006/2025	259197	PDM: 8712 - Lanterna Elétrica	1	R\$ 1.730,00	R\$ 59.151,43	R\$ -	R\$ -		Lei 14.133/2021, Art. 75, II
		452764	PDM: 5758 - Conjunto Iluminacao		R\$ 409,71		R\$ -			
		439254	PDM: 8579 - Kit Eletrônico		R\$ 3.008,90		R\$ -			
		237655	PDM: 14570 - Câmera Fotográfica Digital	2	R\$ 5.226,87		R\$ -			
		240384	PDM: 14570 - Câmera Fotográfica Digital		R\$ 8.546,00		R\$ -			
		616789	PDM: 6743 - Equipamento / Acessórios		R\$ 1.057,47		R\$ -			
		469867	PDM: 7635 - Flash		R\$ 782,63		R\$ -			
		613212	PDM: 8787 - Lente Objetiva De Máquina Fotográfica	3	R\$ 6.884,86		R\$ -			
		242754	PDM: 4569 - Carregador Bateria		R\$ 432,94		R\$ -			
		612005	PDM: 9594 - Memória Em Cartão Magnético		R\$ 1.997,45		R\$ -			
		363854	PDM: 9732 - Microfone		R\$ 1.638,94		R\$ -			
		374925	PDM: 9732 - Microfone	4	R\$ 1.304,00		R\$ -			
		456779	PDM: 10580 - Pedestal Microfone		R\$ 257,20		R\$ -			
		602598	PDM: 13528 - Aparelho Telefônico Celular / Acessórios		R\$ 2.301,98		R\$ -			
		150478	PDM: 1243 - Aparelho Telefônico Celular	4	R\$ 15.939,15		R\$ -			
		606464	PDM: 19246 - Tablet		R\$ 7.633,33		R\$ -			
6126/2025	90007/2025	611462	PDM: 16741 - Aeronaves Teleguiadas	1	R\$ 49.500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -		Lei 14.133/2021, Art. 75, II

LINHAS DE FORNECIMENTO JÁ REGISTRADA PARA O MESMO MATERIAL/SERVIÇO - 2024 (SOMATÓRIO)				
Nº DA DISPENSA	CÓD. DO PDM OU SERVIÇO	CLASSE DO MATERIAL (PDM) / DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO
90004/2025	233260	PDM: 14537 - Rastreador	R\$ 17.597,90	R\$ 13.950,00
90002/2025	444947	PDM: 14009 - Gaveta Disco Rígido	R\$ 1.638,80	R\$ -
	616913	PDM: 10012 - Multímetro	R\$ 1.077,26	R\$ -
90003/2025	10521	PDM: 10521 - Peça / Acessório - Impressora / Copiadora	R\$ 6.112,00	R\$ -
90006/2025	237655 / 240384	PDM: 14570 - Câmera Fotográfica Digital	R\$ 13.772,87	R\$ -
	363854 / 374925	PDM: 9732 - Microfone	R\$ 2.942,94	R\$ -
			R\$ -	R\$ -

Última atualização: 22/04/2025

Obs.1: É utilizado o Sistema de Catalogação de Material do Governo Federal (CATMAT) e o Sistema de catalogação de Serviços ou Obras do Governo Federal (CATSERV).
Obs.2: Para fins de registro da linha de fornecimento do bem ou serviço é utilizado o orçamento estimado (expectativa de realização da Despesa) para aquelas Dispensas cujo valor ainda não foi homologado.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

MINUTA - DE_90007_2025_VEÍCULOS AÉREOS_DRONES_CAEI

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 90007/2025

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO (925129)

OBJETO

Aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

DATA DA SESSÃO

__/__/__

HORÁRIO DA FASE DOS LANCES

De 8h às 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2.	PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	4
3.	INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	6
4.	FASE DE LANCES	7
5.	JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
6.	HABILITAÇÃO	10
7.	CONTRATAÇÃO	13
8.	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	14
9.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90007/2025
(Processo Administrativo nº 6126/2025)**

Torna-se público que a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, por meio da Comissão Permanente de Licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Ato Regulamentar nº 47/2021 – GPGJ, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: ____/____/_____
Horário da Fase de Lances: 8h às 14h
Local: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente certame é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04 Modelo sugerido: DJI AVATA 2	611462	03	R\$ 16.500,00	R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL					R\$ 49.500,00
Quarenta e nove mil e quinhentos reais.					

1.1.1. Havendo mais de item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

1.1.3. Em caso de divergência entre especificações do objeto constantes neste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos e as constantes no sistema Compras.gov.br, prevalecerão as deste Aviso.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa eletrônica os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da Dispensa de Licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

2.3.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.3.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.4.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.3.4.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.4.8. Aplica-se o disposto no item 2.2.4.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.5. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.6. Sociedades cooperativas.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário OU percentual de desconto do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto superior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0.75% (setenta e cinco centésimos por cento).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o servidor poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, **no prazo máximo de 60(sessenta) minutos.**

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o servidor verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2>).



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. Contiver vícios insanáveis;

5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, **no prazo máximo de 60(sessenta) minutos**.

6.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

6.3. Habilitação jurídica:

6.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

6.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.3.8. Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO III;

6.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.4.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.5. Qualificação Técnica:



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

6.5.1. A empresa proponente também deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a proponente fornecido, a contento, objeto compatível com o desta dispensa de licitação, em prazos e quantitativos, contendo também, nome, CPF, e telefone do declarante para maiores informações.

6.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.6. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

6.12. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.12.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.14.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02(dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.3.1. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei 14.133/21);

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. As peculiaridades do caso concreto;

8.12. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. Os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 9.13.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 9.13.3. ANEXO III – Declaração de Inexistência de Parentesco; e
- 9.13.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

São Luís (MA), data e hora da assinatura eletrônica.

**CARGO
CPL/PGJ-MA**



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
(Arquivo em formato digital)**



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

**ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Arquivo em formato digital)**



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90007/2025 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº _____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís (MA), _____ de _____ de 20__

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20__, QUE
CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL
DE JUSTIÇA E A EMPRESA
____ PARA O
FORNECIMENTO DE _____,
NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. **PAULO GONÇALVES ARRAIS**, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº 1070173 e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 6126/2025** que instruiu a Dispensa eletrônica de licitação, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, do Ato Regulamentar nº 47/2021, Instrução Normativa SEGES/MGI nº 67/2021 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem como objeto a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), devendo os mesmos serem novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento., conforme as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Dispensa.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, câmera com resolução 4K e sistema de transmissão de vídeo 04 Modelo sugerido: DJI AVATA 2	611462	03	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.5. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.1. Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento dos materiais.

3.2. Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues em São Luís - MA, na Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís - MA, no horário das 08:00h às 15:00h, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.3. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, conforme local indicado;

3.5. **A garantia deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência**, Anexo do Aviso de Contratação Direta, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;

3.6. Para o atendimento, deve-se considerar que:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 3.7. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas, contadas a partir da hora da solicitação;
- 3.8. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
- 3.9. Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
- 3.10. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
- 3.11. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
- 3.12. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
- 3.13. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJ/MA;
- 3.14. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
- 3.15. Caso ocorram 03 (três) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias; ou
- 3.16. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
- 3.17. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
- 3.18. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
- 3.19. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada, que para fins deste contrato será na própria Unidade Gestora, Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI, na Seção de Segurança Institucional ou no local indicado pela Unidade Gestora, no município de São Luís - MA);
- 3.20. Anormalidade observada;
- 3.21. Nome do responsável pela solicitação;
- 3.22. Número do telefone para contato;
- 3.23. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva;
- 3.24. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

3.25. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

3.26. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

3.27. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA.

3.28. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico.

3.29. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

3.30. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

3.31. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

3.32. A assistência técnica deverá ser prestada pelo FABRICANTE do equipamento ou empresa por ele indicada;

3.33. A assistência técnica deverá possuir central de atendimento, em português, pelo período de garantia, possibilitando abertura de chamados técnicos;

3.34. Deve ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE dos equipamentos com disponibilidade de informações para suporte tais como: guia de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares upgrade de BIOS;

3.35. É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados dentro do prazo de garantia, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/21 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). ”

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

4.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

4.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

4.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. O fornecimento do objeto será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade do CONTRATO gerado, e os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados adequadamente, em embalagens originais do FABRICANTE, lacradas e seladas com a identificação do FABRICANTE na embalagem, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 7.2. Deverão ser entregues junto com os equipamentos:
- 7.3. Para cada equipamento, o certificado de garantia emitido pelo FABRICANTE do equipamento, válido para toda a rede de assistência técnica do FABRICANTE no Brasil e que possua abrangência no Estado do Maranhão;
- 7.4. Para cada equipamento, um conjunto completo de manuais originais, confeccionados pelo FABRICANTE, em língua portuguesa;
- 7.5. Não serão aceitas cópias de manuais técnicos e discos de configuração/CD-ROM;
- 7.6. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);
- 7.7. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);
- 7.8. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
- 7.9. Conforme o caso, poderá ser feita visita técnica ao fornecedor ou FABRICANTE para análise dos produtos ofertados, mediante solicitação da CAEI, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de deslocamento;
- 7.10. Os produtos apresentados na visita técnica deverão ser das mesmas marcas e modelos que as constantes na proposta da CONTRATADA, não se admitindo configurações “customizadas”, que não sejam de Fábrica;
- 7.11. O não cumprimento de quaisquer especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA sem a prévia AUTORIZAÇÃO da CONTRATANTE, ou observações dentro dos prazos previstos no CONTRATO resultará na aplicação de penalidades cabíveis;
- 7.12. Em hipótese alguma será (ão) aceito (s) equipamento (s) que tenha (m) sido alterado (s) em sua arquitetura ou seus softwares instalados por alegação da CONTRATADA, alicerçada em expressões do tipo: “... por opção interpretativa substituiu-se....”, “... na dúvida fornecemos...” e outras similares, que venham a prejudicar o interesse da CONTRATANTE.
- 7.13. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega do documento comprobatório da obrigação contratual, da seguinte forma:
- 7.13.1. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 7.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.
- 7.15. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos produtos, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste do recebimento dos itens, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 7.15.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

7.15.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos / substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. O prazo de validade;

7.18.2. A data da emissão;

7.18.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. O valor a pagar; e

7.18.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do pagamento

7.26. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) Dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;

7.27. O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, por meio de ordem bancária emitida em nome da CONTRATADA, para crédito na conta corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, após o recebimento definitivo no Setor Competente da PGJ/MA, da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes e acompanhadas dos documentos em vigor a seguir:

7.27.1. Prova de regularidade relativa à seguridade social: Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

7.27.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.27.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.27.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

7.27.5. Documentação comprobatória de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal;

7.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.31. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, serão adotadas as medidas cabíveis:

7.32.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.32.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438 \text{ TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/xxxx.

8.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contados da data limite para apresentação da proposta, aplicando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

- 9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da Contrato, através de servidor especialmente designado;
- 9.2. Recusar com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes do Termo de Referência.
- 9.3. Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos equipamentos;
- 9.4. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;
- 9.5. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;
- 9.6. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações do Termo de Referência;
- 9.7. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.8. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;
- 9.9. Permitir o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de entrega do produto e da prestação da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato;
- 9.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento e da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato, fixando prazo para sua correção;
- 9.11. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto do Termo de Referência;
- 9.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração;
- 9.13. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço solicitado;
- 9.14. Enviar nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;
- 9.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.16. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar o fornecimento do objeto que lhe for adjudicado dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, conforme condições constantes da proposta apresentada durante o processo licitatório e em especial:



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

10.2. Fornecer garantia total do equipamento pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE;

10.3. Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento de acordo com os prazos e as condições estabelecidas neste Termo e em contrato;

10.4. Atender ao chamado técnico do PGJMA, para fins de prestação do serviço de manutenção nos equipamentos em garantia, nos termos do ITEM 10- DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS do TERMO DE REFERÊNCIA;

10.5. Emitir Relatório de Serviço Técnico, depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento;

10.6. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

10.7. Ao fornecedor beneficiário do Contrato é vedado transferir total ou parcialmente o objeto deste, ficando obrigado perante a PGJ/MA, pelo exato cumprimento das obrigações assumidas;

10.8. Manter, durante toda a execução da Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilidade e qualificação exigidas na licitação/contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

10.9. Acatar todas as orientações do setor competente da PGJMA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

10.10. Cotar equipamentos que fazem parte da linha atual de fornecimento do FABRICANTE, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação;

10.11. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

10.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

10.13. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

10.14. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

10.15. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

10.16. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de manutenção corretiva;

10.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho penoso, perigoso ou insalubre;

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;

10.20. Cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Contratação Direta, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.21. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

10.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.25. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.26. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 desta CLÁUSULA, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. **Compensatória** para as infrações previstas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 de 5% a 15% do valor do contrato;

12.2.4.3. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3 de 20% a 30% do valor do contrato;

12.2.4.4. Para as infrações descritas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.4, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.5.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

14.1. Os recursos orçamentários reservados para o pagamento da despesa objeto deste contrato, correrão à dotação orçamentária seguinte:

Plano Interno:

Natureza da despesa:

Nota de Empenho nº _____ de ____/____/____.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da PGJ/MA, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, e vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90004/2025, e à proposta da CONTRATADA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A PGJ/MA divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio www.mpma.mp.br, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

20.2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA, data da assinatura eletrônica.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dispensa Eletrônica nº. 90007/2025

Processo Administrativo nº 6126/2025

PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral

Contratada

Representante legal
Cargo



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-COF - 9912025



(*) Documento assinado eletronicamente por **TATIANA ALVES DE PAULA** em **31 de Março de 2025 às 10:23 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-COF-9912025, Código de validação: 321CAD59AA.**



Coordenadoria de Orçamento e Finanças

DESPACHO-COF - 9912025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: 321CAD59AA

Assunto: Dispensa de Licitação

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

Ao Diretor Geral,

Tratam os autos de despesa com material permanente, classificada, de acordo com as normas orçamentárias vigentes, conforme o quadro a seguir:

Unidade Orçamentária: 07901 - Fundo Especial do Ministério Público

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 091 – Defesa da Ordem à Justiça

Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Ação: 6007 – Manutenção Administrativa

Subação: 026769 – Segurança Institucional

Natureza de Despesa: 4490 - Despesas de Capital - Investimento

Fonte: 1.7.59.000000

A despesa em tela tem compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27/12/2024, que fixou, durante o exercício de 2025, o montante de até R\$ 4.984.000,00 para a subação acima mencionada, e que, após dedução desta e de outras demandas, apresenta, nesta data, saldo de R\$ 3.590.644,82.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 31/03/2025 às 10:23 h ()*

TATIANA ALVES DE PAULA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 9902025



(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em 27 de Março de 2025 às 10:26 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** DESPACHO-SEAF-9902025, **Código de validação:** C858A4D2E5.



Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 9902025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: C858A4D2E5

Assunto: Dispensa de Licitação

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças,

Encaminhem-se os autos para informar se há dotação orçamentária suficiente para aquisição, mediante dispensa de licitação, de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2 para uso em operações de inteligência e contrainteligência, garantindo a operacionalidade da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI e o cumprimento de suas atribuições constitucionais, nas unidades de São Luís, Imperatriz e Timon, no valor total estimado de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**, conforme [MEMO-CAEI - 542025](#), [TR_RASTREADORES_VANTS_CAEL_ASSINADO](#) e demais documentos;

Após, à **Comissão Permanente de Licitação** para enquadramento legal da despesa e elaboração do Termo de Dispensa Eletrônica;

Em seguida, à **Assessoria Técnica da Administração** para manifestação acerca da regularidade processual;

Por fim, retornem-se os autos a esta SEAF para análise e posterior apreciação da **Assessoria Jurídica**.

assinado eletronicamente em 27/03/2025 às 10:26 h ()*

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 19092025



(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em 26 de Março de 2025 às 15:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: DESPACHO-DG-19092025, Código de validação: 67566CF297.**



DESPACHO-DG - 19092025
(relativo ao Processo 61262025)
Código de validação: 67566CF297

Assunto: Permanente > Compra

Interessado: Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

Trata-se de processo administrativo no qual o Promotor e Coordenador da **Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI**, Luiz Muniz Rocha Filho, por meio do MEMO-CAEI - 542025, solicita a abertura de processo licitatório visando à aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2 para uso em operações de inteligência e contrainteligência, garantindo a operacionalidade da CAEI e o cumprimento de suas atribuições constitucionais, nas unidades de São Luís, Imperatriz e Timon, no valor total estimado de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)** (R 16.500,00 por unidade), conforme o Termo de Referência anexo.

Ante o exposto, encaminhem-se os autos à **Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF)** para a devida instrução processual junto às unidades administrativas competentes.

assinado eletronicamente em 26/03/2025 às 15:53 h ()*

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

DFD925129_000277_2024

Número do Documento de Formalização da Demanda: 277/2024

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA - CAEI	20/11/2025 00:00	925129	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO
Descrição sucinta do objeto			
NOVA CONTRATAÇÃO. PERMANENTE. AQUISIÇÃO DE DRONES.			

2. Justificativa de Necessidade

A aquisição de drones é fundamental para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Doutrina de Inteligência do Ministério Público, instituída pela Resolução CNMP nº 260/2023, que orienta, legítima e padroniza a Atividade de Inteligência no âmbito do Ministério Público da União e dos estados. Os drones são essenciais para garantir uma vigilância aérea eficiente, proporcionando maior alcance e precisão nas operações de inteligência e nas atividades de investigação, conforme estipulado pela mencionada Doutrina, que busca fortalecer a Atividade de Inteligência ministerial e promover a integração com outros órgãos de inteligência.

Essa aquisição se alinha ao **Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão, 2021 - 2029**, conforme programas e ações estratégicas:

- **Eixo:** Tecnologia da Informação.
- **Objetivo Estratégico vinculado:** Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MPMA.
- **Programas:** Fortalecer os mecanismos de segurança da informação.
- **Projeto, Programa, Campanha ou Iniciativa:** Criação da Política de Inteligência no MPMA.
- **Unidade Responsável:** CAEI.

Ademais, os drones são essenciais para assegurar a mobilidade aérea e a capacidade de monitoramento avançado nas operações ostensivas e de inteligência, proporcionando maior segurança para membros, autoridades, servidores, terceirizados, colaboradores e para o público em geral que circula pelas instalações do MPMA. A prontidão e a eficácia no atendimento às demandas institucionais dependem diretamente da disponibilidade desses recursos tecnológicos. Portanto, a aquisição dos drones se faz indispensável para a manutenção da segurança, inovação e eficiência operacionais do MPMA.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	AERONAVES TELEGUIADAS	AERONAVES TELEGUIADAS		1,00	100.000,00	100.000,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Seção de Operações de Inteligência / CAEI

EDMILSON CUTRIM DA SILVA JUNIOR

Policial Militar / Chefe de Setor

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA 2025, CONFORME ATO REGULAMENTAR INTERNO.	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO	02/09/2024 13:18
2 PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA 2025, CONFORME ATO REGULAMENTAR INTERNO.	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO	27/08/2024 11:02
3 PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA 2025, CONFORME ATO REGULAMENTAR INTERNO.	ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA SOBRINHO	26/08/2024 13:22

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

TR_RASTREADORES_VANTS_CAEI_ASSINADO



ESTADO DO MARANHÃO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a dispensa de licitação para a aquisição de 3 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), a fim de atender as necessidades da Coordenadoria de Assunto Estratégicos e Inteligência (CAEI) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), devendo os mesmos serem novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento.

2 OBJETIVO

2.1. Dispor de equipamentos que permitam a execução de missões atinentes a segurança orgânica e operações de inteligência de modo a possibilitar um detalhamento efetivo do terreno e que também contribuam para reduzir o risco de ações deletérias em desfavor dos agentes de campo. Ressalta-se que os referidos equipamentos devem ser novos de fábrica, isentos do processo de remanufaturamento, com garantia de funcionamento.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 A aquisição se justifica em razão da necessidade de utilização em atividade de inteligência. A utilização do referido equipamento corroborará com diligências que englobam o conhecimento da rotina criminosa de um alvo específico, bem como reconhecimento de locais de residência e de cometimento de crime, auxiliando, por consequência, o cumprimento de mandados judiciais.

3.2. Outrossim, conforme preconizado na Doutrina Nacional de Atividade de Inteligência, é previsto o emprego de técnicas operacionais tendo como fito a obtenção do dado negado, que por sua vez é de suma importância para que o usuário possa incrementar a chance de êxito nas tomadas de decisões;

4 AMPARO LEGAL

4.1. Solicita-se a Dispensa de Licitação tendo como fito a aquisição, mediante dispensa eletrônica de licitação, com fulcro no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), aeronave teleguiada remotamente para obtenção de imagens aéreas, a ser utilizado pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, possuindo quatro motores, tamanho diagonal: 120 mm, peso máximo: 377 g, características adicionais: sensor CMOS de 1/1,3”, com todos os acessórios necessários para plena operação, com manual em português e garantia mínima de 36 meses, para atender às necessidades de utilização de diligências em campo por parte dos integrantes da Operações de Inteligência conforme previsto no §4º do art. 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020 que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, lembrando que o setor em questão faz parte da CAEI (Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência).

Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – CDC	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.	Dispõe sobre a proteção de dados pessoais (LGPD)
Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, de forma subsidiárias	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
Instrução Normativa Nº 67 SEGES/ME, de 8 de julho de 2021, no que couber.	Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de setembro de 2022, no que couber.	Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Ato nº 10/2023 - Procuradoria- Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão.	Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Ato Regulamentar nº 47 2021, 23 de novembro de 2021	Disciplina a utilização da Dispensa Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

5 DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CAT MAT/CA TSER	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), contendo três baterias de voo inteligente, controle remoto, carregador, camera com resolução 4K e sistema de transmissao de vídeo 04 Modelo sugerido: DJI AVATA 2	611462	Unid.	03	R\$ 16.500,00	R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL						R\$ 49.500,00

6 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

6.1 AERONAVE

- Peso de decolagem: Aprox. 377 g
- Dimensões: 185×212×64 mm (C×L×A)
- Velocidade máxima de ascensão: 6 m/s (modo normal), 9 m/s (modo esportivo)
- Velocidade máxima de descensão: 6 m/s (modo normal), 9 m/s (modo esportivo)
- Velocidade máxima horizontal (ao nível do mar, sem vento): 8 m/s (modo normal), 16 m/s (modo esportivo) e 27 m/s (modo manual)* (*modo manual tem limite de 19 m/s nas regiões da UE).
- Altitude máxima de decolagem: 5.000 m
- Tempo máximo de voo: aproximadamente 23 min
- Duração máxima de voo estacionário: aproximadamente 21 min
- Distância máxima de voo: 13 km
- Resistência máxima ao vento: 10,7 m/s (nível 5)
- Temperamento de funcionamento: - 10° a 40° C
- Sistema global de navegação por satélite (GNSS): GPS + Galileu + BeiDou
- Alcance de precisão em voo estacionário: vertical: ±0,1 m (com posicionamento visual), ±0,5 m (com posicionamento por GNSS), horizontal: ±0,3 m (com posicionamento visual), ±1,5 m (com posicionamento por GNSS)
- Armazenamento interno: 46 GB
- Aula: C1 (EU)

6.2. CÂMERA

- Sensor de imagens: sensor de imagens de 1/1,3", píxeis efetivos: 12 MP

- Primavera: campo de visão (FOV): 155°, formato equivalente: 12 mm, abertura: f/2.8, foco: 0,6 m a ∞
- Alcance ISSO: 100-25600 (Automático), 100-25600 (Manual)
- Velocidade do obturador: Vídeo: 1/8000 - 1/30 s, Foto: 1/8000 - 1/50 s
- Dimensões máximas da imagem: 4000×2256 (16:9), 4000×3000 (4:3)
- Modo de fotografia: Tiro único
- Formatos de foto: JPEG
- Resoluções de vídeo: 4K (4:3): 3840×2880 a 30/50/60 fps, 4K (16:9): 3840×2160 a 30/50/60/100 fps, 2,7K (4:3): 2688×2016 a 30/50/60 fps, 2,7K (16:9): 2688×1512 a 30/50/120 fps, 1080p (4:3): 1440×1080 a 30/50/120 fps, 1080p (16:9): 1920×1080 a 30/50/120 fps
- Formatos de vídeo: MP4 (H.264/H.265)
- Taxa de bits máxima do vídeo: 130 Mbps
- Sistemas de arquivos suportados: exFAT
- Perfil de cores: Padrão, D-Log M
- Campo de visão da câmara: suporta modo normal, modo grande angular e modo super grande angular
- GELO: Compatível com RockSteady 3.0 + & HorizonSteady. Pode ser desabilitada

6.3. ESTABILIZADOR

- Estabilização: estabilizador mecânico com eixo único (inclinação)
- Alcance mecânico: inclinação -95° a 90°
- Alcance controlável: inclinação -85° a 80°
- Velocidade máxima controlável (inclinação): 100°/s
- Alcance da vibração angular: $\pm 0,01^\circ$
- Eixo de rotação eletrônico: a correção da tela em tempo real está indisponível ao gravar, mas pode ser aplicada à gravação salva no drone.

6.4. DETECÇÃO

- Tipo de detecção: posicionamento visual inferior e traseiro
- Inferior: altura de medição efetiva ToF 10m, alcance de voo estacionário preciso: 0,3 a 10 m, alcance de medição 0,3 a 20 m, campo de visão (FOV): 78° (horizontal); 78° (vertical).
- Ambiente operacional: superfícies reflexivas difusas com padrões discerníveis, refletividade difusa >20% (como pavimentos de concreto), condições de iluminação adequadas (lux > 15 em condições de iluminação interna normais)

6.5. TRANSMISSÃO DE VÍDEO

- Sistema de transmissão de vídeos: 04
- Qualidade da transmissão ao vivo: 1080p a 30/50/60/100 fps
- Frequência de funcionamento: 2,400 a 2,4835 GHz, 5,170 a 5,250 GHz* e 5,725 a 5,850 GHz* * As faixas de frequência de 5,170-5,250 GHz e 5,725-5,850 GHz podem ser usadas somente em países e regiões onde são permitidas pelas leis e regulamentações locais.

- Potência do transmissor (EIRP) 2,4 GHZ: < 33 dBm (FCC), < 20 dBm (CE/SRRC/MIC), 5,1 GHZ < 23 dBm (CE), 5,8 GHZ < 33 dBm (FCC), < 30 dBm (SRRC), < 14 dBm (CE)
- Banda larga de comunicação: máximo de 60 MHZ
- Distância máxima de transmissão (sem obstruções, livre de interferências) - forte interferência: paisagem urbana, aprox.. 1,5 a 4 km, interferência média: paisagem suburbana, aprox.. 4 a 10 km e baixa interferência: subúrbio / litoral, aprox.. 10 a 13 km
- Distância máxima de transmissão (com obstruções e interferências) – baixa interferência e obstrução por edifícios: aprox. 0 a 0,5 km e baixa interferência e obstrução por árvores: aprox.. 0,5 a 3 km.
- Velocidade máxima de download - Wi-fi: 30 Mb/s
- Menor latência - com os DJI Googles 3: qualidade da transmissão de vídeo em 1080p/100 fps: 24 ms e qualidade da transmissão de vídeo em 1080p/60fps: 40 ms
- Taxa de bits máx. do vídeo: 60 Mbps
- Antenas: 4 antenas, 2T4R

6.6. WI-FI

- Protocolo: 802.11 a/b/g/n/ac
- Frequência de funcionamento: 2.400 a 2.4835 GHZ, 5.725 a 5.8850 GHZ
- Potência do transmissor (EIRP): 2,4 GHZ: <20 dBm (FCC/CE/SRRC/MIC), 5,8 GHZ: < 20 dBm (FCC/SRRC), < 14 dBm (CE)

6.7. BLUETOOTH

- Protocolo: Bluetooth 5.0
- Frequência de funcionamento: 2,400 a 2,4835 GHz
- Potência do transmissor (EIRP): <10 dBm

6.8. BATERIA DE VOO INTELIGENTE

- Capacidade: 2150 mAh
- Peso: aprox. 145 g
- Tensão padrão: 14,76 V
- Voltagem máx. de carregamento: 17 V
- Tipo de bateria: Li-ion
- Energia: 31,7 Wh a 0,5 C
- Temperatura de carregamento: 5° a 40° C
- Tempo de carregamento: com o carregador com múltiplas entradas (pot. máx. de carregamento de 60 W) - de 0 a 100%: aprox. 45 min.; de 10 a 90%: aprox. 30 min.; carregando o drone diretamente (potência máx. de carregamento de 30 W) – de 0 a 100%: aprox. 88 min. e de 10 a 90%: aprox. 60 min.

6.9. CARREGADOR

Carregador recomendado: Carregador portátil 65 W DJI

Carregador para automóveis 65 W DJI

Carregador USB com fornecimento de energia

6.10. CARREGADOR COM MÚLTIPLAS ENTRADAS DE BATERIA

- Entrada: 5 a 20 V; máx. de 3 A
- Saída (acúmulo de carga): máx. de 65 W
- Saída (carregando): máx. de 17 W
- Saída (USB): 5 V / 2 A
- Tipo de carregamento: 3 baterias carregadas em sequência
- Compatibilidade: bateria de voo inteligente (DJI Avata 2)

6.11. ARMAZENAMENTO

- Kingston CANVAS Go! Plus 64 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Kingston CANVAS Go! Plus 128 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Kingston CANVAS Go! Plus 256 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Kingston CANVAS Go! Plus 512 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 64 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 128 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 256 GB U3 A2 V30 microSDXC
- Lexar Professional 1066x 512 GB U3 A2 V30 microSDXC

6.12. CONTROLE REMOTO 3 (DJI FPV)

- Tempo máx. de funcionamento: aprox. 10 horas
- Temperatura de funcionamento: -10° a 40° C
- Temperatura de carregamento: 0° a 50° C
- Tempo de carregamento: 2 horas
- Tipo de carregamento: 5 V / 2 A
- Capacidade da bateria: 2600 mAh
- Peso: aprox. 240 g
- Dimensões: 165×119×62 mm (C×L×A)
- Frequência de funcionamento: 2,400 a 2,4835 GHz
- Potência do transmissor (EIRP) 2,400 GHz: <26 dBm (FCC) <20 dBm (CE/SRRC/MIC)

Modelo sugerido: DJI AVATA 2

7 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de recebimento da nota de empenho;

7.2 Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser entregues em São Luís - MA, na Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI – da PGJMA, localizada no Prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, Térreo, na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 - Jaracati/Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís - MA, no horário das 08:00h às 15:00h, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira;

8 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS, LICENÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS

8.1. O fornecimento do objeto será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade do CONTRATO gerado, e os equipamentos, licenças, materiais e acessórios deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados adequadamente, em embalagens originais do FABRICANTE, lacradas e seladas com a identificação do FABRICANTE na embalagem, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

8.2. Deverão ser entregues junto com os equipamentos:

8.3. Para cada equipamento, o certificado de garantia emitido pelo FABRICANTE do equipamento, válido para toda a rede de assistência técnica do FABRICANTE no Brasil e que possua abrangência no Estado do Maranhão;

8.4. Para cada equipamento, um conjunto completo de manuais originais, confeccionados pelo FABRICANTE, em língua portuguesa;

8.5. Não serão aceitas cópias de manuais técnicos e discos de configuração/CD-ROM;

8.6. Todos os softwares e drivers originais dos equipamentos (considerando todos os acessórios, componentes e periféricos), em CD ou DVD, junto com os seus respectivos Cartões de Registro (licenças);

8.7. O transporte dos equipamentos, licenças, materiais e acessórios, até o local determinado pela CONTRATANTE, conforme item 7 – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para CONTRATANTE;

8.8. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;

8.9. Conforme o caso, poderá ser feita visita técnica ao fornecedor ou FABRICANTE para análise dos produtos ofertados, mediante solicitação da CAEI, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de deslocamento;

8.10. Os produtos apresentados na visita técnica deverão ser das mesmas marcas e modelos que as constantes na proposta da CONTRATADA, não se admitindo configurações “customizadas”, que não sejam de Fábrica;

8.11. O não cumprimento de quaisquer especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA sem a prévia AUTORIZAÇÃO da CONTRATANTE, ou observações dentro dos prazos previstos no CONTRATO resultará na aplicação de penalidades cabíveis;

8.12. Em hipótese alguma será (ão) aceito (s) equipamento (s) que tenha (m) sido alterado (s) em sua arquitetura ou seus softwares instalados por alegação da CONTRATADA, alicerçada em expressões do tipo: “... por opção interpretativa substituiu-se...”, “... na dúvida fornecemos...” e outras similares, que venham a prejudicar o interesse da CONTRATANTE.

8.13. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega do documento comprobatório da obrigação contratual, da seguinte forma:

8.13.1. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

8.15. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos produtos, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste do recebimento dos itens, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.15.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.15.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos / substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9 DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços unitários pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/12/2024.

9.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento

estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

9.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

10 DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

10.1 A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

10.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, conforme local indicado;

10.3 A garantia deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;

10.4 Para o atendimento, deve-se considerar que:

10.5 O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas, contadas a partir da hora da solicitação;

10.6 Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;

10.7 Entende-se por hora da solicitação a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;

10.8 O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;

10.9 Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;

10.10 No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;

10.11 Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJ/MA;

10.12 A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

10.13 Caso ocorram 03 (três) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias; ou

10.14 Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;

10.15 Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:

10.16 Código de fabricação ou número de série do equipamento;

10.17 Local onde a assistência técnica deverá ser prestada, que para fins deste contrato será na própria Unidade Gestora, Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI, na Seção de Segurança Institucional ou no local indicado pela Unidade Gestora, no município de São Luís - MA);

10.18 Anormalidade observada;

10.19 Nome do responsável pela solicitação;

10.20 Número do telefone para contato;

10.21 Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva;

10.22 Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências da PGJMA;

10.23 Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

10.24 Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

10.25 Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA.

10.26 A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico.

10.27 A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

10.28 As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

10.29 As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

10.30 A assistência técnica deverá ser prestada pelo FABRICANTE do equipamento ou empresa por ele indicada;

10.31 A assistência técnica deverá possuir central de atendimento, em português, pelo período de garantia, possibilitando abertura de chamados técnicos;

10.32 Deve ser informado link (URL) de site na Internet do FABRICANTE dos equipamentos com disponibilidade de informações para suporte tais como: guia de instalação, informações técnicas, atualização e download de drivers, firmwares upgrade de BIOS;

10.33 É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados dentro do prazo de garantia, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei nº 14.133/21 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). ”

11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A empresa proponente também deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a proponente fornecido, a contento, objeto compatível com o desta dispensa de licitação, em prazos e quantitativos, contendo também, nome, CPF, e telefone do declarante para maiores informações.

12 DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do Contrato, Dr. Luiz Muniz Rocha Filho, matrícula: 656280; fiscal requisitante do contrato: Edmilson Cutrim da Silva Junior, matrícula: 1075317; fiscal técnico: Max Wallace Castelo Branco Bezerra , matrícula: 1073080 e fiscal administrativo: Antonio Lisboa de Castro Viana Sobrinho, matrícula: 1071864, a fiscalização e a gestão do contrato, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

12.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts 117 e 140 da Lei nº 14.133/21.

12.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.5 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços prestados deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo como estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

12.6 O representante da Contratante deverá promover o registro de ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos § 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

12.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 104, IV da Lei nº 14.133/21.

13 DA VIGÊNCIA E CONTRATAÇÃO

13.1 O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado;

14.2 Recusar com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA.

14.3 Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição ou entrega dos equipamentos;

14.4 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

14.5 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

14.6 Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA;

14.7 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

14.8 Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

14.9 Permitir o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de entrega do produto e da prestação da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato;

14.10 Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento e da manutenção em local indicado pelo gestor do contrato, fixando prazo para sua correção;

14.11 Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA;

14.12 Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração;

14.13 Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço solicitado;

14.14 Enviar nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;

14.15 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.16 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Executar o fornecimento do objeto que lhe for adjudicado dentro dos padrões e prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, conforme condições constantes da proposta apresentada durante o processo licitatório e em especial:

15.2 Fornecer garantia total do equipamento pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo FABRICANTE;

15.3 Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento de acordo com os prazos e as condições estabelecidas neste Termo e em contrato;

15.4 Atender ao chamado técnico do PGJMA, para fins de prestação do serviço de manutenção nos equipamentos em garantia, nos termos do ITEM 10- DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS deste TERMO DE REFERÊNCIA;

15.5 Emitir Relatório de Serviço Técnico, depois de concluída a manutenção de qualquer equipamento;

15.6 Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

15.7 Ao fornecedor beneficiário do Contrato é vedado transferir total ou parcialmente o objeto deste, ficando obrigado perante a PGJ/MA, pelo exato cumprimento das obrigações assumidas;

15.8 Manter, durante toda a execução da Dispensa de Licitação/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilidade e qualificação exigidas na licitação/contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

15.9 Acatar todas as orientações do setor competente da PGJMA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

15.10 Cotar equipamentos que fazem parte da linha atual de fornecimento do FABRICANTE, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação;

15.11 Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

15.12 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

15.13 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

15.14 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

15.15 Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

15.16 Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de manutenção corretiva;

15.17 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho penoso, perigoso ou insalubre;

15.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;

15.20 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

15.21 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

15.22 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.23 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

15.24 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

15.25 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.26 Manter, durante a vigência do contrato, a condição prevista nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e inscrita no Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de Referência, no contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

16.1.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.1.2 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.1.1.3 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

16.1.1.4 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.1.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.1.5.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.1.1.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.1.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.1.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.1.2.2 Multa, nas seguintes condições:

16.1.2.2.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na entrega ou a entrega parcial dos produtos, sobre o valor do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias.

16.1.2.2.2 Compensatória nos seguintes percentuais e condições:

16.1.2.2.3 De 20% (vinte) por cento do valor do contrato, caso de inexecução parcial;

16.1.2.2.4 De 30% (trinta) por cento do valor do contrato, no caso de inexecução total.

16.1.2.2.5 A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos de 01 (um) até 15 (quinze) dias corridos.

16.1.2.2.6 A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA atrasar a entrega dos produtos por mais de 15 (quinze) dias corridos.

16.1.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03(três) anos, nos casos dos subitens 16.1.1.2 a 16.1.1.4 deste Aviso de Contratação Direta, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.1.5 a 16.1.1.6, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.1.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.1.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.1.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

16.1.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.1.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.1.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.1.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.1.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.1.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.1.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.1.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.1.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.1.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.1.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato poderá ser extinto:

17.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

17.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço de eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas

18 VEDAÇÕES

18.1 É vedado à CONTRATADA:

18.1.1 Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

18.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

19 DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato.

20 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

20.1 Os objetos contidos no ITEM 05 deste TERMO DE REFERÊNCIA serão considerados aceitos somente após recebimento e análise dos equipamentos, após desembalados, conferidos pela CONTRATANTE, atendidas as especificações e condições exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

21 DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

21.1 O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, por meio de ordem bancária emitida em nome da CONTRATADA, para crédito na conta corrente por ele indicada, em moeda corrente nacional, após o recebimento definitivo no Setor Competente da PGJ/MA, da nota fiscal/fatura atestada pela Fiscalização. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes e acompanhadas dos documentos em vigor a seguir:

21.1.1 Prova de regularidade relativa à seguridade social: Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

21.1.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

21.1.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

21.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

21.1.5 Documentação comprobatória de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal;

21.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

21.3 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

21.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

21.5 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à contratada a ampla defesa;

21.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, serão adotadas as medidas cabíveis:

21.6.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.6.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.6.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = (6 / 100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A Empresa Contratada deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJMA).

Equipe de Planejamento da Contratação:

Gestor do contrato	Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrantes Administrativos
Luiz Muniz Rocha Filho	Edmilson Cutrim da Silva Junior	Max Wallace Castelo Branco Bezerra	Antônio Lisboa de Castro Viana Sobrinho
Matrícula: 656280	Matrícula: 1075317	Matrícula: 1073080	Matrícula: 1071864



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA RESUMIDA



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

R\$ 19.694,31

MEDIANA

R\$ 16.500,00

MENOR

R\$ 13.399,99

FILTROS APLICADOS

Descrição

Ano da Compra Modalidade da Compra

AERONAVES TELEGUIADAS\, TIPO:AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE)\, QUANTIDADE MOTORES:4 MOTORES\, TAMANHO DIAGONAL:302 MM\, PESO MÁXIMO:570 G\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÂMERA\, CONTROLE REMOTO\, DETECTOR OBSTÁCULOS\, ESTA

2024, 2025 Dispensa de Licitação

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90017/2024	00001	Dispensa de Licitação	600919	AERONAVES TELEGUIADAS		UNIDADE	1	R\$13399,99	CMA LICITACOES LTDA	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	254488 - CASA DE OSWALDO CRUZ	19/09/2024
90003/2024	00004	Dispensa de Licitação	600919	AERONAVES TELEGUIADAS		UNIDADE	1	R\$16500	NWSHOP COMERCIO LTDA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	154052 - UFV - CAMPUS FLORESTAL	28/11/2024
90020/2024	00001	Dispensa de Licitação	600919	AERONAVES TELEGUIADAS		UNIDADE	1	R\$29182,95	TMESP ROCHA SERVICOS E TECNOLOGIA	COMANDO DA MARINHA	741000 - ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ	25/10/2024



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

PESQUISA DE PREÇOS DRONE AVATA PESQUISA DETALHADA

MÉDIA

R\$
19.694,31

MEDIANA

R\$
16.500,00

MENOR

R\$
13.399,99

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Descrição

Ano da
Compra

Modalidade da
Compra

AERONAVES TELEGUIADAS\, TIPO:AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE)\,
QUANTIDADE MOTORES:4 MOTORES\, TAMANHO DIAGONAL:302 MM\, PESO MÁXIMO:570 G\,
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÂMERA\, CONTROLE REMOTO\, DETECTOR OBSTÁCULOS\,
ESTA

2024, 2025

Dispensa de
Licitação

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90017/2024

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Aquisição de Drones (Aeronaves Teleguiadas) e acessórios (kit filtro de lente e Bateria recarregável), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 13399,99

Código do CATMAT: 600919

Descrição do Item: AERONAVES TELEGUIADAS, TIPO:AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE),
QUANTIDADE MOTORES:4 MOTORES, TAMANHO DIAGONAL:302 MM, PESO MÁXIMO:570 G, CARACTERÍSTICAS
ADICIONAIS:CÂMERA, CONTROLE REMOTO, DETECTOR OBSTÁCULOS, ESTA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: SIMILAR

Data do Resultado: 19/09/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CMA LICITACOES LTDA

CNPJ/CPF: 55738820000177

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 254488 - CASA DE OSWALDO CRUZ

Órgão: FUNDACAO OSWALDO CRUZ

Órgão Superior: -

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90003/2024

Número do Item: 00004

Objeto da Compra: Aquisição de Equipamentos para a Coordenação do Curso de Agronomia do Instituto de Ciências Agrárias (IAF) do Campus UFV-Florestal.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 16500

Código do CATMAT: 600919

Descrição do Item: AERONAVES TELEGUIADAS, TIPO:AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE), QUANTIDADE MOTORES:4 MOTORES, TAMANHO DIAGONAL:302 MM, PESO MÁXIMO:570 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÂMERA, CONTROLE REMOTO, DETECTOR OBSTÁCULOS, ESTA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: CONFORME EDITAL

Data do Resultado: 28/11/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NWSHOP COMERCIO LTDA

CNPJ/CPF: 30282962000141

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154052 - UFV - CAMPUS FLORESTAL

Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA

Órgão Superior: -

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90020/2024

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Aquisição de Drone, DJI ou similar, modelo Mavic 3 ou similar, juntamente com 3 kits com baterias, conforme condições e exigências estabelecidas no TR n.º 23/006/2024.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 29182,95

Código do CATMAT: 600919

Descrição do Item: AERONAVES TELEGUIADAS, TIPO:AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE), QUANTIDADE MOTORES:4 MOTORES, TAMANHO DIAGONAL:302 MM, PESO MÁXIMO:570 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÂMERA, CONTROLE REMOTO, DETECTOR OBSTÁCULOS, ESTA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: DJI

Data do Resultado: 25/10/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: TMESP ROCHA SERVICOS E TECNOLOGIA

CNPJ/CPF: 46208429000170

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 741000 - ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Órgão: COMANDO DA MARINHA

Órgão Superior: -



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTDE	DISPensa de Licitação Fundação Oswaldo Cruz	DISPensa de Licitação UFV Campus Florestal	DISPensa de Licitação Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro / RJ	VALOR MEDIANO UNITÁRIO	VALOR MEDIANO TOTAL
01	AERONAVE TELEGUIADA	600919	3	R\$13.399,99	R\$16.500,00	R\$29.182,95	R\$16.500,00	R\$ 49.500,00



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

ETP VANTS CAEI



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – Equipamento VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), aeronave teleguiada remotamente para obtenção de imagens aéreas, a ser utilizado pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência.

OBJETO

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação e embasar o Termo de Referência, bem como tratar sobre os estudos iniciais realizados para realização de Dispensa de Licitação.

Assim, constitui aquisição, mediante dispensa eletrônica de licitação, com fulcro no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, de **equipamento VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)**, **aeronave teleguiada remotamente para obtenção de imagens aéreas**, tendo como desiderato atender às necessidades de utilização de diligências em campo por parte dos integrantes da Seção de Operações de Inteligência, conforme previsto no §4º do art. 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020 que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, lembrando que o referido setor faz parte da CAEI (Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência).

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se conforme preconiza o Ato Regulamentar nº 22/2020, tendo em vista que a CAEI possui como um de seus desideratos planejar e executar medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar o risco de ações adversas de qualquer natureza contra a Instituição e seus integrantes, oriundas de organizações ou agentes perniciosos. Outrossim, considerando também o constante no supramencionado Ato Regulamentar, em seu art. 34, § 4º, I, II, IV, V e XXI, faz-se mister propor a aquisição de sistemas e equipamentos de inteligência necessários ao desempenho de suas atribuições, contribuindo assim para uma maior efetividade em termos de Operações de Inteligência Exploratórias.

Também, o art. 34, § 6º, I e II, estabelece que compete a CAEI, mapear, identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar eventuais riscos que possam atingir a Instituição, de forma dinâmica, proativa, permanente e profissional e realizar o processo de avaliação de risco para determinar as necessidades de proteção, monitorar as situações de risco e acompanhar a evolução das ameaças.

Em resumo, a aquisição do equipamento VANT dinamizará ações da equipe da CAEI tanto em questões de Inteligência quanto em questões de Contraineligência.

Outrossim, destaca-se que uma vez adquiridos, os VANT's serão distribuídos com os pólos de São Luís, Timon e Imperatriz.



3. INFORMAR SE A DEMANDA ESTÁ INCLUÍDA NO PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO

Por se tratar de aquisição necessária ao desenvolvimento de atividades visando a melhoria dos procedimentos inerentes a esta instituição, considera-se a presente requisição de pleno alinhamento com Ato Regulamentar nº 22/2020 que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, no que disciplina seu art. 66, § 4º, inciso V – “executar a compra de material, quando ocorrer dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a formalização do devido procedimento administrativo”.

No mapa estratégico institucional 2021-2029 da PGJ MA encontra-se alinhamento da presente demanda com o eixo aprendizado e crescimento, mais especificamente nos itens: “assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários” e “prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras”

4. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES QUE ATENDAM À DEMANDA

Após levantamentos, esta Coordenadoria decidiu pela compra do material permanente em questão, tendo em vista que a referida solicitação visa redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

Ademais, esses materiais servirão para auxiliar a equipe técnica no desempenho de suas atribuições, possibilitando que demandas que surgirem de forma inesperada, sejam resolvidas de maneira mais célere e com riqueza de detalhes, além de diminuir os custos para administração pública no que tange possíveis contratações de empresas para prestarem serviços a fim de mitigar a demanda.

Outrossim, cabe ressaltar que a equipe de posse desses equipamentos, contribuirá para resolutividade de trabalhos que precisam ser realizados de maneira imediata e/ou mais breve possível.

Por fim, os objetos serão utilizados para:

- Realizar missões de operações de inteligência exploratórias
- Realizar eventuais missões de contrainteligência



ESTADO DO MARANHÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA

5. QUANTIDADE ESTIMADA

ITEM	MATERIAL	CATMAT / CATSER	Q T D U N D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aeronave teleguiada remotamente VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), conforme especificações detalhadas.	611462	3	R\$ 16.500,00	R\$ 49.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 49.500,00

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foram realizadas análises críticas dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados. Desse modo, constatou-se o valor total estimado de: **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**.

7. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Não cabe parcelamento, tendo em vista que a pretensa transação trata de contratação direta via dispensa eletrônica de licitação.

8. CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra /contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Os materiais adquiridos serão aplicados de forma a sanar ou mitigar as demandas provenientes do Setor de Operações de Inteligência, considerando os pólos de São Luís, Timon e Imperatriz.

Dessa forma, pretende-se com a dispensa eletrônica de licitação, obter um mecanismo ágil, econômico e seguro para realização de aquisição de forma única, sem comprometimento da execução orçamentária.

Assim, a contratação pretendida trará benefícios diretos a fim de suprir os agentes públicos de recursos necessários que promovem as melhores condições ao desempenho de suas funções.



10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

10.1. Justificativa da Viabilidade:

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Preliminar da Contratação e demais informações, a equipe de planejamento da contratação manifesta-se no sentido de considerar viável, tanto nos aspectos técnicos quanto econômicos, a realização da aquisição pretendida, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA.

11. RESPONSÁVEIS

Luiz Muniz Rocha Filho
Matrícula: 656280

Edmilson Cutrim da Silva Junior
Matrícula: 1075317



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 6126/2025

MEMO-CAEI - 542025



(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em 25 de Março de 2025 às 13:42 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: MEMO-CAEI-542025, Código de Validação: F028A584A3.



Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

MEMO-CAEI - 542025

Código de validação: F028A584A3

São Luís, *datado conforme assinatura digital.*

À Sua Senhoria, o Senhor
Paulo Gonçalves Arrais
Diretor-Geral
Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: Solicitação de Aquisição de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs/DRONES) para Atividades de Inteligência

Senhor Diretor-Geral,

Em atenção às demandas operacionais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI), vinculada ao Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), vimos por meio deste solicitar a aquisição de 03 (três) Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), modelo DJI Avata 2, para uso em operações de inteligência e contrainteligência. A compra será realizada via dispensa eletrônica de licitação, conforme autorizado pelo art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, e fundamentada nos estudos técnicos e pesquisas de preços anexados.

A necessidade dos equipamentos decorre de requisitos estratégicos, decorrente da atualização tecnológica para mapeamento de riscos, monitoramento de alvos e obtenção de imagens aéreas em tempo real, conforme previsto no Ato Regulamentar nº 22/2020 (Regimento Interno da PGJMA), bem como a eficiência operacional, com redução de custos com terceirizações e agilidade no atendimento a demandas emergenciais e também Segurança institucional, com a minimização de exposição de agentes em campo durante diligências de alto risco.

Acerca das Especificações Técnicas, os drones selecionados possuem Câmera 4K com sensor CMOS de 1/1,3" e transmissão de vídeo em 1080p/100 fps; Autonomia de voo: 23 minutos, alcance de 13 km e resistência a ventos de até 10,7 m/s; Sistemas de segurança: Detecção de obstáculos, GPS integrado e estabilização RockSteady 3.0; Garantia de 36 meses, incluindo suporte técnico on-site e substituição imediata em caso de defeitos.



(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em 25 de Março de 2025 às 13:42 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** MEMO-CAEI-542025, **Código de Validação:** F028A584A3.



Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI

Sobre a Conformidade Legal e Orçamentária, o Valor total estimado de R\$ 49.500,00 (R\$ 16.500,00 por unidade), foi levantado com base em pesquisa de preços medianos (Painel de Preços do Governo Federal). A demanda está prevista no Mapa Estratégico 2021-2029 da PGJMA, eixo 'Aprendizado e Crescimento', visando 'soluções tecnológicas integradas' e a Dispensa de licitação justificada por redução de custos administrativos e aderência ao princípio da eficiência (art. 37, CF/88).

Os equipamentos serão destinados aos polos de São Luís, Timon e Imperatriz, fortalecendo as capacidades de Inteligência exploratória para Reconhecimento de áreas de interesse; Contrainteligência com Neutralização de possíveis ameaças à segurança institucional; possui Resolutividade com redução de 30% no tempo de resposta a incidentes críticos.

Documentação anexa inclui Estudo Técnico Preliminar (ETP), Mapa de Formação de Preços e Pesquisas de Mercado, Termo de Referência (TR) com especificações detalhadas, todos os documentos assinados.

Diante do exposto, solicito a abertura do processo de aquisição dos equipamentos ora indicados, garantindo a operacionalidade da CAEI e o cumprimento de suas atribuições constitucionais, nas unidades de São Luís, Imperatriz e Timon.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 25/03/2025 às 13:42 h ()*

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR